

SEAGRI
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA



GOVERNO DO
ACRE
Trabalho para cuidar das pessoas



**PLANO SETORIAL
PARA ADAPTAÇÃO À
MUDANÇA DO CLIMA
E BAIXA EMISSÃO DE
CARBONO NA
AGROPECUÁRIA
COM VISTAS AO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

PLANO ABC+/AC
(2020-2030)

GOVERNO DO ACRE
Secretaria de Estado da Agricultura

**PLANO SETORIAL PARA ADAPTAÇÃO À
MUDANÇA DO CLIMA E BAIXA EMISSÃO DE
CARBONO NA AGROPECUÁRIA COM VISTAS
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

PLANO ABC+/AC (2020-2030)

Acre
Seagri
2026



MAILZA ASSIS

GOVERNADORA DO ESTADO DO ACRE

EDITORIAL



Nosso estado preserva **85% de sua cobertura florestal** e construiu, ao longo dos últimos anos, uma trajetória consolidada de desenvolvimento sustentável aliado à conservação ambiental. O Plano ABC+ parte dessa realidade e estabelece metas, projetos e prazos para a redução das emissões de gases do efeito estufa nas cadeias produtivas do estado, em alinhamento com as diretrizes nacionais e com os diagnósticos locais.

Produção e conservação não são trajetórias opostas. O Acre expandiu sua área plantada em 5,6% entre 2024 e 2025 e, no mesmo período, reduziu em 47% os alertas de desmatamento em relação ao ano anterior — superando as metas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas (PPCDQ). Esses resultados orientam a visão que sustenta o ABC+.

Tudo isso organiza as condições para que o agro acreano avance com uso de tecnologias de baixa emissão de carbono, fortalecendo cadeias produtivas da agricultura familiar, bioeconomia, extrativismo, produtos florestais, energias renováveis e créditos de carbono de alta integridade.

O Estado opera instrumentos já reconhecidos internacionalmente, como o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) e o programa ISA Carbono, e acumula mais de 300 milhões de reais investidos nos últimos 13 anos por meio de parcerias com o Banco Alemão KfW, o BID e o Fundo Amazônia. Recursos direcionados a comunidades tradicionais, povos indígenas e modelos de bioeconomia que mantêm a floresta em pé.

A crise climática impõe desafios concretos ao estado. Diante disso, temos investido em inovação e prevenção. O ABC+ se insere nesse esforço mais amplo de adaptação e resiliência climática.



O compromisso do Governo do Acre com as gerações futuras se traduz na organização dos setores público e privado em torno de uma economia de baixo carbono, que gere renda e emprego no campo sem comprometer a cobertura florestal que define o estado. Não se trata de conter a marcha do desenvolvimento, nem tampouco de soltar os freios e controles necessários da cobertura florestal.

Propomos o equilíbrio, o rigor técnico, o acompanhamento e, sobretudo, a organização dos setores público e privado no sentido de alinhamento com as melhores políticas nacionais, cujos objetivos priorizam a geração de riqueza sustentável e com equidade, comprometida com as gerações futuras que herdarão a terra, mas também a nossa mensagem de cuidado e preservação, sem perder de vista que a preservação da renda e do emprego no campo segue sendo uma das nossas prioridades.





PREFÁCIO

A agropecuária no estado do Acre tem se consolidado como um componente fundamental da economia regional, desempenhando papéis sociais, ambientais e econômicos de destaque no contexto estadual. Embora historicamente a economia acreana seja marcada por atividades extrativistas, como borracha e castanha-do-Brasil, nos últimos anos há uma crescente diversificação voltada para a produção agrícola sustentável e de maior valor agregado, com impacto positivo no desenvolvimento rural e na geração de renda no estado. Além do rebanho bovino, o setor vem afirmando novas possibilidades. Soja, milho e café, entre outras, são culturas que estão em franco desenvolvimento, enquanto mandioca e banana, por exemplo, mantêm vastas áreas de cultivo e grande número de empregos no campo.

É neste contexto que se insere, doravante com mais firmeza e foco, o Plano Acre de Agricultura de Baixo Carbono - ABC + (2020-2030), cujos objetivos e métodos dialogam com uma agricultura moderna e sustentável. Trata-se de promover os sistemas de produção sustentável - SPS aplicáveis à região, no sentido de mitigar as emissões de gases do efeito estufa - GEE. É patente a exigência, em nível global, de que o avanço e a diversificação da produção rural se realizem, efetivamente, sob parâmetros ambientais bastante definidos e centradas em tecnologias validadas por órgãos de pesquisa.

O Acre, que recentemente fez uma opção exitosa pelo estímulo ao agronegócio, aí entendido como modelo de escala mais elevada e mais intensiva em tecnologia, volta-se com força para o aspecto necessário de descarbonização, que terá como maior contribuinte o setor pecuário, justamente aquele dado como responsável pelas maiores taxas de emissões. Nossas metas são ambiciosas, mas exequíveis. Projetamos até 2030 a recuperação de 14 mil hectares de áreas degradadas; 12,8 mil hectares sob regime de plantio direto; alcançar 3,9 mil hectares de florestas plantadas; plantio de 2,8 mil hectares com sistemas integrados (SAF/ILPF); uso de bioinsumos em 28,7 mil hectares; tratamento de 1,49 milhão de m³ de resíduos da produção animal; pelo menos 3 mil hectares com sistemas irrigados e produção sob regime de terminação intensiva de 1,6 milhões de cabeças de gado bovino, além obviamente de disseminar demonstrativamente em todo o Acre a perspectiva de sustentabilidade da exploração em qualquer escala.

A tarefa para alcançar as metas deverá contar com o apoio dos órgãos federais envolvidos, mas, principalmente das entidades em nível local. O arranjo institucional necessário se consolida na ação e na persecução dos objetivos e metas definidas neste Plano que o Governo do Acre formula, em consonância com as diretrizes do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. A institucionalização do Plano ABC+/AC como política de Estado é estratégica para o Acre, pois garante a continuidade, a estabilidade e o fortalecimento das ações voltadas à agropecuária de baixa emissão de carbono, independentemente de mudanças de governo. A permanência é, neste sentido, fundamental.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
TEMYLLIS SILVA

GRUPO GESTOR ESTADUAL (GGE) INSTITUIÇÕES INTEGRANTES

- Instituição 01: Secretaria de Estado de Agricultura – SEAGRI
Instituição 02: Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre - CAGEACRE
Instituição 03: Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre - CDSA/AC
Instituição 04: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/AC
Instituição 05: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre - FAPAC
Instituição 06: Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC
Instituição 07: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF
Instituição 08: Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC
Instituição 09: Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC
Instituição 10: Instituto de Terras do Acre - ITERACRE
Instituição 11: Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT
Instituição 12: Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA
Instituição 13: Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN
Instituição 14: Banco da Amazônia - BASA
Instituição 15: Banco do Brasil
Instituição 16: Caixa Econômica Federal - CEF
Instituição 17: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA/ACRE
Instituição 18: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre - FAEAC
Instituição 19: Federação Dos Trabalhadores Na Agricultura Do Acre - FETACRE
Instituição 20: Superintendência Federal de Agricultura - SFA/AC
Instituição 21: Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Estado do Acre - SEBRAE/AC
Instituição 22: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR
Instituição 23: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB
Instituição 24: Universidade Federal do Acre - UFAC
Instituição 25: Instituto Federal do Acre - IFAC



SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS:

AAFs	Agentes Agroflorestais Indígenas
ABC	Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (2010-2020)
ABC+	Plano Setorial para a Adaptação e Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável (2020-2030)
AC	Estado do Acre
AFPs	Agricultura, Floresta e Outros Usos da Terra
APF	Áreas de Preservação Permanente
ARP	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASL	Amazon Sustainable Landscapes (Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia)
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bolsa Verde	Programa de Apoio à Conservação Ambiental
BPA	Boas Práticas Agropecuárias
C	Carbono
CAGEACRE	Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDFRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável
CDSA/AC	Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAF	Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEVA	Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento
CGI	Comitê Gestor Interinstitucional
CH ₄	Metano
CI-Brasil	Conservação Internacional do Brasil
CIPAM	Comitê de Integração Políticas Ambientais
CO ₂	Dióxido de Carbono
CO ₂ eq	Dióxido de carbono equivalente
COIMANC	Comitê Intersectorial de Mitigação às Mudanças do Clima no Branco
COP Mudanças do Clima	Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
CT	Central Técnica
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENREDD+ Degradação Florestal	Estratégia Nacional para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
IPCC	Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas

SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS:

FAEAC	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPAC	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre
FBN	Fixação Biológica de Nitrogênio
FEA	Fundação Eliseu Alves
FETACRE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FP	Florestas Plantadas
FREL	Nível de Referência de Emissões Florestais
FUNAGRO	Fundo Agropecuário Estadual
FUNCATE	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
GEE	Gases de Efeito Estufa
Gt CO ₂ eq	Gigatonelada de Dióxido de Carbono equivalente
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
ha	hectare
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal
IFAC	Instituto Federal do Acre
ILPF	Integração Lavoura-Floresta
ILP	Integração Lavoura-Pecuária
ILPF	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
IMC	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPF	Integração Pecuária Floresta
ITERACRE	Instituto de Terras do Acre
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
kgCO ₂ eq	Quilogramas de Dióxido de Carbono equivalente
Km	Quilômetro
Lira	Legado Integrado da Região Amazônica
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MEL	Monitoramento, Avaliação e Aprendizado
Mg	Megagrama (=tonelada)
Mg CO ₂ eq	Megagrama de Dióxido de Carbono equivalente
Mha	Milhões de hectares

SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS:

MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPCP	Microrganismos Promotores do Crescimento de Plantas
MRPA	Manejo de Resíduos da Produção Animal
MRV	Mensuração, Reporte e Verificação
MRV	Monitoramento, Relato e Verificação
N	Nitrogênio
NDCs	Nationally Determined Contributions, ou Contribuições Nacionalmente Determinadas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
OPIRJ	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
PAE	Plano de Ação Estadual
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre
PGTIs	Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
PIB	Produto Interno Bruto
PMMA	Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas
PNA	Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
POA	Plano Operativo Anual
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPCDQ/Acre	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Estado do Acre
PPR	Sistema de Plantio com Preparo Reduzido
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PRADA's	Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas
PRDA	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
PROSER	Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre
PRPD	Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PSAM	Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
REM REDD	Early Movers
RenovAgro	Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis
RPD	Recuperação de Pastagens Degradadas
SAF	Sistema Agroflorestal
SEAGRI/AC	Secretaria de Estado da Agricultura do Acre
SEAP	Secretaria Executiva de Agropecuária
SEAPROF	Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Estado do Acre
SEICT	Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEMAGRIC	Secretaria Municipal de Agricultura de Porto Velho
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPA	Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura
SFB	Serviço Florestal Brasileiro

SI	Sistemas Irrigados
SI	Sistemas de Integração
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
Sir	Sistemas Irrigados
SISA	Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais
SPD	Sistema de Plantio Direto
SPDG	Sistema Plantio Direto de Grãos
SPDH	Sistema Plantio Direto de Hortaliças
SPS	Sistema Produtivo Sustentável
SPSABC	Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentável
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
t	Toneladas
TCA's	Termos de Compromisso Ambiental
TDA	Tratamento de Dejetos Animais
TI	Terminação Intensiva
Tis	Terras Indígenas
UA	Unidade Animal (450 kg peso vivo animal)
UCP	Unidade de Coordenação de Projetos
Ucs	Unidades de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UGAI	Unidades de Gestão Ambiental Integrada
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
URT	Unidade de Referência Tecnológica
VBP	Valor Bruto da Produção
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico
SIMAMC	Sistema Integrado de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas



SUMÁRIO

1.0 Introdução.....	10
2.0 Objetivos.....	18
3.0 Políticas, Programas e/ou Planos Estaduais de Mitigação de Emissões e/ou de Adaptação à Mudança do Clima.....	25
3.1. Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA).....	32
Inventário de emissões antrópicas e sumidouros de gases de efeito estufa do Estado do Acre: Ano-base 2014.....	34
3.2. Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre (ZEE-AC).....	35
3.3. Programa REDD EARLY MOVERS (REM).....	37
3.4. CAR e PRA ACRE.....	47
3.5. Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas Ilegais do Acre (PPCDQ-AC).....	50
3.6. Programa de Mecanização Agrícola.....	56
3.7 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.....	61
4.0 Histórico do Plano Estadual ABC (2010–2020) no Estado do Acre.....	62
5.0 Agricultura, Pecuária e Florestas plantadas no Estado do Acre e o Plano ABC+ (2020-2030)	66
5.1 Produção Agrícola.....	71
5.2. Produção Pecuária.....	80
5.3. Produção de Florestas plantadas.....	92
6.0 Estratégias/Programas, Ações, Atividades e Metas do ABC+ (2020-2030) estabelecidas no Plano Estadual.....	97
6.1 Programas de financiamento e crédito rural que fomentam as SPS do Plano ABC+ no estado do Acre.....	103
7.0 Operacionalização, Estratégia de Sensibilização e Implementação do Plano ABC+ no Estado do Acre.....	105
8.0 Acompanhamento, Monitoramento e Registro das Ações/Atividades.....	107
9.0 Considerações Finais.....	109
10.0 Fontes Consultadas.....	110
11.0 Equipe responsável pelo planejamento e elaboração do Plano ABC+ do Estado do Acre.....	116
12.0 Anexos.....	117



Plano Estadual do Acre (2020-2030)

1.0 INTRODUÇÃO

A intensificação das mudanças climáticas ao longo das últimas décadas impulsionou governos e organismos internacionais a formularem políticas voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Nesse contexto, a transição para uma economia de baixa emissão de carbono tornou-se um dos principais eixos do desenvolvimento sustentável global. O setor agropecuário, por sua relevância econômica e por sua contribuição significativa às emissões globais, passou a ocupar posição estratégica nas políticas climáticas, culminando na criação de planos setoriais específicos, como o Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, conhecido como Plano ABC+ (2020-2030).

O conceito de economia de baixa emissão de carbono emerge a partir das discussões internacionais sobre mudanças climáticas, intensificadas desde a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), criada em 1992. Posteriormente, instrumentos como o Protocolo de Quioto (1997) e, mais recentemente, o Acordo de Paris (2015) consolidaram compromissos globais de mitigação das emissões de GEE.

Esses acordos reforçaram a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de conciliar crescimento econômico, segurança alimentar e preservação ambiental. No âmbito global, a agricultura passou a ser reconhecida não apenas como fonte de emissões, mas também como parte da solução climática, em razão de seu potencial de sequestro de carbono no solo e na biomassa vegetal. Países passaram a desenvolver estratégias nacionais e setoriais para promover sistemas produtivos mais eficientes, resilientes e de menor intensidade de carbono, alinhando suas políticas agrícolas às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) estabelecidas no âmbito do Acordo de Paris.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a formulação do Plano ABC surgiu com o compromisso de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), durante a 15ª Conferência das Partes (COP15), ocorrida em Copenhague no ano de 2009 e está diretamente associada à Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187, de 2009. Essa política estabeleceu compromissos voluntários de redução das emissões nacionais de GEE e definiu a necessidade de planos setoriais para alcançar tais metas.

Em 2010, por meio do Decreto nº 7.390, foi oficialmente instituído o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC, 2010-2020). A elaboração do Plano ABC envolveu ampla articulação interministerial, sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República, com participação dos ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Fazenda e Desenvolvimento Agrário, além de instituições de pesquisa, como a EMBRAPA, Universidades e representantes do setor produtivo. Esse processo assegurou uma base técnica sólida e alinhada à realidade do agronegócio Brasileiro.

O Plano ABC foi concebido com o **objetivo central de promover a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas no setor agropecuário, por meio da adoção de tecnologias sustentáveis que aumentem a eficiência produtiva e reduzam as emissões de GEE.**

Entre suas diretrizes destacam-se a recuperação de áreas degradadas, o uso racional de insumos, o aumento do sequestro de carbono no solo e na vegetação, bem como o fortalecimento da resiliência dos sistemas produtivos frente a eventos climáticos extremos. Além do enfoque ambiental, o plano incorporou uma dimensão econômica e social, ao buscar a elevação da produtividade, a redução de custos e o aumento da renda dos produtores rurais, demonstrando que sustentabilidade e competitividade podem caminhar de forma integrada.

O Plano ABC estruturou-se em torno de um conjunto de tecnologias consideradas estratégicas para a agricultura de baixa emissão de carbono. Entre elas destacam-se: o Sistema de Plantio Direto (SPD), a Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), Florestas Plantadas (FP) e o Tratamento de Dejetos Animais (TDA).

Essas tecnologias foram selecionadas com base em evidências científicas de sua capacidade de reduzir emissões, aumentar o sequestro de carbono e melhorar a eficiência dos sistemas produtivos.

INTRODUÇÃO

Durante o período de vigência inicial, entre 2010 e 2020, o Plano ABC apresentou resultados expressivos. Estima-se que mais de 54 milhões de hectares tenham incorporado práticas sustentáveis previstas no plano, resultando em uma redução aproximada de 193,7 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. Esses resultados contribuíram de forma significativa para o cumprimento dos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil no cenário internacional. O plano também foi apoiado por instrumentos econômicos específicos, como linhas de crédito rural com condições diferenciadas, que facilitaram o acesso dos produtores às tecnologias de baixa emissão de carbono e estimularam sua adoção em larga escala.

Com o encerramento do primeiro ciclo, o Brasil avançou para uma nova etapa, denominada Plano ABC+, com vigência de 2020 a 2030. Essa fase ampliou as metas e incorporou novas abordagens, reforçando a integração entre mitigação e adaptação, bem como o fortalecimento de mecanismos de monitoramento, capacitação e transferência de tecnologia. O Plano ABC+ incluiu três novas tecnologias para manutenção dos Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentável (SPSABC): Sistema Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), Sistemas Irrigados (SI) e Terminação Intensiva (TI). A seguir, são apresentados todos os SPSABC que compõem o ABC+:



Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD)

Considerando a possibilidade de se utilizar diferentes práticas para recuperar ou renovar uma pastagem com algum grau de degradação, o ABC+ amplia o escopo da então denominada “Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD)”, para Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD), um sistema que promove a recuperação da capacidade produtiva das pastagens degradadas com o incremento na produção de biomassa vegetal das espécies forrageiras (calagem ou adubação) e seu manejo racional. Reduz a necessidade de expansão de áreas de pastagens sobre florestas e aumenta o carbono em solo e biomassa (acúmulo de forrageiras).



Sistema de Plantio Direto (SPD)

O Sistema Plantio Direto (SPD) caracteriza-se por um conjunto de tecnologias de manejo do solo e de culturas, fundamentado em três princípios da agricultura conservacionista: (I) mínimo revolvimento do solo, restrito somente às linhas de semeadura, com a consequente manutenção dos resíduos culturais na superfície; (II) cobertura permanente do solo (plantas vivas ou palhadas), e; (III) diversificação de plantas na rotação de cultivos, com adição de material orgânico vegetal (palha e raízes) em quantidade, qualidade e frequência compatíveis com a demanda do solo.

No ABC+, além do estímulo à ampliação da adoção do SPD para cultivo de grãos (SPDG), será também fomentado seu uso para o cultivo de hortaliças (SPDH), menos conhecido. O SPDH absorve os conceitos do SPD, e surge como uma alternativa de mitigar os impactos negativos gerados pelo sistema de produção convencional de hortaliças.

O SPDH preconiza o cultivo de hortaliças, associado a plantas de cobertura cultivadas, em diferentes combinações. No processo de transição entre o cultivo convencional de hortaliças e o SPDH, pode-se haver a adoção do Sistema de Plantio com Preparo Reduzido (PPR) que, apesar de intermediário, é também capaz de melhorar a qualidade do solo, com rápido aumento da sua fertilidade por promover a incorporação das plantas de cobertura em seus primeiros 10 cm. O SPDH, por sua vez, apresenta uma melhora mais gradual e consistente da qualidade do solo, embora seja necessário mais tempo para que o ápice seja alcançado.



Sistemas de Integração (SI)

“Integração” é o ato ou efeito de integrar ou tornar inteiro, caracterizado pela combinação de partes isoladas para a formação de um conjunto que trabalha como um todo. Um de seus usos, no Brasil, é para identificar sistemas de produção agropecuária que combinam as atividades agrícola, pecuária e/ou florestal na mesma área ou gleba, constituindo um sistema de produção. Compostos por diferentes tipos, com graus variados de diversificação e complexidade, atualmente são considerados os sistemas mais sustentáveis para produção de alimentos, grãos, fibras e energia. No ABC+, dois tipos de sistemas serão fomentados: Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAF).



Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)

É uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e/ou florestais em uma mesma área, seja em consórcio, sucessão ou rotação. Compreende quatro sistemas de produção: integração lavoura-pecuária (ILP), integração lavoura-floresta (ILF), integração pecuária-floresta (IPF) e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). Já existem disponíveis arranjos bem definidos e consolidados para todas as regiões do Brasil, podendo ser fomentados para diferentes condições e realidades.

Os sistemas ILPF são comprovadamente tecnologias agrícolas poupa-terra, de alto desempenho ambiental, especialmente no que tange a melhoria da capacidade adaptativa e da resiliência dos sistemas de produção agropecuários frente à mudança do clima, ao mesmo tempo que possibilita o aumento da produtividade via intensificação sustentável, sem a necessidade de abertura de novas áreas.



Sistemas Agroflorestais (SAF)

São sistemas de uso da terra onde espécies lenhosas são utilizadas com culturas agrícolas e/ou com animais, nas mesmas unidades de produção, num determinado arranjo espacial e temporal. Abrangem desde sistemas muitos simples, como uma espécie de árvore consorciada com uma espécie de cultivo, denominados “Taungya”, a sistemas muitos complexos, assemelhados à vegetação nativa em relação às espécies; diversidade e função; estrutura horizontal e vertical, e; dinâmica sucessional. São utilizados mundialmente para produção de alimentos, especiarias, plantas medicinais, produtos madeireiros, energia, bioativos, produtos para alimentação animal, matéria-prima para construção civil (palha, bambu) e artesanato (sementes, fibras). As principais vantagens na utilização dos SAF são a produção complementar e diversificada, e a interação positiva entre seus componentes, garantindo segurança alimentar.

Alguns exemplos mais utilizados no Brasil são os consórcios agroflorestais, as agroflorestas sucessionais, o manejo de capoeira, os quintais florestais e os sistemas sombreados (cabruca, café sombreado). Ao incluir os SAF no ABC+, como uma opção para obtenção de múltiplos produtos, sob variados perfis socioeconômicos de produtores e nos diferentes biomas, também se promove a otimização do uso da terra, conciliando conservação com produção de alimentos.



Florestas Plantadas (FP)

As FP, no âmbito do ABC+, serão fomentadas para o atendimento de duas finalidades: produção comercial de madeira, fibras, alimentos, bioenergia e produtos florestais não madeireiros (látex, taninos, resinas e bioprodutos) em áreas particulares, e; recuperação em áreas ambientais, conforme definido em legislação específica. As FP possuem um papel importante em termos econômicos e ambientais, atenuando, principalmente, as pressões antrópicas sobre florestas nativas. Segundo a Indústria Brasileira de Árvores, para cada 1 hectare de FP, conserva-se aproximadamente 0,7 ha de florestas naturais. As FP são sumidouros de carbono, tanto no caso dos plantios industriais, como nos de recuperação.

Nos primeiros, há, via de regra uma captura acelerada de carbono advinda das florestas de rápido crescimento, mas o estoque total armazenado é delimitado pelas explorações econômicas. Um hectare de eucalipto, por exemplo, captura 30 t de CO₂ por ano, mas é cortado normalmente no 6º ano.

No caso de pinus, a captura é menor anualmente, 20 t de CO₂, mas seu corte se dá até o 20º ano. As FP apresentam outros benefícios, como melhoria das condições de solos e água, prevenção de enchentes e controle de erosão, conservação da biodiversidade, com habitats com maior diversidade de plantas e animais, e criação de corredores biológicos permeáveis. Juntos, tais benefícios contribuem para a formação de uma paisagem integrada, qualificando a propriedade rural no contexto da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.



Bioinsumos (BI)

A importância crescente do uso de microrganismos e outros ativos na agropecuária nacional impulsionou o lançamento, pelo governo brasileiro, do Programa Nacional de Bioinsumos. Destes, os inoculantes contendo microrganismos com atuação favorável ao crescimento de plantas são um dos mais utilizados no Brasil. Incluídos no Plano ABC, por meio do estímulo à Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), no ABC+ continuam sendo objeto de fomento, embora nesta nova fase, além da FBN, serão incluídos outros microrganismos promotores do crescimento de plantas (MPCP) e multifuncionais que atuam para melhoria da fixação e ou disponibilidade de nutrientes (como mobilizadores de fósforo) e, também, microrganismos e macrorganismos para controle biológico. Embora os microrganismos relacionados à FBN e a outros processos de promoção do crescimento de plantas existam na natureza, os benefícios advindos às culturas podem ser potencializados pelo enriquecimento via aplicação de bioinsumos.

No ABC+, renomeou-se a tecnologia antes denominada “Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN)”, doravante “Bioinsumos”, alargando seu escopo. O suprimento adequado de nutrientes às culturas é fundamental para garantir os incrementos necessários na produção agropecuária. Os nutrientes podem ser aportados via fertilizantes nitrogenados sintéticos, embora o País importe, em média, 84% do nitrogênio, fósforo e potássio consumidos, implicando em alta dependência externa, custo elevado e influência de oscilações cambiais. Além disso, o uso de fertilizantes nitrogenados sintéticos pode acarretar maiores impactos ambientais, perda por lixiviação e maiores emissões de GEE, neste último caso, atrelada tanto à síntese e processamento, como ao transporte e utilização desses insumos agropecuários. Assim, quando os fertilizantes químicos são substituídos por microrganismos, pode-se ter grande retorno econômico, social, ambiental e produtivo.



Sistemas Irrigados (SI)

A irrigação não deve ser considerada isoladamente, mas como parte de um conjunto de tecnologias, levando-se em conta os sistemas de plantio, de possibilidades de rotação de culturas, de proteção dos solos, entre outras. Ou seja, deve estar inserida no conceito de Sistemas Irrigados. Inserida no conceito de SI e com as novas tecnologias, equipamentos e conhecimento técnico, a sua implantação tem sido feita de forma sustentável, ou seja, aplicando água obtida considerando os preceitos legais (outorga), de forma eficiente. O País tem um grande potencial de crescimento da agricultura irrigada em áreas de intensificação e de ampliação sobre áreas de pastagem. O aumento da produtividade de forma sustentável, da mitigação de GEE, e da execução das metas nacionais de segurança alimentar e desenvolvimento, são alguns dos benefícios obtidos com a implantação de SI.



Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA)

Antes denominado “Tratamento de Dejetos Animais (TDA)”, o agora denominado “Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA)” engloba tecnologias para o tratamento de todos os tipos de resíduos oriundos da produção animal, como dejetos líquidos (compostos pela mistura de água de limpeza, fezes, urina e restos de alimentos), camas, carcaças de animais mortos não abatidos e resíduos fisiológicos, entre outros, e adequada estabilização de seus efluentes.

Antes denominado “Tratamento de Dejetos Animais (TDA)”, o agora denominado “Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA)” engloba tecnologias para o tratamento de todos os tipos de resíduos oriundos da produção animal, como dejetos líquidos (compostos pela mistura de água de limpeza, fezes, urina e restos de alimentos), camas, carcaças de animais mortos não abatidos e resíduos fisiológicos, entre outros, e adequada estabilização de seus efluentes.

O tratamento de resíduos da produção animal é uma alternativa ao armazenamento em lagoas (esterqueiras), sistema altamente emissor de GEE, principalmente metano. Duas são as principais tecnologias usadas para MRPA: biodigestão (ou rota líquida) e compostagem (ou rota sólida). Em ambas, é possível utilizar todos os tipos de resíduos (líquidos e sólidos). Espera-se, no âmbito do ABC+, aumentar o volume manejado de resíduos da produção de animais confinados, especialmente suínos, bovinos e aves, potencializando a sinergia entre ganhos econômicos e ambientais em propriedades rurais, diminuindo o impacto de sistemas intensificados sobre o solo e água. Além disso, a decomposição de resíduos e estabilização adequada dos efluentes contribuem para a redução da emissão de GEE decorrentes do correspondente processo de fermentação.



Terminação Intensiva (TI)

A TI é um dos novos SPSABC que foram incorporados ao ABC+, devido sua comprovada eficiência científica em reduzir emissões de GEE e a promover adaptação, ao permitir maior flexibilidade e ajuste de estratégia de uso para pastagens. A TI consiste na intensificação do manejo alimentar na fase final de produção de bovinos destinados ao abate, principalmente pela adoção de regimes de confinamento, semi-confinamento e suplementação à pasto. Nesses como estratégia, aumenta-se o fornecimento de energia, principalmente, mas não exclusivamente, pelo emprego de grãos, farelos, aditivos e coprodutos. Assim, a TI reduz a intensidade de emissão de forma direta, ao reduzir as emissões de metano durante a fermentação no rúmen, e de forma indireta, ao encurtar o ciclo de produção, permitindo o abate de animais mais jovens.

A importância da inclusão da TI no ABC+ está na complementariedade a outras tecnologias por ele promovidas, tais como PRPD, BI, SI, MRPA e SIN. Tem-se, portanto, um grande potencial para sua expansão em um universo mais amplo de produtores e em sistemas de produção já previstos nesta política pública. Espera-se, assim, que o ABC+ estimule a adoção da TI entre produtores de bovinos de corte que fazem recria e engorda, contribuindo para a eficiência geral da cadeia de produção de carne, em diferentes biomas do território brasileiro.

Para o período de 2020 a 2030, a meta do ABC+ é de ampliar a área de adoção dos SPSABC em 72,68 milhões de hectares, aumentar em 208,40 milhões de m³ o volume de resíduos da produção animal a ser manejado e abater 5 milhões de bovinos em terminação intensiva. Ter-se-á como resultado, uma capacidade de mitigação equivalente a 1.042,41 milhões de Mg de CO₂eq.

2.0 Objetivos

O Estado do Acre (16,4 milhões de hectares) localiza-se na porção sudoeste da Região Norte do Brasil, inserido integralmente no Bioma Amazônia, com predominância de floresta ombrófila densa e elevada biodiversidade (Figura 1). Aproximadamente 84% de seu território mantém cobertura vegetal, evidenciando alto grau de conservação ambiental, embora atividades agropecuárias e florestais tenham provocado alterações na composição e estrutura das florestas, demandando monitoramento contínuo.

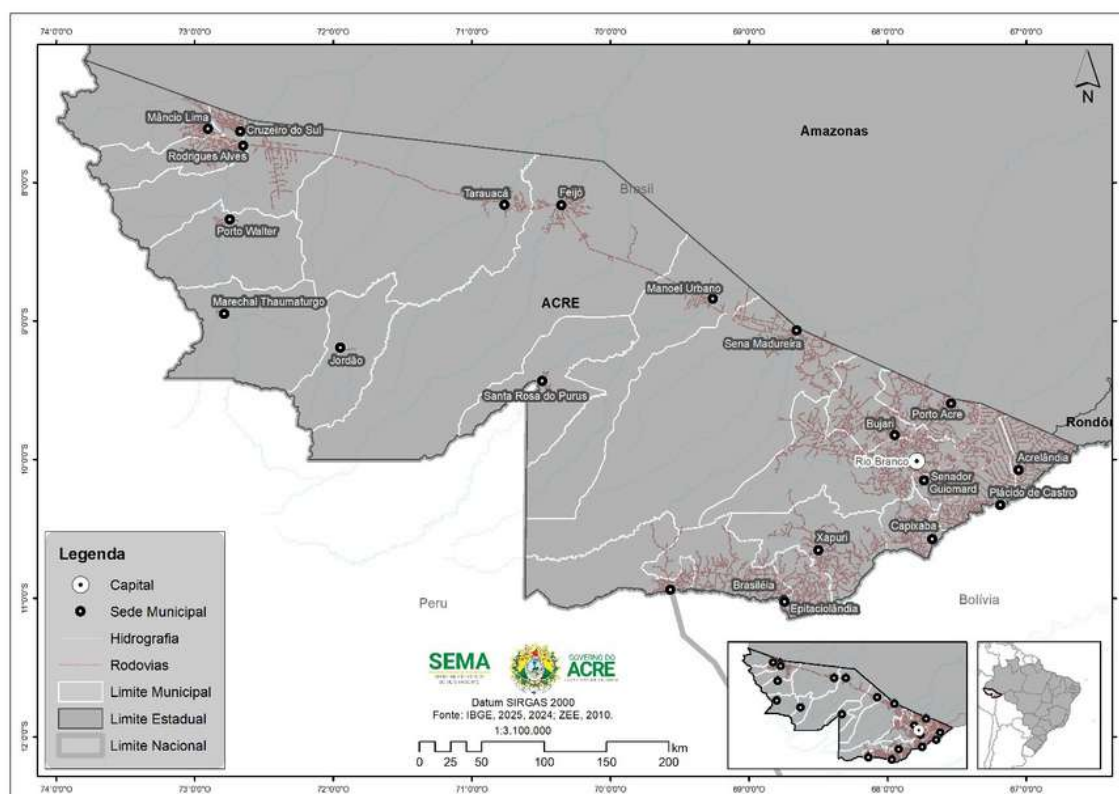


Figura 1. Mapa de localização do Estado do Acre.

O estado do Acre está localizado na Região Norte do Brasil e possui uma divisão político-administrativa composta por 22 municípios, organizados em cinco regionais administrativas estabelecidas pelo governo estadual para fins de planejamento e gestão pública. Essas regionais são: Baixo Acre, Alto Acre, Vale do Acre, Vale do Purus e Vale do Juruá, que agrupam municípios com características socioeconômicas, ambientais e logísticas semelhantes. Essa subdivisão regional tem como objetivo descentralizar ações governamentais, facilitar a implementação de políticas públicas e promover o desenvolvimento equilibrado entre as diferentes áreas do território acreano (Figura 2).

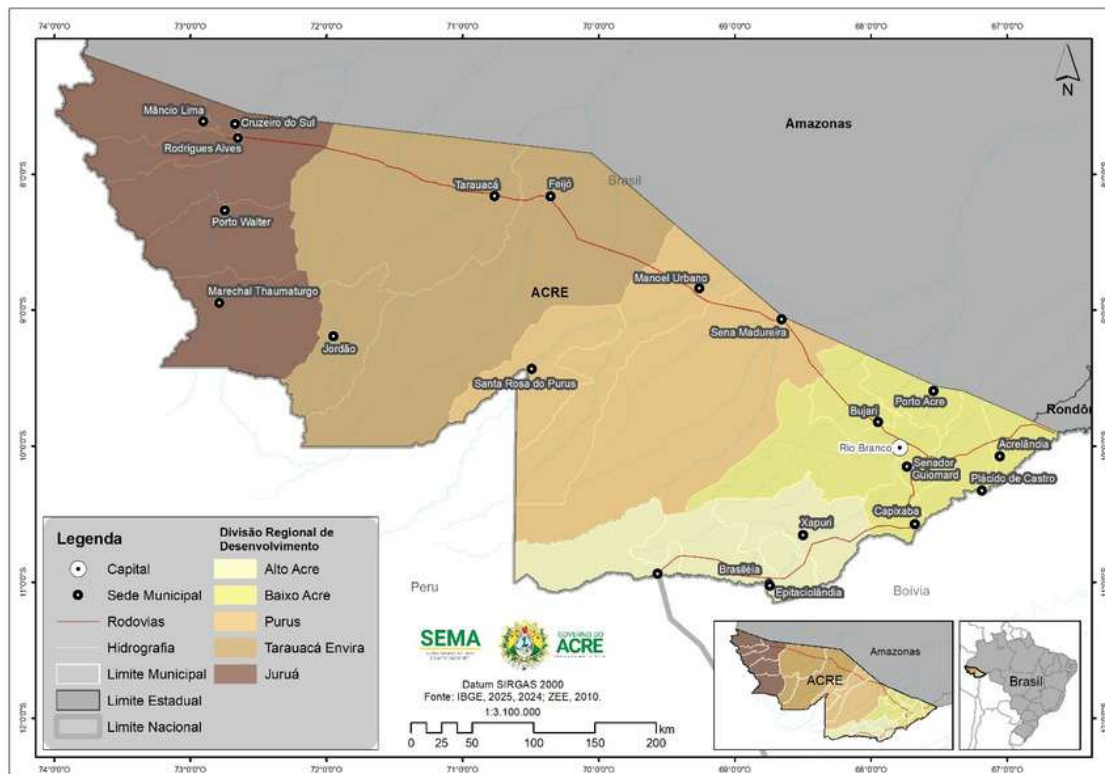


Figura 2. Mapa de divisão regional do estado do Acre.

O relevo é suavemente ondulado, com altitudes entre 130 e 600 metros, e o estado possui uma extensa rede hidrográfica, integrando importantes bacias como Juruá, Purus, Abunã e Acre, muitas delas com nascentes em países vizinhos. Essas bacias desempenham papel fundamental na dinâmica ambiental, econômica e social, além de constituírem importantes vias de acesso para comunidades rurais e tradicionais (Figura 3).

O clima é tropical úmido, com duas estações bem definidas: chuvosa (outubro a abril) e seca (junho a setembro), com episódios de estiagens cada vez mais severas, fator relevante para o planejamento de ações de adaptação e mitigação no setor agropecuário.

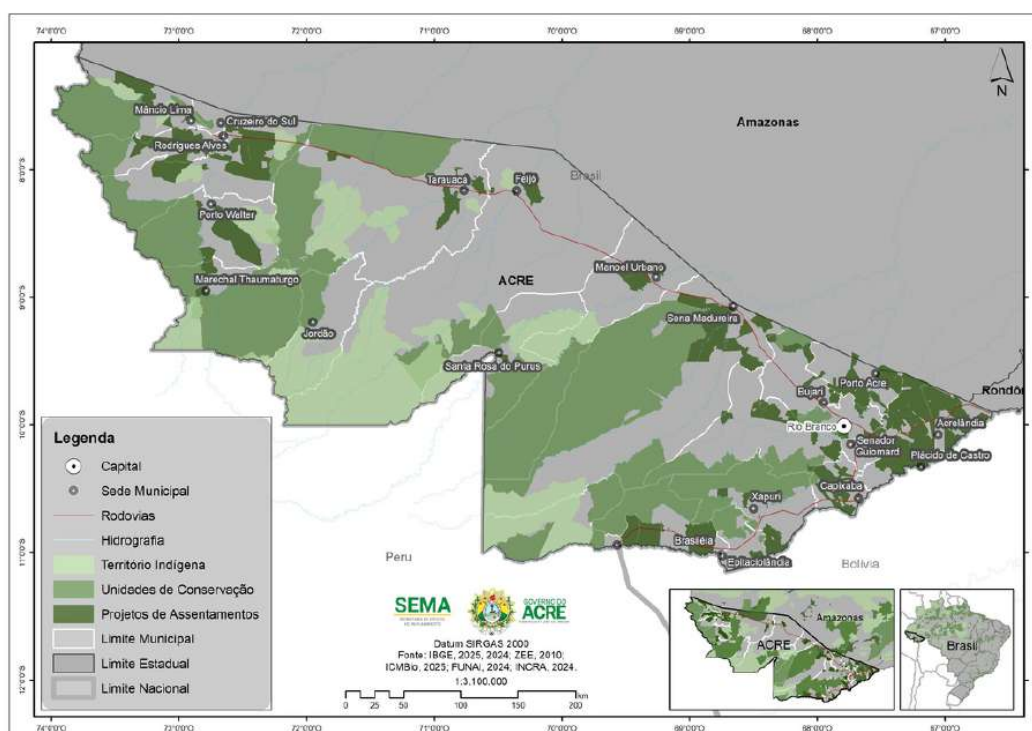


Figura 4. Territórios legalmente reconhecidos, incluindo Unidades de Conservação (UCs), Projetos de Assentamento e Terras Indígenas (TIs).

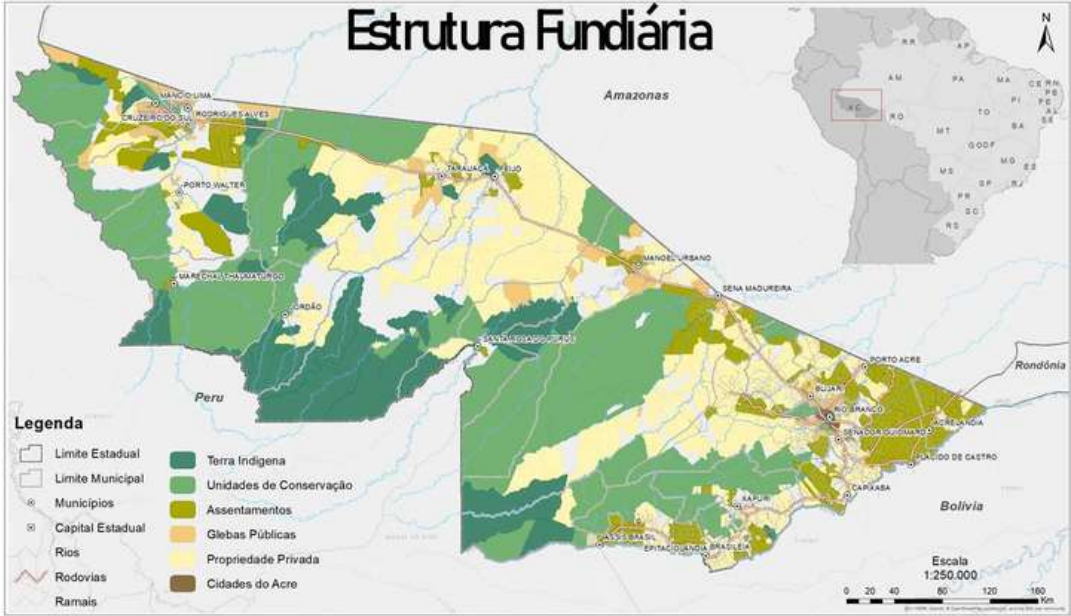


Figura 5. Mapa da Estrutura Fundiária do Estado do Acre.

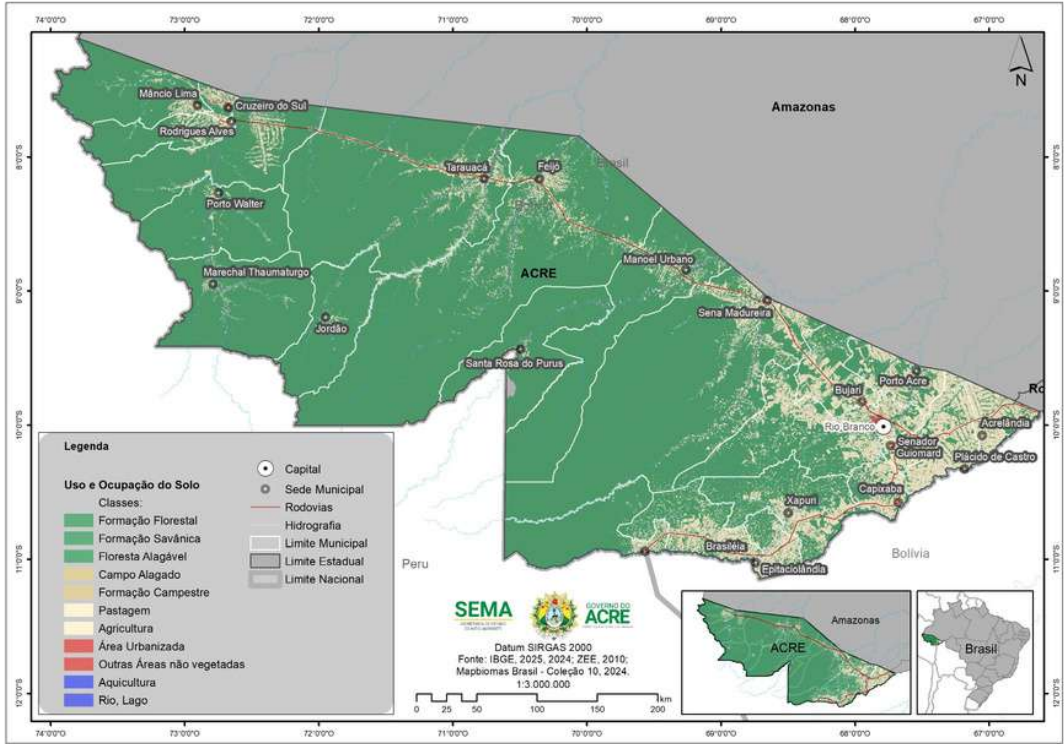


Figura 6. Mapa de classes de uso e cobertura do solo, elaboradas com base na Coleção 10 do MapBiomas (ano de referência 2024).

Os eventos climáticos extremos, cada vez mais intensos e frequentes, vêm causando impactos significativos no setor agrícola, comprometendo recursos financeiros públicos e privados, a produção de energia e alimentos, a infraestrutura urbana e, em casos extremos, a vida humana. No Brasil, esse cenário reforçou a necessidade de políticas públicas voltadas à mitigação e à adaptação às mudanças do clima, alinhadas aos compromissos internacionais assumidos pelo país.

Nesse contexto, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída em 2009, estabeleceu diretrizes para ações coordenadas entre União, estados e municípios, com a participação dos setores econômicos e sociais. Em 2013, foi consolidado o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Agricultura, com foco na promoção de sistemas produtivos sustentáveis, na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e no aumento da fixação de carbono no solo e na vegetação. Esse arcabouço foi fortalecido pelo Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (2016), inscrito na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil.

O Plano ABC+ (2020-2030) representa a segunda fase dessa estratégia e tem como objetivo promover a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de GEE na agropecuária brasileira, por meio do aumento da eficiência, da resiliência dos sistemas produtivos e de uma gestão integrada da paisagem. O Plano se estrutura em três pilares estratégicos: abordagem integrada da paisagem, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e estímulo à adoção de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis.

Estudos recentes indicam que o Brasil possui elevado potencial para antecipar a neutralidade de emissões, especialmente por meio do setor Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra (AFOLU), com ações voltadas à redução do desmatamento, restauração florestal, recuperação de pastagens degradadas e adoção de sistemas integrados e agroflorestais. Essas medidas contribuem simultaneamente para a mitigação das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade e a geração de benefícios socioeconômicos, como a criação de créditos de carbono. Em paralelo, o setor energético demanda maiores investimentos para a expansão de fontes renováveis, biocombustíveis e a redução do uso de combustíveis fósseis.

A NDC Brasileira atualizada em 2024, apresentada na COP29, estabelece metas mais ambiciosas, com a redução de 59% a 67% das emissões de GEE até 2035, o fim do desmatamento ilegal até 2030 e metas claras de restauração da vegetação nativa. Esses compromissos reforçam a trajetória de aumento da ambição climática do país. A reunião mais recente, COP30 representou um marco estratégico para o Brasil, ao consolidar o país como liderança global na agenda climática, especialmente na integração entre agricultura sustentável, florestas, biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico.

Os acordos e encaminhamentos esperados no âmbito da COP30 reforçam a implementação da NDC brasileira, a mobilização de financiamento climático, a cooperação internacional e o fortalecimento de políticas como o Plano ABC+, fundamentais para a transição para uma economia de baixo carbono e resiliente às mudanças do clima.

O objetivo geral do Plano ABC+ consiste em promover no Estado a redução na emissão de **8 milhões de toneladas de gases de efeito estufa (GEE)** no setor agropecuário acreano através da adoção de práticas sustentáveis, ao mesmo tempo que busca o aumento da produtividade, conservação dos recursos naturais e o constante fortalecimento da agricultura no estado.

Os objetivos específicos englobam:

1. Reduzir as emissões de GEE na agropecuária acreana por meio das metas do Plano ABC+;
2. Expandir a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) como estratégia para diversificação e eficiência produtiva;
3. Recuperar áreas de pastagens degradadas para aumentar a produtividade;
4. Incentivar o uso de bioinsumos e bioinoculantes para melhorar a fertilidade do solo e reduzir a dependência de insumos químicos;
5. Fomentar a adoção de sistemas agroflorestais e silvipastoris, promovendo benefícios ambientais e econômicos;
6. Capacitar produtores rurais e técnicos para a adoção de práticas de manejo sustentável e tecnologias de baixo carbono;
7. Estruturar linhas de financiamento e incentivos fiscais para a implementação de práticas agropecuárias sustentáveis;
8. Estimular a rastreabilidade e certificação de produtos agropecuários que sigam princípios de sustentabilidade;
9. Fortalecer a assistência técnica e extensão rural (ATER) para garantir a implementação efetiva das diretrizes do Plano ABC+;
10. Desenvolver políticas públicas estaduais alinhadas ao Plano ABC+ e às estratégias nacionais de bioeconomia e conservação ambiental;
11. Incentivar pesquisas e inovação tecnológica para otimizar a produção agropecuária de baixo carbono no Acre;
12. Aprimorar o monitoramento e a transparência dos resultados do Plano ABC+ por meio da coleta de dados e indicadores de desempenho;
13. Estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis e a agregação de valor a produtos agropecuários com baixa emissão de carbono;
14. Fomentar a utilização de fontes de energia renováveis com baixa emissão de GEE.

Tais abordagens demonstram o alinhamento com as premissas do Plano ABC+ em nível federal, que promovem o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis, cujas metas e resultados impactam de diferentes formas a redução das emissões de carbono e contribuem para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

As ações estaduais concomitantes às propostas e fortalecidas pelo Plano ABC+/AC somam esforços e podem potencializar e tornar mais céleres os resultados almejados. A seguir são apresentadas políticas onde o estado do Acre se insere e confirmam o compromisso de garantir sistemas agrícolas cada vez mais sustentáveis.

3.0 Políticas, Programas e/ou Planos Estaduais de Mitigação de Emissões e/ou de Adaptação à Mudança do Clima

As interações entre as políticas de governo, ações, programas, projetos e as metas do Plano ABC+ podem se desenvolver a partir do alinhamento dos objetivos do plano com as políticas públicas já existentes e em fase de planejamento, criando um ambiente favorável para a sua implementação. Essas interações ocorrem a partir dos seguintes mecanismos:

- **Crédito Rural:**

O Plano ABC+ utiliza o crédito rural como um instrumento importante para incentivar a adoção de práticas sustentáveis na agricultura. O RenovAgro, por exemplo, oferece condições especiais de financiamento para projetos que visam a redução de emissões de GEE e a conservação dos recursos naturais.

- **Programas de Incentivo:**

Políticas públicas como o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e o Plano ABC+ podem oferecer incentivos financeiros, fiscais ou técnicos para produtores que adotarem práticas sustentáveis. Esses programas podem abranger desde a regularização ambiental e fundiária até a implementação de tecnologias inovadoras.

- **Capacitação e Transferência de Tecnologia:**

Capacitação de técnicos e produtores rurais, além da transferência de tecnologias que auxiliem na redução das emissões de GEE e na adaptação às mudanças climáticas;

- **Regularização Ambiental e Fundiária:**

Incentivo à regularização ambiental e fundiária, promovendo o cumprimento do Código Florestal e a preservação da biodiversidade nas propriedades rurais;

• Inovação e Desenvolvimento:

Estímulos à pesquisa, desenvolvimento e inovação de tecnologias que possam contribuir para a agricultura de baixo carbono, o que inclui o uso de bioinsumos, sistemas de irrigação eficientes e tecnologias de terminação intensiva de bovinos.

Sinergia entre o Plano ABC+/AC e demais políticas de estado em desenvolvimento:**Amazônia 2030:**

O projeto visa analisar experiências de êxito comprovado, com rigor e independência, aprofundar os estudos nas questões críticas e sistematizar as soluções para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Os resultados do projeto somam um conjunto de recomendações precisas para adoção imediata de tomadores de decisão privados públicos e agentes de cooperação e investimento internacional.

Amazônia+10:

Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia. Este projeto visa a criação do Monitor Político da Sustentabilidade na Amazônia (MoPSA), uma plataforma virtual de monitoramento das percepções e ações de atores políticos variados que têm poder de incidência sobre o desenvolvimento sustentável da região Pan-Amazônia.

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal:

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal é uma entidade pública que reúne os nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Criado para fortalecer a cooperação entre os governos estaduais, o Consórcio visa promover o desenvolvimento sustentável da região, garantindo o equilíbrio entre o progresso econômico, a justiça social e a preservação ambiental.

Floresta+Amazônia:

Programa de pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) para agricultoras e agricultores, para conservação da vegetação nativa nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão e Pará voltado exclusivamente para agricultores(as) familiares.

Fundo Amazônia

(apenas aqueles contratados)

Este Fundo se subdivide em várias ações de apoio a projetos por meio de parcerias:

- **FGV Projetando o Futuro – Fundação Getúlio Vargas (FGV).** Projetos de estudos e comparações de dados históricos e atuais e opções de políticas públicas no setor de florestas e uso da terra na Amazônia Legal, para conciliar proteção com produção e subsidiar políticas públicas e a agricultura de baixo carbono;
- **Floresta para o Bem-estar – Conservation International do Brasil (CI-Brasil).** Apoio a projetos de restauração florestal e o fortalecimento da cadeia de mudas e sementes nos estados abrangidos pelo projeto;
- **Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia (FORTFISC) – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;**
- **Fundação Banco do Brasil - Fundo Amazônia, Fases I e II – Fundação Banco do Brasil (FBB).** Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia e Fase III, de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável da sociobiodiversidade na Amazônia Legal;
- **Gestão Territorial OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ).** Apoio à promoção da gestão territorial e ambiental integrada das Terras Indígenas do Rio Juruá, por meio do desenvolvimento da rede de organizações indígenas;
- **Inventário Florestal Nacional – Amazônia – União Federal – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).** Projeto voltado para implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região;
- **Legado Integrado da Região Amazônica (Lira) – Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE).** Contribuir para o aumento do nível de consolidação e a efetividade de gestão em áreas protegidas da Amazônia Legal, por que visem à conservação dos recursos naturais;
- **Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).** Ações de desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento de biomas, cálculo das emissões de CO₂ por desmatamentos e desenvolvimento de plataforma para análise e divulgação de dados;
- **Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);**
- **Planos Amas – Amazônia: Segurança e Soberania – Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).** Apoio ao combate de crimes ambientais e conexos de desmatamento e degradação florestal pelas forças de Segurança Pública no âmbito do Plano Amazônia: Segurança e Soberania;

- Projeto Integrado da Amazônia – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA). Promoção da produção e disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, a conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia;
- Restaura Amazônia MR1 – Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Apoio, por meio de editais de seleção, a projetos destinados à restauração ecológica com espécies nativas e/ou Sistemas Agroflorestais (SAFs);
- Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre – Estado do Acre – Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN). Fortalecimento da prevenção, controle e combate a práticas ilegais de desmatamento e queimadas, além de iniciativas de ordenamento territorial e produção sustentável, em alinhamento com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ/Acre;
- União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM). Este projeto tem como objetivo implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital;

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)

O PRDA é um instrumento de planejamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) que visa promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região amazônica. Por meio de diretrizes, estratégias e ações. Objetiva-se impulsionar o crescimento econômico, reduzir desigualdades e garantir a sustentabilidade ambiental na Amazônia.

Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA 2016)

O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) consiste em um instrumento do governo federal em colaboração com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais. O objetivo deste plano é promover a redução da vulnerabilidade nacional às mudanças do clima e realizar com ações de prevenção, enfrentamento e adaptação às alterações do clima.

Plano Clima

Plano que reúne ações de enfrentamento às mudanças do clima no Brasil até 2035, subdividido em dois eixos: mitigação, com redução das emissões de gases de efeito estufa, responsável pelo aquecimento global e adaptação dos sistemas naturais e humanos aos impactos da mudança do clima.

Plano Adapta Cidades

Ação do Programa Cidades Verdes Resilientes, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), apoiada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Cidades. O objetivo é fortalecer as políticas de adaptação e resiliência climática, promover a integração e a articulação entre governos em nível nacional e local.

Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas do estado do Acre

(documento preliminar)

O Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas do Acre visa reduzir a vulnerabilidade do estado aos impactos das mudanças climáticas, como eventos extremos (secas e inundações) e desmatamento. O plano busca ações para mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas, promover a segurança hídrica, melhorar a infraestrutura, recuperação de áreas degradadas e fortalecer a capacidade de resposta do estado aos desastres naturais.

Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas

(PMMA) – Rio Branco/Acre

O Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PMMA) reúne ações e políticas para enfrentar os desafios impostos pelas alterações climáticas. Este plano abrange áreas como saneamento, mobilidade urbana, infraestrutura, saúde e energia, buscando soluções sustentáveis e resilientes.

Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia (ASL Brasil)

O projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia - ASL Brasil (Amazon Sustainable Landscapes/ASL) apoia políticas públicas socioambientais com soluções inovadoras e práticas sustentáveis como forma de reverter o cenário de ameaças e contribuir com a conservação e restauração da Amazônia.

A interação efetiva das metas previstas dentro destas ações, porém, requer uma governança muito bem estruturada, fortalecida e integrada ao plano de ação do governo de estado. Esta interação pode garantir melhor organização das atividades, otimização de recursos, de infraestrutura e de capital humano, tendo em vista não somente a quantidade limitada de técnico, mas também, a atual sobrecarga de atribuições em projetos desenvolvidos. Foi possível reunir pontos de melhorias e sugestões que poderão permitir um organismo estratégico formado pelo conjunto de ações desenvolvidas em diferentes frentes, porém, integradas por meio de canais diretos de comunicação, garantindo assim transparência na sua execução.

Uma das formas de alcançar esta proposta seria o alinhamento com a CEVA – Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento, cuja finalidade é acompanhar e validar o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA. Além disso, integrações com conselhos e comitês, tais como: Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta – CEMAF, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável – CDRFS, Comitê Intersecretarial de Mitigação às Mudanças do Clima de Rio Branco – COIMAMC e Comitê de Integração de Políticas Ambientais – CIPAM, entre outros. A partir deste alinhamento poderiam ser formados de grupos de trabalhos a partir dos eixos principais de integração, facilitando o monitoramento e avaliação das ações e resultados.

Sistema Integrado de Meio Ambiente e Mudança do Clima – SIMAMC e o Centro Integrado de Inteligência, Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – CIGMA

A Lei nº 4.749, de 29 de dezembro de 2025, institui o SIMAMC e cria o CIGMA, estabelecendo uma estrutura de governança integrada voltada ao fortalecimento das políticas ambientais, climáticas e territoriais no Estado do Acre. O SIMAMC tem como finalidade articular, de forma sistêmica e complementar, as ações da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), da Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI), da Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas (SEPI), do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC/AC), do Instituto de Terras do Acre (ITERACRE) e da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDC), promovendo a otimização de recursos humanos e materiais e a melhoria da qualidade da atuação estatal em meio ambiente e mudança do clima.

A governança do SIMAMC é exercida por um Comitê Gestor, presidido pela SEMA, responsável por coordenar a integração institucional e a atuação conjunta na formulação, execução e monitoramento de programas e ações ambientais e climáticas, podendo contar com a participação de especialistas e representantes da sociedade civil. A Lei também autoriza a criação de Regionais do SIMAMC, com atuação territorial integrada e monitoramento permanente de desempenho, bem como institui um Grupo Operacional de Comando, Controle e Gestão Territorial, voltado ao enfrentamento do desmatamento, das queimadas e de eventos climáticos extremos.

No âmbito do SIMAMC, o CIGMA é concebido como o núcleo técnico-operacional da política estadual de geoprocessamento e monitoramento ambiental, com competências para gerenciar e integrar bases de dados do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR/AC), processar imagens orbitais, produzir informações territoriais e ambientais, apoiar tecnicamente políticas públicas e desenvolver plataformas integradas de monitoramento ambiental, territorial e climático, com interoperabilidade entre bases geoespaciais. Cabe ainda ao CIGMA promover a governança de dados ambientais e territoriais, gerar indicadores estratégicos, realizar análises de inteligência territorial e fornecer subsídios técnicos ao planejamento governamental, à fiscalização e à gestão integrada dos recursos naturais.

Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD)

O Decreto nº 11.815/2023 institui o PNCPD denominado Caminho Verde Brasil, com o objetivo de promover a conversão de pastagens degradadas em sistemas agropecuários e florestais sustentáveis, ampliando a produtividade, a captura de carbono e a sustentabilidade ambiental. O programa prioriza boas práticas agropecuárias, acesso a financiamentos (inclusive com recursos externos), conformidade ambiental (CAR e regularização), redução de emissões de GEE e alinhamento com políticas nacionais e compromissos internacionais, como o Plano ABC+. Também cria um Comitê Gestor Interministerial responsável por definir diretrizes, metas, monitorar a execução e articular os diversos órgãos públicos e a sociedade civil para a implementação do PNCPD.

Orçamento Climático do Estado do Acre

É uma ferramenta fiscal inovadora que integra a agenda climática ao planejamento e à execução orçamentária, vinculando diretamente os gastos públicos a metas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Seu objetivo é qualificar a alocação de recursos, fortalecer a capacidade de execução das políticas públicas e assegurar que os investimentos priorizem a sustentabilidade, a resiliência climática e o enfrentamento das emergências ambientais, conforme estabelece Lei nº 4.679, de 10 de novembro de 2025.

A metodologia do Orçamento Climático é alinhada a referenciais nacionais e internacionais, como o Climate Budget Program, a rede C40 Cities e a Taxonomia Sustentável Brasileira, e se estrutura a partir de marcadores climáticos organizados em sete eixos estratégicos, que orientam a classificação e o monitoramento dos gastos públicos climáticos (I) Desenvolvimento Sustentável; (II) Bioeconomia e Mitigação das Mudanças Climáticas; (III) Adaptação às Mudanças Climáticas; (IV) Justiça Climática e Inclusão Social; (V) Governança Ambiental e Transparência; (VI) Educação Ambiental e Inovação Climática; (VII) Resposta Climática Emergencial e Proteção Civil.

O Acre busca mensurar com precisão quanto investe em ações climáticas, avaliar a efetividade dos projetos, atrair recursos nacionais e internacionais e fortalecer políticas públicas voltadas à sustentabilidade, em consonância com os compromissos climáticos nacionais e globais. Importante destacar que o Orçamento Climático não cria novos gastos, mas reorganiza os investimentos já existentes, tornando o planejamento governamental mais estratégico, transparente e alinhado aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

O instrumento também se destaca pelo pioneirismo do Acre em âmbito nacional e por seu modelo de governança participativa, que assegura transparência, eficiência e legitimidade na gestão dos recursos destinados à agenda climática.

A seguir são apresentadas de forma mais detalhada as principais políticas, programas e/ou planos estaduais de Mitigação de Emissões e/ou de Adaptação à Mudança do Clima:

3.1. Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre

(SISA)



É uma política pública de Estado criada pela lei estadual nº 2.308/2010, tendo como objetivo desenvolver ações que incentivam a manutenção da floresta, a conservação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento de práticas sustentáveis nas produções agrícolas.

O SISA vem sendo coordenado pelo Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) que tem como missão articular estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no Estado do Acre, por meio de mecanismos de valorização dos serviços ambientais, garantindo benefícios aos seus executores, sempre respeitando os direitos e garantias (salvaguardas) socioambientais.

O SISA tem como objetivo o fomento, a manutenção e a ampliação do desenvolvimento sustentável, colaborando para a redução dos índices de desmatamento e queimadas no Estado do Acre, oferecendo os seguintes produtos e serviços ecossistêmicos, a saber:

- O sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono;
- Conservação da Beleza Cênica Natural;
- Conservação da Sociobiodiversidade;
- Conservação das Águas e dos Serviços Hídricos;
- Regulação do Clima;
- Valorização Cultural e do Conhecimento Tradicional Ecossistêmico;
- Conservação e o Melhoramento do Solo.

Dentre os programas que compõe o SISA, o que vem sendo implementado no Estado do Acre é:

- Programa de Incentivo a Serviços Ambientais – ISA Carbono;
- e
- Programa de Incentivo a Serviços Ambientais da Regulação do Clima – ISA Clima.



O ISA Carbono dispõe de uma estrutura voltada à implementação de ações de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), cuja finalidade é atuar na proteção e conservação das florestas, bem como no fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis com baixa emissão de carbono, contribuindo assim para o melhoramento do clima.

Quanto a este ponto (clima), cumpre destacar que a Lei do SISA também dispõe de um programa voltado para o clima (ISA Clima), que propõe a regulação do clima e a prevenção de eventos climáticos extremos (seca, enchentes e incêndios florestais) e busca incentivar atividades produtivas de baixa emissão, especialmente de agricultura e de pecuária, corroborando a unidade e completude do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais e dos mecanismos de proteção e conservação ambiental implementados no Estado do Acre.

Nessa ambiência, encontra-se o ponto de interseção entre o SISA e a Política Pública para o Setor de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC+), proposto pelo Governo Federal, cuja finalidade é promover uma economia de baixa utilização de carbono, associada ao cultivo de alimentos que utilizem tecnologia de produção que emitam menos Gases de Efeito Estufa – GEE, alinhado com aumentos de produtividade, redução de risco de escassez de recursos ambientais e no fortalecimento das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar, repercutindo diretamente na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Da mesma forma, pode-se dizer que o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono apresenta importantes sinergias com o SISA, pois ele promove políticas ambientais e agrícolas que permitem que o desenvolvimento rural ocorra de forma sustentável, reduzindo assim a pressão por novos desmatamentos, o que acaba contribuindo de modo positivo para o avanço do sistema jurisdicional REDD+ do Acre.

Portanto, é importante frisar que o SISA e o Plano ABC se articulam de forma integrada, contribuindo e fortalecendo as ações de implementação do SISA por meio do plano ABC, ampliando seus impactos positivos na redução de emissões e na implementação de práticas produtivas sustentáveis.

Inventário de emissões antrópicas e sumidouros de gases de efeito estufa do Estado do Acre: Ano-base 2014

O governo do estado do Acre, por meio de seu Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-AC), apresentaram em 2018 o terceiro Inventário de Emissões Antrópicas e Sumidouros de Gases de Efeito Estufa do Estado do Acre: Ano-Base 2014. A elaboração dessa série de inventários, iniciada no ano de 2012 (que constitui o ano de referência), reforça o compromisso assumido pelo Acre, em seu Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento, de atender às recomendações da Convenção. Ressalta, ainda, a importância que se atribui à busca de uma sociedade ética, de uma economia inclusiva e de um meio ambiente sustentável, nos contextos local e global.

O inventário de GEE contabiliza, de acordo com o conhecimento científico atual, as emissões de carbono equivalente, constituindo um instrumento de trabalho para pesquisadores, estudantes, técnicos e tomadores de decisões envolvidos em ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a partir da implementação de programas, planos de ação ou projetos, conforme os princípios e critérios estabelecidos.

O inventário apresenta as estimativas setoriais (energia – termelétricas; transporte – fontes móveis veiculares; mudança no uso da terra e florestas, agropecuária e disposição e tratamento de resíduos) das emissões antrópicas e sumidouros de gases de efeito estufa, com destaque para a abordagem de detalhamento TIER 2 do setor de uso da terra, mudança no uso da terra e floresta, conforme recomendações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, doravante Convenção, e a inserção da avaliação dos estoques totais de carbono (C) por município. É apresentada, ainda, a contabilização das emissões-sumidouros de GEE e realizada uma análise da evolução das taxas e seu desdobramento nos municípios acreanos, permitindo um olhar local.

3.2. Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre (ZEE-AC)

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (ZEE-AC) constitui-se como um instrumento estratégico de planejamento territorial e gestão pública, orientado à promoção do desenvolvimento sustentável, à organização do uso do território e à compatibilização entre conservação ambiental, atividades produtivas e bem-estar social. Desde sua concepção, o ZEE-AC tem sido utilizado como base técnica para subsidiar políticas públicas, programas e projetos estruturantes, apoiando processos decisórios fundamentados nas potencialidades e vulnerabilidades ambientais, sociais, econômicas e culturais do território acreano.

A segunda fase do ZEE-AC (ZEE Fase II) representa o aprofundamento e a atualização do zoneamento estadual, consolidando-se como principal produto o Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre, na escala 1:250.000. Essa fase ampliou a base analítica do ZEE ao integrar três eixos estruturantes — recursos naturais, socioeconomia e cultural-político — e ao incorporar processos participativos amplos, envolvendo órgãos públicos, conselhos estaduais e diferentes segmentos da sociedade. O ZEE Fase II passou a oferecer diretrizes territorializadas de uso e gestão, fundamentais para a formulação e implementação de políticas públicas ambientais, florestais, agropecuárias e climáticas no Estado.

1. Contribuição do ZEE Fase II aos Eixos do Plano Estadual ABC+

1.1. Eixo de Mitigação das Emissões de Gases de Efeito Estufa

O ZEE Fase II contribui diretamente para o eixo de mitigação do Plano ABC+ ao orientar o uso do território com base na aptidão agroflorestal, potencial florestal, vulnerabilidade ambiental e passivos florestais. As diretrizes estabelecidas para as diferentes zonas territoriais favorecem a redução do desmatamento, a recuperação de áreas degradadas e a consolidação de sistemas produtivos sustentáveis, contribuindo para a diminuição das emissões associadas à mudança do uso da terra e ao incremento dos estoques de carbono em paisagens rurais e florestais.

1.2. Eixo de Adaptação às Mudanças Climáticas

No eixo de adaptação, o ZEE Fase II fortalece a resiliência ambiental e produtiva do território acreano ao identificar áreas ambientalmente sensíveis, zonas de maior vulnerabilidade e regiões prioritárias para ordenamento territorial. As diretrizes de uso do solo, associadas à proteção de recursos hídricos, à manutenção da cobertura florestal e à organização dos sistemas produtivos, contribuem para a redução da exposição a riscos climáticos, como eventos extremos, degradação do solo e perda de serviços ecossistêmicos.

1.3. Eixo de Governança e Planejamento Territorial

O ZEE Fase II consolida-se como um pilar do eixo de governança do Plano ABC+, ao fornecer uma base técnica integrada para o planejamento territorial, a gestão ambiental compartilhada e a articulação entre diferentes políticas públicas. A estruturação de um Banco de Dados associado a Sistemas de Informações Geográficas (SIG), aliada ao processo participativo de construção do zoneamento, fortalece a transparência, a coordenação interinstitucional e o monitoramento contínuo das ações no território, ampliando a capacidade do Estado de implementar políticas climáticas de forma integrada e territorialmente orientada.

Quadro 1. Síntese – Zonas do ZEE-AC Fase II. Diretrizes e Relação com o Plano ABC+

Zona do ZEE-AC	Diretrizes de Uso e Gestão (ZEE Fase II)	Relação com o Plano ABC+
Zona 1 – Consolidação de sistemas de produção sustentáveis	Áreas com ocupação agropecuária consolidada, presença de passivos florestais, priorização da regularização ambiental, recuperação de APP e Reserva Legal e adoção de sistemas produtivos sustentáveis	Mitigação (redução de emissões por desmatamento evitado e recomposição florestal); Adaptação (fortalecimento da sustentabilidade produtiva); Governança (regularização e ordenamento territorial)
Zona 2 – Uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental	Unidades de Conservação, Terras Indígenas e assentamentos diferenciados, com foco no uso sustentável dos recursos naturais e na conservação da biodiversidade	Mitigação (manutenção de estoques de carbono); Adaptação (proteção de serviços ecossistêmicos); Governança (gestão integrada de áreas protegidas)
Zona 3 – Áreas prioritárias para o ordenamento territorial	Áreas indicadas para criação de novas unidades de conservação, terras indígenas e projetos diferenciados, com atenção a conflitos socioambientais	Mitigação (prevenção do desmatamento futuro); Adaptação (planejamento preventivo); Governança (antecipação e ordenamento do uso do território)
Zona 4 – Cidades	paisagens florestais, com diretrizes voltadas à sustentabilidade urbana e rural	Adaptação (resiliência urbano-ambiental); Governança (integração urbano-rural e planejamento territorial)

No Acre, o REM está institucionalmente ancorado no Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), especialmente no Programa ISA Carbono, consolidando um modelo jurisdicional de REDD+ alinhado à Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+), à Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e às metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris (COP 21, em 2015). Trata-se de um arranjo inovador de financiamento climático que combina conservação florestal, mitigação das mudanças climáticas e desenvolvimento rural sustentável.

A cooperação com o KfW estrutura-se sob a lógica de pagamentos por resultados, condicionados à verificação independente das reduções de emissões em relação a um Nível de Referência de Emissões Florestais (FREL) previamente acordado. Na Fase II do Programa, o FREL foi estabelecido em 330 km²/ano de desmatamento, funcionando como um “gatilho climático”: caso esse limite seja ultrapassado, os desembolsos são suspensos, reforçando o caráter de integridade ambiental do mecanismo.

Entre 2018 e 2026, a Fase II do REM contou com um compromisso financeiro de até R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 91 milhões já haviam sido desembolsados até julho de 2024, com execução integral por parte do Estado. Os recursos são destinados tanto ao fortalecimento institucional do SISA e dos mecanismos de REDD+ quanto ao financiamento direto de ações em campo, garantindo que, no mínimo, 70% dos recursos alcancem os beneficiários locais.

Um elemento central do desenho do Programa REM/KfW é a estratégia de repartição de benefícios baseada na abordagem estoque-fluxo programática. Essa abordagem reconhece, simultaneamente: (i) os atores que contribuem para a redução do fluxo de emissões por meio da diminuição do desmatamento e(ii) aqueles que historicamente conservaram grandes estoques florestais.

Dessa forma, o Programa promove uma distribuição equilibrada e justa dos benefícios entre agricultores familiares, povos indígenas, comunidades extrativistas e produtores rurais, evitando incentivos perversos e fortalecendo a conservação de longo prazo.

A implementação do REM no Acre é organizada em Subprogramas estratégicos:

1.0 Subprograma Territórios Indígenas

Objetiva promover a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, bem como a redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação, a diminuição do fluxo de carbono, o manejo florestal sustentável e a conservação, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal nas terras indígenas. Dos 70% dos recursos do Programa REM, 17,5% são destinados aos beneficiários deste Subprograma. As ações previstas neste Subprograma são definidas em conjunto com a Câmara Técnica Indígena, instância de governança do SISA que inclui indígenas, representantes das Terras Indígenas beneficiadas. Integram atualmente os seguintes projetos:

- 1.1. Agentes Agroflorestais Indígenas – AAFIs
- 1.2. Formação e Capacitação de AAFIs
- 1.3. Ação Emergencial durante a Pandemia de COVID-19
- 1.4. Implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PGTIs
- 1.5. Formação Intercultural Diferenciadas Indígena
- 1.6. Plano Emergencial Pós-enchentes para povos indígenas

Ao longo da execução do Programa REM Acre, o subprograma Territórios Indígenas alcançou mais de 22 mil indígenas beneficiados de forma direta e indireta, superando a meta inicialmente pactuada no Programa. Esses resultados refletem avanços significativos na gestão territorial indígena, no fortalecimento institucional das organizações locais e na promoção do bem viver nas terras indígenas (Informativo Semestral Julho a Dezembro de 2025–REM/ACRE fase II)

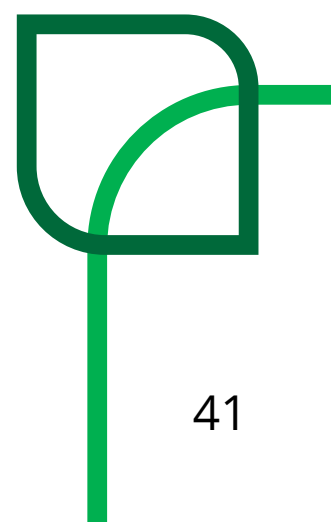


Figura 8. Ritual de tribo indígena participante do programa REM Acre. Fonte: programarem.ac.gov.br/

2.0 Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

Objetiva fortalecer em cada Território e Zona definidos pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais, extrativistas e agricultores familiares que possam receber pagamentos monetários pelos serviços ambientais na redução das emissões, manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal. Dos 70% dos recursos, 46,5% são destinados ao apoio da estruturação produtiva de produtores familiares que ocupam uma parte significativa das áreas já desmatadas do Estado. Integram atualmente os seguintes projetos:

- 1.4. Cadeia Produtiva do Látex Nativo
(Agregado à cadeia produtiva da Borracha)
- 1.5. Cadeia Produtiva da Borracha
- 1.6. Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil
- 1.7. Cadeia Produtiva do Murmuru
- 1.8. Cadeia Produtiva do Mel
- 1.9. Cadeia Produtiva do Cacau nativo
- 1.10. Cadeia Produtiva dos óleos vegetais
- 1.11. Gestão das UGAls



- 1.12. Sistemas Agroflorestais – SAFs (floresta e agricultura)
- 1.13. Programa de Regularização Ambiental (PRA)
- 1.14. Manejo florestal (agregado ao projeto)
- 1.3 Ação Emergencial durante a pandemia de COVID-19)
- 1.4 Turismo de Base Comunitária
- 1.5 Design em produtos madeireiros
- 1.6 Artesanato Florestal
- 1.7 Plano Emergencial Pós-enchentes

Durante o segundo semestre de 2025, centenas de produtores foram beneficiados com a entrega de insumos, equipamentos e assistência técnica, contribuindo para a estruturação de cadeias produtivas sustentáveis em expansão, com destaque para a cadeia do mel. Esses investimentos possibilitam o aumento da produtividade e da renda das famílias beneficiadas, associados à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Como resultado dessas ações, o subprograma já alcançou mais de **15 mil agricultores familiares beneficiados ao longo da execução do Programa REM Acre**, atingindo e superando as metas estabelecidas no planejamento do Programa. As famílias atendidas tornam-se referências de produção sustentável, demonstrando que é possível conciliar geração de renda, conservação da floresta e melhoria das condições de vida no meio rural (Informativo Semestral Julho a Dezembro de 2025 – REM/ACRE fase II).



Figura 9. Beneficiária do Subsídio da Borracha e Murmuru, Senhora Maria do Socorro Amorim, Rodrigues Alves-AC. Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>.

3.0 Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

Objetiva ampliar a oferta de proteína animal no Estado por meio do incremento da produtividade e diversificação da criação de animais; incentivar a recuperação de áreas degradadas do Estado (em cumprimento à Lei Federal 12.651/2012- Novo Código Florestal); reduzir a pressão sob novas áreas de florestas, a fim de evitar o desmatamento e/ou queimadas; e fomentar atividades que mantenham e ampliem a oferta dos serviços ecossistêmicos. Dos 70% dos recursos, 36% são destinados a impulsionar investimentos em atividades ligadas à produção de proteína animal, que ocupam uma parte significativa das áreas já desmatadas do Estado.

Integram atualmente os seguintes projetos:

3.1.Cadeia Produtiva da Bovinocultura

3.2. Cadeia Produtiva da Galinha Caipira

3.3. Sistema de Energia Solar

Durante o segundo semestre de 2025, a entrega de insumos como calcário e adubos possibilitou melhorias na fertilidade do solo, no manejo das pastagens e no desempenho produtivo dos rebanhos, resultando em maior eficiência produtiva e redução dos impactos ambientais. Desde a implementação do Programa REM Acre, o subprograma já beneficiou mais de 5.800 produtores pecuários sustentáveis, ultrapassando a meta prevista.

Esses resultados demonstram que a pecuária diversificada e sustentável é uma alternativa viável para transformar a atividade pecuarista, aliando produtividade, responsabilidade ambiental e desenvolvimento econômico (Informativo Semestral Julho a Dezembro de 2025 – REM/ACRE fase II).



Figura 10. Beneficiário do Subprograma da Pecuária Diversificada Sustentável, Senhor Valdomiro Rufino Bento teve aumento de produtividade de 30 para 100 litros diários.

Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>

4.0 Subprograma Mecanismos de REDD+

Na repartição de benefícios definida em 2019, 30% do total dos recursos do Programa REM Acre Fase II são direcionados para o desenvolvimento dos mecanismos de REDD+ e fortalecimento do SISA. Para fins de resguardar a compatibilização com o POA, este componente foi dividido em: Mecanismo de REDD+ compreendo as seguintes atividades: processos de monitoramento e Mensuração, Reporte e Verificação (MRV); comunicação e produção de material de divulgação; salvaguardas socioambientais; capacitação para integrantes das instâncias de governança do Sistema (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA), Câmara Técnica (CT) Indígena e CT Mulher, Comitê Científico; geração e gestão de conhecimento, intercâmbio de experiências em foros nacionais e internacionais para divulgação de lições aprendidas; e Ouvidoria; e Fortalecimento do SISA. Para o Componente Mecanismos de REDD+ foram destinados 12,27% dos recursos do Programa.

A seguir são listados os projetos relacionados a este componente:

- 4.1. Monitoramento e Mensuração, Relato e Verificação (MRV)
- 4.2. Comunicação
- 4.3. Governança, Salvaguardas e Transparência do SISA
- 4.4. Unidade Gestora do SISA
- 4.5. Geração e Gestão do Conhecimento
- 4.6. Ouvidoria do SISA

Durante o segundo semestre de 2025, a participação em fóruns e espaços de diálogo com comunidades tradicionais e extrativistas contribuiu para ampliar a integração dessas populações nos processos decisórios relacionados aos serviços ambientais do Estado do Acre. Ao longo da execução do Programa REM Acre, os mecanismos de REDD+ possibilitaram a remuneração de aproximadamente **5,2 milhões de toneladas de CO₂** equivalente, resultado que reflete os esforços do estado na redução do desmatamento e no enfrentamento às mudanças climáticas, garantindo o protagonismo das populações que vivem e dependem da floresta (Informativo Semestral Julho a Dezembro de 2025 – REM/ACRE fase II).

5.0 Subprograma Fortalecimento do SISA

Tem por objetivo apoiar projetos e atividades que contribuam para o fortalecimento e consolidação do arranjo institucional e funcionamento do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA), foram destinados 17,73% dos recursos do Programa para este Componente. A seguir são listados os projetos relacionados a este componente:

- 5.1. Gestão de Ativos, subprogramas, projetos especiais e sustentabilidade financeira
- 5.2. Comando e controle
- 5.3. Gestão de Áreas Naturais Protegidas
- 5.4 Regularização Fundiária
- 5.5 Gestão Técnica, Administrativa e Financeira do Programa

Esses subprogramas operam de forma integrada com políticas estaduais de combate ao desmatamento (Figura 11), ordenamento territorial, assistência técnica, regularização ambiental e inclusão produtiva, ampliando os efeitos estruturantes do financiamento climático.

Após os desafios institucionais e políticos enfrentados a partir de 2019 e os impactos da pandemia da COVID-19, o Programa passou por dois processos de realinhamento (2022 e 2024), com forte participação do KfW. Esses realinhamentos resultaram no ajuste de metas, no aprimoramento da governança, no fortalecimento do monitoramento, avaliação e aprendizado (MEL) e na adoção de estratégias de implementação direta via chamamentos públicos, ampliando a participação da sociedade civil e a efetividade das ações em campo.

Em síntese, o REM/KfW no Acre representa uma experiência consolidada de financiamento climático jurisdicional, que vai além do pagamento por resultados, atuando como instrumento estruturante de políticas públicas. Sua relevância reside na capacidade de articular conservação florestal, redução de emissões, fortalecimento institucional e desenvolvimento rural sustentável, contribuindo de forma concreta para a transição do Estado do Acre para um modelo de desenvolvimento de baixa emissão de carbono e alta inclusão socioambiental.

No segundo semestre de 2025, destacaram-se as operações integradas de comando e controle, realizadas em parceria com órgãos federais, voltadas à fiscalização e ao combate ao desmatamento no território acreano. Ao longo da execução do Programa REM Acre, foram realizadas mais de 445 operações integradas, superando as metas estabelecidas e contribuindo para maior eficiência e otimização dos recursos públicos (Figuras 12 e 13).

Com esses avanços, a gestão e o fortalecimento do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais consolidam o SISA como um modelo inovador de governança ambiental e social, fortalecendo institucionalmente o Estado do Acre e ampliando os impactos positivos das políticas públicas de conservação, desenvolvimento sustentável e enfrentamento à crise climática.



Figura 11: Atividades do projeto do Comando e Controle ligados ao Subprograma de Fortalecimento do SISA. Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>.

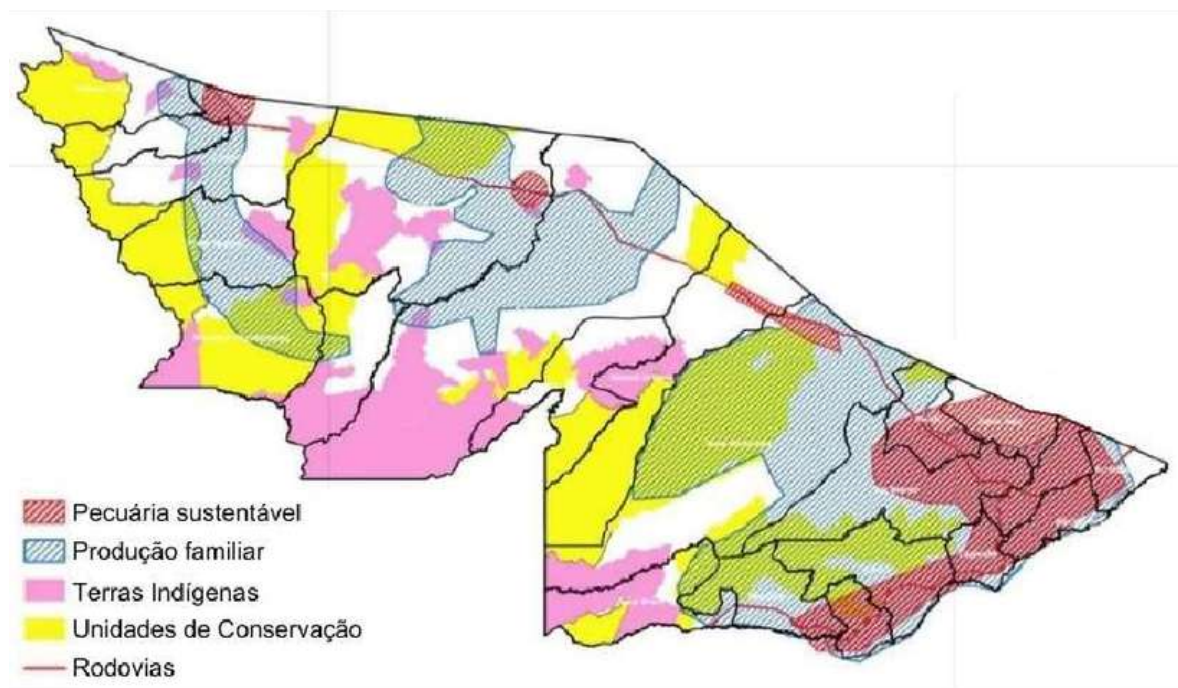


Figura 12. Territórios de atuação do Programa REM Acre Fase II.
Fonte: Documento do Programa REM ACRE Fase II (2024-2026).

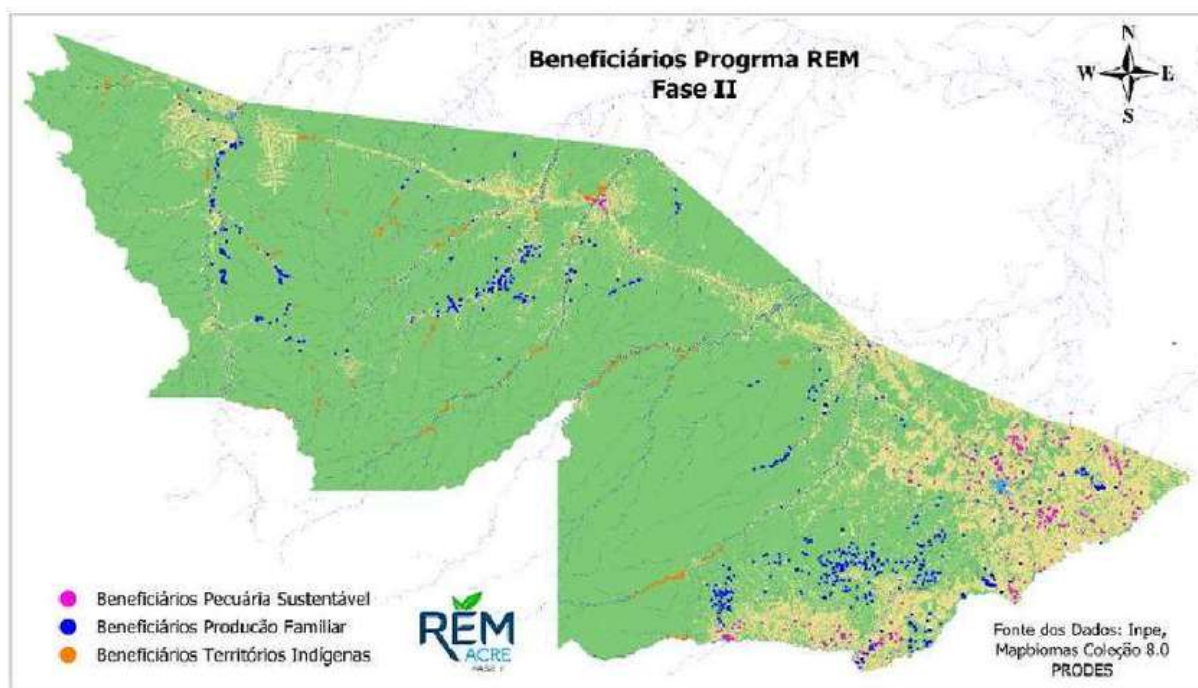


Figura 13. Localização dos beneficiários do Programa REM Fase II por Subprograma.
Fonte: Monitoramento UCP-REM e CI/SIG-REM.



3.4. CAR e PRA ACRE

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) constituem instrumentos centrais da política ambiental e territorial do Estado do Acre, operando de forma integrada para promover a conformidade ambiental dos imóveis rurais, a recomposição da vegetação nativa e a mitigação de emissões de gases de efeito estufa associadas ao uso do solo.

Os dados consolidados do Painel de Regularização Ambiental do Escritório do CAR/PRA demonstram a robustez, escala e efetividade desses instrumentos no território acreano. Atualmente, o CAR e o PRA abrangem aproximadamente 980 mil hectares de imóveis rurais, com 1.021 Termos de Compromisso Ambiental (TCAs) firmados e 907 Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA's) elaborados, evidenciando elevada capacidade operacional e técnica do Estado na condução da regularização ambiental (Figura 14).

A análise do perfil fundiário revela que 91% dos TCA's firmados correspondem a imóveis com até quatro módulos fiscais, indicando que a política de regularização ambiental no Acre possui forte caráter inclusivo, com foco na agricultura familiar e nos pequenos produtores rurais. Esse aspecto reforça a convergência entre a agenda ambiental, a justiça socio-ambiental e o desenvolvimento rural sustentável.

No que se refere à recomposição ambiental, o PRA tem priorizado estratégias tecnicamente adequadas e economicamente viáveis, com destaque para a regeneração natural assistida em áreas de Reserva Legal antropizadas, que somam mais de 16 mil ha, e para ações de restauração ativa, com aproximadamente 257 ha de plantio vinculados a projetos de fomento, como a implementação de SAFs. Essa combinação de estratégias amplia a eficiência ecológica, reduz custos de implantação e potencializa os benefícios climáticos associados ao sequestro de carbono.

Além disso, o PRA desempenha papel relevante na regularização de imóveis com restrições legais, uma vez que parte significativa dos imóveis com TCA firmado apresenta histórico de embargo ambiental. A adesão ao programa permite a estruturação de caminhos técnicos e jurídicos para a recuperação ambiental, contribuindo para a redução do desmatamento ilegal e para a reinserção produtiva sustentável dessas áreas.

A distribuição espacial dos TCAs e sua evolução temporal evidenciam a capilaridade territorial e o amadurecimento institucional do CAR e do PRA no Estado do Acre, com crescimento contínuo das adesões ao longo da última década, especialmente a partir de 2021. Esse avanço consolida o PRA como um instrumento estruturante para a implementação das políticas climáticas e ambientais estaduais.

No contexto do Plano Estadual ABC+, o CAR e o PRA fornecem a base técnica, territorial e jurídica indispensável para a execução das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no meio rural, ao viabilizar a recomposição florestal, o controle do desmatamento, a regularização ambiental e a indução de sistemas produtivos sustentáveis e resilientes.



Figura14. Painel de Regularização Ambiental do Acre realizados pelo CAR.

Fonte: <https://sema.ac.gov.br/escritorio-de-gestao-do-car-e-pra/>.

Programas CAR/PRA-AC: Programa SeloVerde AC

O Programa SeloVerde AC é uma iniciativa estratégica do Estado do Acre voltada ao monitoramento, avaliação e qualificação de políticas públicas de desenvolvimento agropecuário sustentável, com base em evidências técnicas e análises geoespaciais. A plataforma SeloVerde AC subsidia a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas ao disponibilizar estimativas da produção agropecuária e do grau de adequação ambiental das propriedades rurais inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O programa atua como um instrumento de transparência, rastreabilidade e inteligência territorial, integrando dados de diferentes órgãos públicos federais e estaduais e aplicando metodologias avançadas de análise espacial, com o objetivo de promover a produção sustentável e combater o desmatamento ilegal no território acreano.

O SeloVerde AC utiliza tecnologias avançadas de geoprocessamento e bases cartográficas atualizadas, permitindo a consolidação de um conjunto robusto de informações territoriais e produtivas. Entre suas principais funcionalidades destacam-se:

- Avaliação da conformidade ambiental das propriedades rurais em relação ao Código Florestal Brasileiro;
- Disponibilização de informações para rastreabilidade da produção agropecuária, com foco na cadeia de fornecedores;
- Integração de dados geoespaciais oficiais, provenientes de órgãos ambientais, fundiários e agropecuários;
- Identificação e monitoramento de desmatamento não autorizado, subsidiando ações de controle e fiscalização;
- Apoio técnico à regularização ambiental e fundiária, por meio da qualificação das informações territoriais.

Esses instrumentos permitem ao Estado do Acre dispor de uma base técnica confiável para orientar decisões estratégicas, fortalecer o planejamento territorial e aprimorar a eficiência das políticas públicas ambientais e agropecuárias.

Ao prover rastreabilidade transparente da produção agropecuária, o SeloVerde AC contribui para a valorização de cadeias produtivas sustentáveis, ampliando a segurança socioambiental de produtos oriundos do Estado do Acre. Essa funcionalidade cria condições favoráveis para:

- Acesso a mercados diferenciados e exigentes em critérios ambientais;
- Fortalecimento de políticas de incentivo à produção regular e sustentável;
- Indução à adequação ambiental voluntária das propriedades rurais;
- Redução de riscos associados ao desmatamento ilegal e à irregularidade ambiental.

Dessa forma, o SeloVerde AC opera como um instrumento indutor, reforçando os incentivos positivos à conformidade ambiental e à produção de baixa emissão de carbono.

3.5. Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas Ilegais do Acre (PPCDQ-AC)



Em seu primeiro PPCDQ-AC de 2010, o Acre assumiu voluntariamente metas de redução do desmatamento, referenciando a diminuição de cerca de 80% do desmatamento ilegal até 2020, segundo a taxa média de desmatamento de 1995 a 2005, que equivale a 165 milhões de toneladas de GEE. O primeiro plano foi bem-sucedido e a meta praticamente alcançada com o registro de 146.917.109 toneladas de redução no Info Hub (UNFCCC) de emissões de GEE em 2017.

Outros compromissos voluntários internacionais assumidos pelo Acre foram a Declaração de Rio Branco, o Under 2 MoU e a Declaração Florestal de Nova York. No âmbito nacional, o “Acordo de Desmatamento Ilegal Zero” foi um importante acordo entre o Ministério do Meio Ambiente com os estados do Acre e Mato Grosso. Regionalmente, o Acre junto com todos os demais estados amazônicos, assinou o compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2030, no âmbito do Plano de Recuperação Verde (compromisso coletivo do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento da Amazônia Legal).

O estabelecimento de metas realistas e ao mesmo tempo robusta para a redução do desmatamento não é uma tarefa trivial, pois não se trata apenas de definir um patamar desejável, ou aceitável, de área desmatada em determinado ano.

O PPCDQ-AC articula-se como um centro de convergência (hub) de ações e atividades, de planos, programas e projetos afins, existentes ou previstos em diferentes órgãos e instituições.

Em 2019 foi criado o Comitê Gestor Interinstitucional (CGI) do PPCDQ-AC (Portaria SEMA 183/2019), com a função de gerir, acompanhar e monitorar o PPCDQ-AC. Atualmente, o CGI, instituído por meio da Portaria 169 de agosto de 2022, é composto por 38 entidades/membros, todas com potencial de interveniência com ações do Plano. Não obstante, por meio de planejamento participativo, vislumbra-se o PPCDQ-AC, em sua terceira fase, com uma composição de 85 entidades articuladas enquanto atores chave, primários, ou de apoio (Figura 15).



Figura 15: Mapa de Atores envolvidos no PPCDQ-AC. Fonte: PPCDQ-AC 2023-2027.

Em 2017, o PPCDQ-AC destacava alguns alinhamentos programáticos importantes em sua concepção, especialmente relacionados a políticas e programas Federais e Estaduais, como fundamentos subsidiários normativos, de estratégias políticas (ambientais, sociais e econômicas) e/ou, mesmo, de suporte financeiro às ações congregadas no Plano. Enquanto parte dessas políticas/programas devem perdurar para o próximo ciclo do PPCDQ-AC, outras já se encontram finalizadas, ao tempo em que, também, novas políticas/programas devem ser lançadas. Em especial, destacam-se:

No âmbito Federal:

- O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, 5ª versão revisada e lançada em 06/06/2023;
- A Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC);
- O “Novo Código Florestal” e suas principais ferramentas: o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- O Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde/MMA;
- A Estratégia Nacional para REDD + (ENREDD);

- A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - (PNGATI);
 - O Programa Áreas Protegidas da Amazônia, ARPA - FUNBIO/MMA;
 - O Programa Guardiões do Bioma (MMA e MJ), que teve interação direta com operações de comando e controle desenvolvidas pelo Estado;
 - O Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia (PSAM - MMA/GEF);
- O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC+ (MAPA).

No âmbito Estadual:

- O ZEE Acre, Fase II;
- O Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Acre - SISA;
- O Programa ISA Carbono do SISA;
- O Programa REDD+ Early Movers Acre – REM Acre Fase II;
- O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - PDSA II/BID;
- O Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER/Banco Mundial – BIRD;

- A Agenda Acre 10 Anos - Plano Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Estado do Acre 2023-2032;
- O Projeto do Estado do Acre para o Fundo Amazônia

O Governo do Acre lançou o seu Plano Estratégico “Agenda Acre 10 Anos”, com diretrizes para o alinhamento do PPCDQ-AC, tanto em relação à proteção da floresta, quanto ao incentivo à produção sustentável. Neste âmbito, vale frisar que o Governo do Estado prevê ainda a elaboração de seu Plano Estadual de Biodiversidade, como instrumento de política pública inovadora que virá fortalecer o crescimento econômico com inclusão social aliada a conservação da biodiversidade amazônica.

O Plano Plurianual do Acre (PPA) sempre se constituiu também em importante subsídio ao PPCDQ-AC, da mesma forma que algumas emendas parlamentares e alguns projetos não previstos, originalmente, ou sem correlação clara com o Plano. Ou seja, como um “congregador dinâmico” de ciclos de ações que entram e findam dentro do Estado, faz-se importante entender o PPCDQ-AC como um “programa vivo”, que mostra capacidade de evoluir e adaptar-se à dinamicidade de ciclos ou, mesmo, inconstâncias de políticas públicas. O importante é a manutenção e perseguição de seus objetivos primordiais: preservação da floresta e desenvolvimento sustentável.

O Plano de Prevenção e Combate do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre (PPCDQ-AC) dispõe as diretrizes que norteiam as estratégias, metas e ações do Estado com o objetivo principal de reduzir o desmatamento e a degradação da vegetação nativa, bem como controlar as queimadas e os incêndios florestais, garantindo assim a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos (Figura 16).

O PPCDQ-AC não se limita ao atendimento de compromissos associados à preservação da floresta, mas também traz a oportunidade de qualificar o projeto de desenvolvimento sustentável do Estado do Acre, por meio da promoção de um modelo de progresso social e econômico, que considera a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do patrimônio cultural e natural das populações indígenas e tradicionais.

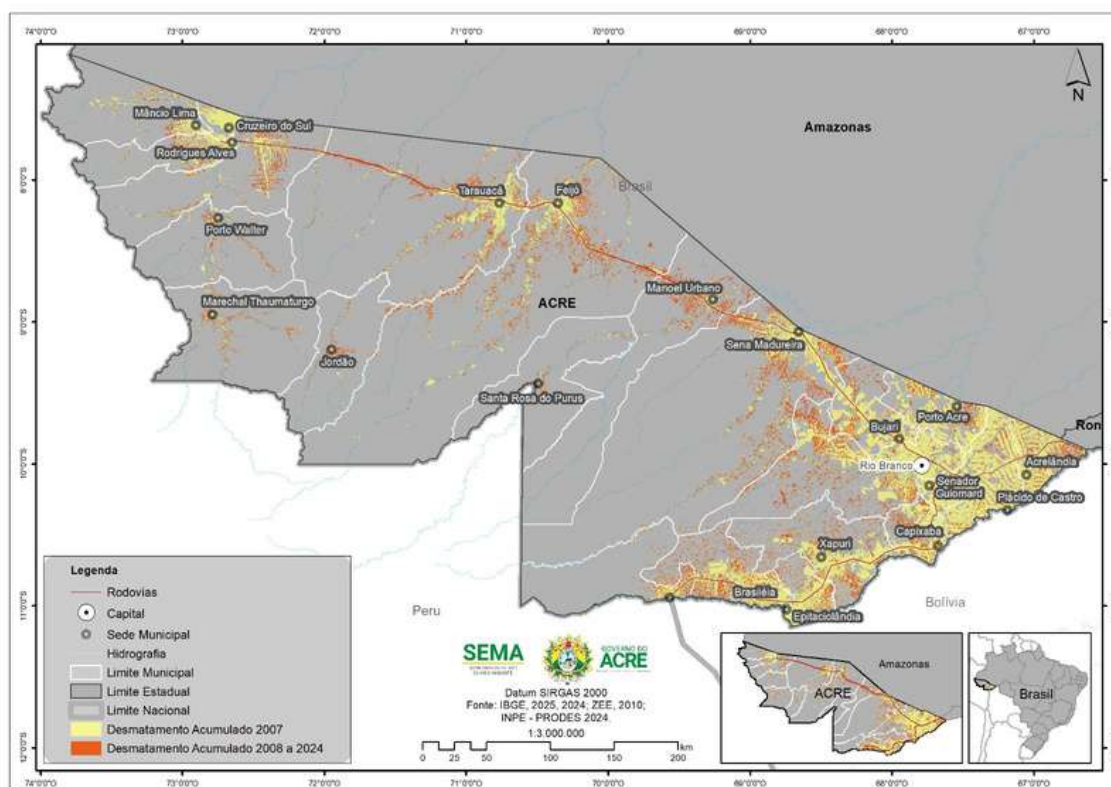


Figura 16. Mapa de desmatamento acumulado, sendo o período até 2007 e o desmatamento anual de 2008 a 2024 (PRODES/INPE).

Desta maneira, o PPCDQ-AC busca consolidar a gestão ambiental compartilhada, para superar os diferentes fatores e vetores que contribuem para fomentar o desmatamento, a exploração ilegal de madeira e os incêndios florestais.

Procura-se, assim, em alinhamento com a Agenda Acre 10 Anos, promover o desenvolvimento sustentável do Estado, com foco no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida da população, na conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, na inovação tecnológica e na valorização da diversidade sociocultural e ecológica.

No atual ciclo de vigência, o Estado do Acre assume o compromisso de reduzir em **50% a taxa de desmatamento até o ano de 2027**, tomando como referência a média observada no período de 2017 a 2022. A definição dessa meta fundamenta-se na análise histórica da dinâmica do desmatamento no Estado, nos níveis de referência de emissões florestais (FREL) e em projeções de emissões de gases de efeito estufa, estabelecendo uma trajetória anual escalonada de redução do desmatamento ao longo do período de implementação do Plano (Figura 17).

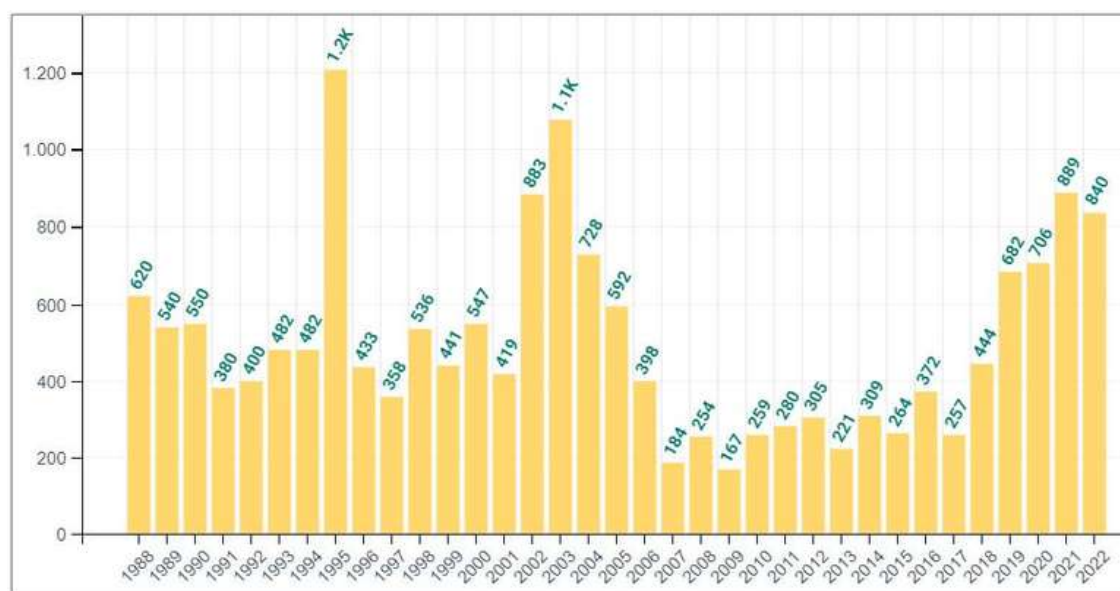


Figura 17: Taxas de desmatamento no Acre (1988-2022, km²). Fonte: INPE/PRODES, Plataforma TerraBrasilis (2023).

O PPCDQ-AC abrange resultados e ações organizadas em quatro eixos temáticos:

Eixo 1 – Ordenamento Territorial e Fundiário

- Ordenamento Fundiário e Territorial desenvolvido
- Áreas Naturais Protegidas estabelecidas e fortalecidas
- Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) implantado

Eixo 2 – Incentivos Econômicos aos Sistemas Produtivos Sustentáveis

- Manejo florestal e sistemas produtivos sustentáveis fortalecidos
- Produção sustentável fomentada
- Bioeconomia fomentada

Eixo 3 – Comando e Controle Ambiental

- Fiscalização e combate eficientes
- Monitoramento aprimorado
- Regularização ambiental desenvolvida no estado

Eixo 4 – Gestão e Governança

- Sociedade sensibilizada sobre desmatamento e queimadas
- Institucionalização do PPCDQ-AC realizada
- Ações do PPCDQ-AC operativas, integradas e transparentes

O Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre (PPCDQ-AC 2023–2027) consolida-se como instrumento estruturante da política ambiental e climática estadual, ao estabelecer diretrizes, metas e ações voltadas à redução do desmatamento e das queimadas, em consonância com os compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo Brasil. Sua implementação fortalece a capacidade do Estado em atuar de forma coordenada sobre os vetores do desmatamento, ao mesmo tempo em que promove condições institucionais para a transição a um modelo de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o PPCDQ-AC apresenta forte complementaridade e sinergia com o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC/ABC+, ao reconhecer que a redução consistente do desmatamento depende, de forma indissociável, da transformação dos sistemas produtivos agropecuários. Enquanto o PPCDQ-AC atua sobre o ordenamento territorial, a governança ambiental e o controle da ilegalidade, o Plano ABC+ oferece o arcabouço técnico e produtivo necessário para a intensificação sustentável da produção, a recuperação de áreas degradadas, a redução do uso do fogo e a diminuição das emissões de gases de efeito estufa no setor agropecuário.

A integração entre esses instrumentos permite que o PPCDQ-AC funcione como eixo territorial e institucional, criando condições para a implementação efetiva das tecnologias e práticas preconizadas pelo Plano ABC+, tais como sistemas integrados de produção, manejo sustentável do solo, recuperação de pastagens e sistemas agroflorestais. Dessa forma, o enfrentamento ao desmatamento deixa de se restringir às ações de comando e controle, passando a incorporar estratégias estruturantes de incentivo à produção sustentável e de geração de renda no meio rural.

Ao articular políticas ambientais e produtivas, o Estado do Acre fortalece uma abordagem que alia proteção florestal, competitividade agropecuária e inclusão socioeconômica, contribuindo simultaneamente para o cumprimento das metas climáticas nacionais (NDC), para a consolidação de uma economia de baixo carbono e para a valorização dos ativos ambientais e produtivos do território. Assim, a convergência entre o PPCDQ-AC e o Plano ABC/ABC+ reafirma o compromisso do Estado com um modelo de desenvolvimento rural sustentável, resiliente às mudanças climáticas e alinhado às agendas estratégica, ambiental e produtiva do país.

3.6. Programa de Mecanização Agrícola

O Programa de Mecanização Agrícola integra o conjunto de políticas públicas estruturantes formuladas pelo Governo do Estado do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI), com foco no desenvolvimento rural sustentável, na modernização da agricultura familiar e na mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE), em consonância com as diretrizes do Plano ABC+ (2020–2030).

O projeto tem como objetivo principal a implementação de ações voltadas ao aumento da produção e da produtividade agropecuária, à recuperação de áreas degradadas, à redução do uso do fogo, à erradicação do desmatamento ilegal e à promoção do desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais, com geração de emprego e renda no meio rural. Para tanto, prevê-se conforme o Plano Plurianual (2024-2027) a incorporação produtiva de 15.000 hectares de solos degradados, beneficiando aproximadamente 30.000 famílias da agricultura familiar acreana com repetição de famílias entre os anos (Tabela 1 e Figura18).

Tabela1. Histórico do Programa de Mecanização Agrícola realizado pela SEAGRI da área mecanizada em hectares.

Município	2022	2023	2024	2025
	(hectares)			
Acrelândia	183	393,00	60,00	500
Assis Brasil	13,7	780,50	468,00	460
Brasiléia		60,00	208,00	50
Bujari	737,9	810,00	109,40	
Capixaba	365,7	1.093,50	571,50	661
Cruzeiro do Sul	22,45	4,30	88,00	255,4
Epitaciolândia	334,8	289,50	285,00	245
Feijó			31,50	115
Mâncio Lima	98,5			436

Manoel Urbano		35,00		
Marechal Thaumaturgo		31,00		
Plácido de Castro	100,6	1.084,00		
Porto Acre	247,83	395,50	222,00	185
Rio Branco	14,5	586,54	369,00	650,5
Rodrigues Alves	43	508,00	650,00	76
Senador Guiomard	202,4	250,00	34,00	
Xapuri	68	402,00	438,00	1447,7
TOTAL	2.432,38	6.722,84	3.534,40	5.081,60

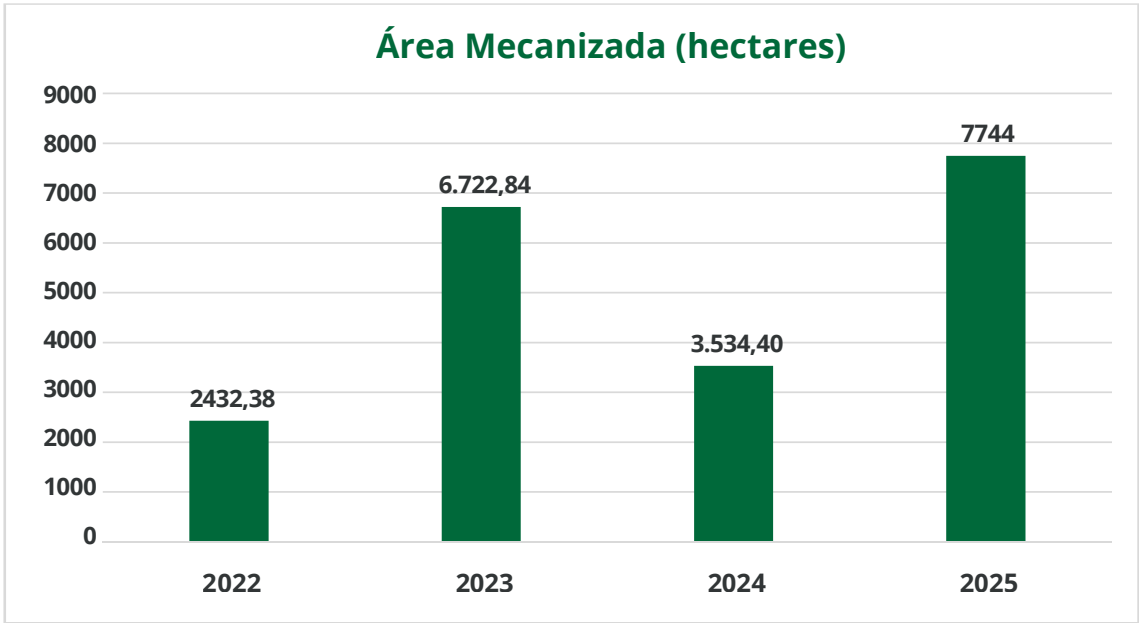


Figura 18: Histórico da área mecanizada no estado do Acre entre os anos de 2022 e 2025.

A relevância do Programa de Mecanização Agrícola torna-se evidente quando se analisam os impactos positivos sobre culturas estratégicas para a segurança alimentar e a economia local, como a mandioca. Estudos demonstram que a mecanização do preparo do solo pode elevar a produtividade dessa cultura de 20 para até 60 toneladas por hectare, evidenciando que ganhos consistentes de produção e produtividade estão diretamente associados à adoção de tecnologias mecanizadas. Nesse sentido, a mecanização constitui etapa fundamental para a transição rumo à agricultura de precisão e de baixa emissão de carbono, conforme preconizado pelo Plano ABC+ (2020-2030).

Sistemas Agroflorestais e Recomposição da Reserva Legal

No âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável do agronegócio acreano, a SEAGRI estabelece estratégias técnicas e legais para a recomposição produtiva das áreas de Reserva Legal em pequenos e médios estabelecimentos rurais, visando ao cumprimento do Código Florestal Brasileiro e à ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

O foco recai sobre a incorporação produtiva de áreas de capoeira e de pastagens degradadas ou em processo de degradação, bem como sobre a recomposição dos passivos ambientais associados às Reservas Legais. Essa abordagem contribui para a regularização ambiental dos estabelecimentos rurais, associando conservação ambiental ao aumento da produção, da produtividade e da renda.

Dados da Embrapa indicam que cerca de 22% das pastagens do Acre encontram-se degradadas ou em processo de degradação, correspondendo a aproximadamente 479 mil hectares, que, somados aos 2,66 milhões de hectares (16,5% do estado) em desmatamento acumulado (PRODES 2023/2024), totalizam 3,14 milhões de hectares, ou 19% do território estadual. Esse cenário demanda a intervenção do Estado com ações técnicas estruturadas e céleres, de modo a reverter o empobrecimento dos solos, conter o êxodo rural e promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Nesse contexto, o Programa de Mecanização Agrícola propõe a implantação de SAFs com espécies de alto valor econômico e demanda comprovada, tais como espécies madeiras de ciclo curto, castanha-do-brasil enxertada, frutíferas, grãos, banana e mandioca, entre outras. De forma complementar, estimula a diversificação produtiva com a criação de peixes, suínos, ovinos, caprinos, bovinos de leite e de corte (pecuária mais eficiente), bem como aves de corte e postura, visando ao abastecimento dos mercados interno e externo.



Figura 19. Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>

Recomposição das Áreas de Preservação Permanente - APP

A recuperação das APPs segue a mesma estratégia adotada para as Reservas Legais, priorizando sua recomposição de forma produtiva. Para tanto, serão indicadas espécies extrativistas de elevado valor econômico, como açaí, pupunha, buriti, bacaba, patuá, tucumã, cupuaçu, cacau, cajá, castanha, copaíba e andiroba, cujos produtos podem ser explorados sem a supressão das árvores.

A recomposição das APPs tem como objetivos a proteção das nascentes e dos corpos hídricos, a prevenção de processos erosivos e assoreamento, a formação de corredores ecológicos, a proteção da fauna, o aumento do sequestro de carbono e a contribuição efetiva para a melhoria do clima regional e global.

A estratégia de recomposição produtiva das Reservas Legais e APPs adotada pelo Governo do Estado do Acre visa atender plenamente à legislação ambiental vigente, ao mesmo tempo em que promove a geração de renda, a segurança alimentar, a ampliação da oferta de produtos agropecuários, o crescimento do PIB estadual e o equilíbrio da balança comercial acreana.

Para garantir a continuidade e a efetividade, é fundamental a continuação da articulação entre as instituições do GGE do Plano ABC+ (2020-2030) como as instituições financeiras, órgãos de pesquisa, serviços de assistência técnica e extensão rural, lideranças rurais, prefeituras e a Bancada Federal, visando à captação de recursos, especialmente por meio de emendas parlamentares, destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e insumos.

O Fundo Agropecuário Estadual (FUNAGRO) constitui-se como um instrumento financeiro estratégico do Governo do Estado do Acre para o fomento da produção agropecuária, permitindo o financiamento e o custeio de insumos, equipamentos e serviços de mecanização agrícola, além de ações de pesquisa, assistência técnica e apoio ao desenvolvimento rural sustentável (Lei nº 725, de 13 de dezembro de 1980, última modificação pela Lei nº 4.602, de 01 de julho de 2025).

No contexto do Plano ABC+ (2020–2030), o FUNAGRO desempenha papel fundamental na viabilização do Programa de Mecanização, ao apoiar a recuperação produtiva de áreas degradadas, a redução do uso do fogo e o aumento da eficiência produtiva da agricultura familiar. A mecanização agrícola, financiada e operacionalizada com apoio do FUNAGRO, promove a intensificação sustentável da produção, reduz a pressão por novos desmatamentos e contribui para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

Dessa forma, o FUNAGRO consolida-se como instrumento de suporte financeiro e operacional para a execução do programa, alinhando políticas públicas de mecanização agrícola às diretrizes do Plano ABC+ no Estado do Acre, com foco no aumento da produtividade, na regularização ambiental e no desenvolvimento rural de baixa emissão de carbono.

Além das operações de destoca e gradagem, o Programa de Mecanização Agrícola contempla a execução de atividades de açudagem, voltadas à construção, recuperação e adequação de açudes e pequenas estruturas de captação e armazenamento de água. No âmbito do programa, foram realizados 95 tanques em 2023; 264 tanques em 2024; e 329 tanques em 2025, evidenciando a ampliação gradativa das ações de açudagem e seu papel estratégico no fortalecimento da produção agropecuária sustentável.

Essas ações têm como finalidade garantir a segurança hídrica dos sistemas produtivos, apoiar a dessedentação animal, a piscicultura e o uso múltiplo da água, bem como fortalecer a resiliência da produção agropecuária frente à variabilidade climática, contribuindo para o aumento da produtividade, a diversificação das atividades rurais e a sustentabilidade ambiental.

Diante do exposto, o Programa de Mecanização Agrícola do Estado do Acre consolida-se como uma política pública estratégica para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, da modernização da agricultura familiar e da transição para sistemas produtivos de baixa emissão de carbono, em consonância com as diretrizes do Plano ABC+ (2020–2030). Ao integrar ações de mecanização, recuperação de áreas degradadas, implantação de Sistemas Agroflorestais, recomposição de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, bem como atividades de açudagem voltadas à segurança hídrica, o programa contribui de forma efetiva para o aumento da produção, da produtividade e da renda das famílias rurais, ao mesmo tempo em que reduz a pressão sobre os recursos naturais e as emissões de gases de efeito estufa. O fortalecimento institucional, o apoio financeiro do FUNAGRO e a articulação entre os entes do GGE do Plano ABC+ reforçam a sustentabilidade e a continuidade do programa, consolidando-o como instrumento fundamental para o desenvolvimento agropecuário resiliente, competitivo e ambientalmente responsável no Estado do Acre.



Figura 20. Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>

3.7 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

A prestação dos serviços de ATER abrange majoritariamente as famílias localizadas em projetos de assentamento e reforma agrária, sobretudo a partir da facilitação de tecnologias em sistemas de produção animal (zootécnicos) e vegetal – conforme aqueles sistemas definidos no Plano ABC + (2020-2030), atendimentos estes complementados com a inserção das famílias em políticas públicas como o crédito e os programas de compras institucionais PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

No entanto, ainda que apresente um público beneficiário expressivo, as intervenções ainda necessitam ser ampliadas. Isto quando se vislumbram as necessidades do que se preconiza como ideais para que as unidades produtivas familiares ou os grupos associativos/cooperativos que as representem, possam atingir a autogestão dos respectivos empreendimentos e intensificação de práticas de transição agroecológica. Nesta perspectiva a Embrapa continua sendo a instituição de pesquisa acessível e com um amplo portfólio de pesquisas validadas e úteis.

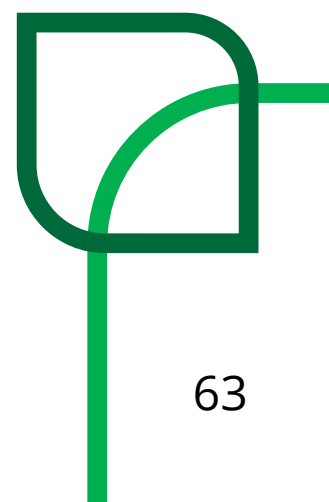
Necessidade urgente de intensificação de facilitação de medidas complementares quanto à geração de renda com minimização do uso do fogo no preparo de áreas, reincorporação de áreas degradadas e manejo de boas práticas florestais, à luz dos desafios prioritários do governo do Estado para evitar avanços em desmatamentos, cujas medidas estão previstas em Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRADAs, conforme contexto apresentado nos itens 3.4 e 3.5, do Programa de Regularização Ambiental do Acre.

Em um fortalecimento entre a Seagri, Emater, demais prestadoras privadas, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Ibama e ICMBio, há a necessidade de consolidar as iniciativas interinstitucionais em curso, ampliando os serviços de Ater. Os recursos advindos de financiadores como Fundo Amazônia, Fundo Clima e Ministérios afins, dentre outras fontes, serão essenciais para ampliação das equipes das unidades locais de ATER, custeio das intervenções nas comunidades beneficiárias sem que isso possa implicar em sobreposições de beneficiários.

4.0 Histórico do Plano Estadual ABC (2010–2020) no Estado do Acre

O Plano ABC, instituído em âmbito nacional para o período 2010–2020, surgiu como um dos principais instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), com o objetivo de promover a mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a adaptação da agropecuária brasileira às mudanças climáticas, por meio da adoção de tecnologias sustentáveis.

No Estado do Acre, as primeiras iniciativas relacionadas ao Plano ABC ocorreram a partir de 2014, quando foi realizada a Oficina de Sensibilização e Construção do Plano ABC/AC, envolvendo instituições estaduais, federais, financeiras, de pesquisa e de assistência técnica. Esse processo resultou na elaboração de esboços preliminares do Plano Estadual, nos quais foram identificadas tecnologias prioritárias, objetivos específicos e propostas de ações, porém sem a publicação oficial de um plano operativo finalizado.



A governança do Plano ABC/AC passou por diversas mudanças institucionais ao longo do período. Inicialmente, a coordenação esteve a cargo da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), conforme a Resolução nº 001/2014. Em 2016, com a publicação do Decreto nº 5.675, de 14 de dezembro 2016, o Plano ABC/AC foi oficialmente instituído no Estado e posteriormente a coordenação passou para a Secretaria Executiva de Agropecuária (SEAP). Em razão de reestruturações administrativas e da extinção da SEAPROF e SEAP, a coordenação foi assumida, a partir de 2019, pela Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio (SEPA) e posteriormente em 2023 para a Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI), que permanece responsável até os dias atuais.

No âmbito da governança, foi criado o Grupo Gestor Estadual do Plano ABC (GGE/AC), inicialmente composto por cerca de dez instituições e posteriormente ampliado para doze, incluindo órgãos governamentais, instituições financeiras, entidades de pesquisa, extensão rural e representação do setor produtivo.

Apesar da ausência de um plano estadual publicado e de ações coordenadas, o Acre registrou avanços pontuais relacionados às tecnologias do Plano ABC, especialmente por meio de instituições como a Embrapa Acre, que desenvolveu pesquisas, projetos de transferência de tecnologia e capacitações nas áreas de recuperação de pastagens, ILPF, sistemas agroflorestais e plantio direto. Também foram identificadas ações isoladas de divulgação e acesso ao crédito do Programa ABC, que, entre 2013 e 2020, financiou investimentos no Estado, ainda que aquém do potencial produtivo e ambiental do território.

O Grupo Gestor Estadual (GGE) do Plano ABC+ (2020-2030) constitui a principal instância de governança, coordenação e articulação interinstitucional no âmbito estadual para a implementação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas na Agricultura. Seu papel é assegurar que as diretrizes nacionais do Plano ABC+ sejam territorializadas, adaptadas às realidades produtivas locais e integradas às políticas públicas estaduais correlatas.

Do ponto de vista institucional, o GGE opera como um espaço de convergência entre políticas ambientais, agropecuárias e climáticas, reunindo órgãos governamentais, instituições de pesquisa, extensão rural, crédito, assistência técnica e demais atores estratégicos (Figura 21 e 22). Essa composição multissetorial permite alinhar instrumentos de planejamento, financiamento, capacitação e inovação tecnológica, reduzindo sobreposições institucionais e ampliando a efetividade das ações do Plano ABC+ no território estadual (Tabela 2).



Figura 21. Reunião com os membros do GGE para alinhamento do Plano ABC+.

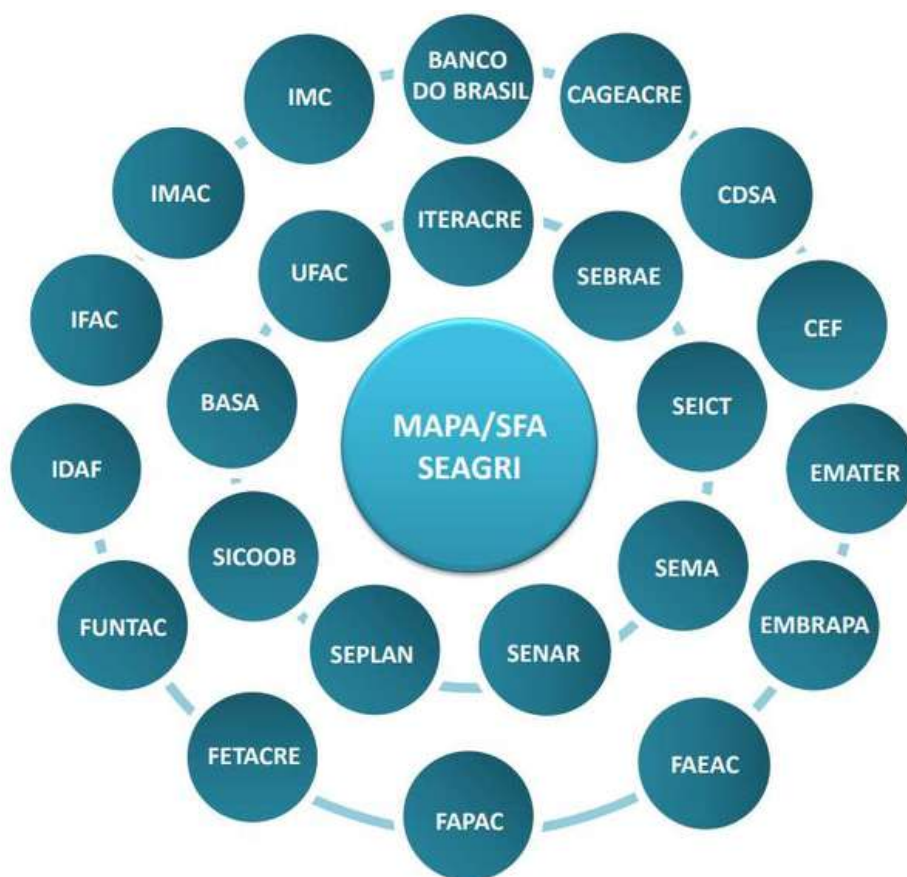


Figura 22: Organograma das instituições que compõe o Grupo Gestor Estadual – GGE.

**Tabela 2. Tipos de instituições e sua atuação na implementação do Plano ABC+/Acre.**

Instituição/Tipo Institucional	Área de Atuação	Papel no Plano ABC+/Acre
Secretaria Estadual de Agricultura e Produção	Política agropecuária; desenvolvimento rural; apoio produtivo	Coordenação setorial do Plano ABC+/Acre; articulação com produtores rurais; integração das tecnologias de baixa emissão de carbono às políticas de fomento e desenvolvimento agropecuário
Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Clima	Gestão ambiental; mudanças climáticas; ordenamento territorial	Integração do Plano ABC+ às políticas ambientais e climáticas; alinhamento com metas de mitigação; articulação com instrumentos de controle do desmatamento e uso sustentável da terra
Órgãos Estaduais de Planejamento	Planejamento governamental; políticas públicas; integração intersetorial	Alinhamento do Plano ABC+ ao planejamento estratégico estadual; articulação com PPA, programas estruturantes e agendas de longo prazo
Instituições de Pesquisa Agropecuária	Pesquisa aplicada; inovação tecnológica; desenvolvimento científico	Geração, adaptação e validação de tecnologias de agricultura de baixa emissão de carbono; suporte técnico-científico à implementação do Plano
Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Extensão rural; capacitação; facilitação de tecnologias disponíveis e organização comunitária de grupos familiares	Difusão das práticas e tecnologias do Plano ABC+; acompanhamento da adoção pelos produtores; capacitação técnica no território; fortalecimento da gestão de associações e cooperativas
Instituições de Ensino Superior e Técnico	Formação profissional; pesquisa; extensão acadêmica	Apoio à capacitação técnica, formação de recursos humanos e produção de conhecimento aplicado à agricultura de baixo carbono
Instituições Financeiras e Agentes de Crédito	Crédito rural; financiamento; instrumentos econômicos	Viabilização financeira das tecnologias do Plano ABC+; operacionalização de linhas de crédito e instrumentos de incentivo à produção sustentável
Órgãos de Regularização Fundiária e Territorial	Ordenamento fundiário; regularização da posse da terra	Criação de condições jurídicas para a adoção de tecnologias do ABC+; redução de entraves à implementação de sistemas produtivos sustentáveis
Órgãos de Defesa Agropecuária	Sanidade vegetal e animal; fiscalização produtiva	Apoio à conformidade produtiva; integração de boas práticas agropecuárias aos sistemas sustentáveis de produção
Instituições de Governança Climática e Ambiental	Monitoramento; indicadores; políticas climáticas	Articulação do Plano ABC+ com metas climáticas estaduais e nacionais; apoio ao monitoramento de resultados e impactos
Representações do Setor Produtivo e Cooperativas	Produção agropecuária; organização econômica	Contribuição para adequação das ações do Plano à realidade produtiva; estímulo à adoção coletiva de práticas de baixo carbono
Organizações de Apoio Técnico e Cooperação	Cooperação técnica; apoio metodológico; capacitação	Apoio à estruturação institucional, monitoramento e aprimoramento contínuo da implementação do Plano

O arranjo institucional do GGE assegura que o Plano ABC+ (2020-2030) seja implementado de forma integrada, territorializada e multissetorial, articulando políticas produtivas, ambientais, climáticas e financeiras. A complementaridade das áreas de atuação permite transformar diretrizes estratégicas em ações concretas no território, fortalecendo a transição para sistemas agropecuários de baixa emissão de carbono e reduzindo a pressão sobre a vegetação nativa. Publicação dos titulares e suplentes do Grupo Gestor Estadual do Acre do Plano ABC+ (2020-2030) consta nos Anexos.

5.0 Agricultura, Pecuária e Florestas plantadas no Estado do Acre e o Plano ABC+ (2020-2030)

Segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) em 2025, a área total cultivada no estado foi de 97.053 hectares e a produção total foi de 194.165 toneladas (cereais, leguminosas e oleaginosas). As principais culturas de relevância econômica na agricultura acreana são a mandioca (22.284 ha), soja (18.550 ha), milho (10.141 ha), banana (7.685 ha) e café canephora (1.734 ha). Essas 5 culturas juntas representaram cerca de 62% de toda a área agrícola do Acre em 2025 (o restante da área está distribuído em outras culturas menores — arroz, feijão, cana-de-açúcar, etc.) (IBGE/SIDRA, 2025).

A cultura da mandioca, que no início do período analisado era a principal cultura do estado, sofreu uma queda acentuada a partir de 2012, atingindo níveis reduzidos em 2023. Essa retração pode estar associada à substituição por culturas mais rentáveis, bem como a mudanças nos padrões de consumo e no mercado local.

A soja em grão apresentou crescimento consistente a partir de 2018. Embora sua produção fosse inicialmente baixa, passou a se expandir de forma expressiva, impulsionada pela crescente demanda e pelos investimentos no setor, o que evidencia uma tendência de diversificação da produção agrícola no estado.

A produção de milho em grão apresentou comportamento oscilante ao longo do período. Após uma leve queda até 2012, seguiu-se uma fase de relativa estabilidade, culminando em uma recuperação expressiva a partir de 2018. Entre 2019 e 2020, observou-se um aumento acentuado da produção, indicando adaptação dos produtores a novas demandas de mercado somado a condições produtivas mais favoráveis.

A banana, por sua vez, manteve-se relativamente estável ao longo da década, com pequenas variações, reafirmando sua importância contínua na agricultura acreana.

A produção de feijão em grão apresentou leve recuperação no final do período, após anos de estabilidade em patamares baixos. Já o arroz em casca registrou queda contínua na produção, possivelmente em razão da menor competitividade da cultura ou de sua substituição por alternativas mais rentáveis.

O período entre 2010 e 2023 foi marcado por transformações relevantes na produção agrícola do Acre, destacando-se o declínio da mandioca e o crescimento do milho e da soja e mais recentemente o café. Esse reposicionamento produtivo reflete a adaptação dos produtores às mudanças nas condições de mercado e às práticas agrícolas, sendo a diversificação uma estratégia fundamental para fortalecer o setor e atender às demandas regionais e globais.

Com base no gráfico referente à evolução do rebanho bovino no Acre entre 2010 e 2025, observa-se uma tendência geral de crescimento ao longo da década. Em 2010, o estado possuía aproximadamente 2,5 milhões de cabeças de gado, número que ultrapassou 5,1 milhões em 2025, evidenciando o fortalecimento da pecuária. Esse crescimento pode ser atribuído à expansão das áreas de pastagem, à melhoria das práticas de manejo e ao aumento da demanda por carne e derivados nos mercados interno e externo (Figura 23).

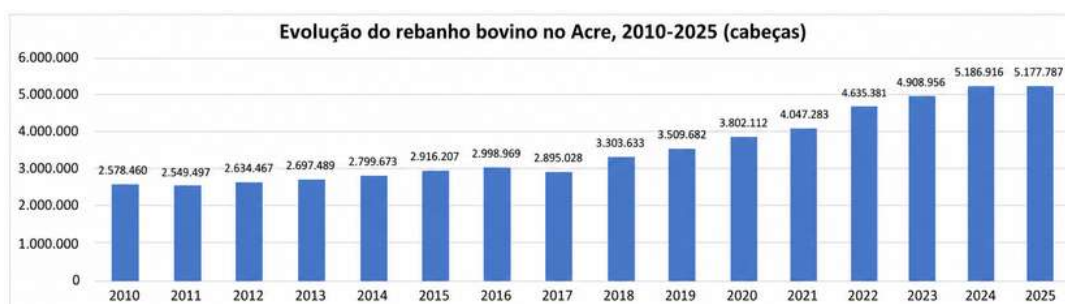


Figura 23. Evolução do rebanho bovino no Acre de 2010 a 2025. Fonte: IDAF (2025).

Entre 2010 e 2014, o crescimento do rebanho foi gradual. De 2015 a 2017, houve relativa estabilidade, com o efetivo bovino mantendo-se próximo de 3,8 milhões de cabeças. A partir de 2018, contudo, o crescimento se intensificou, indicando maior investimento e aumento da produtividade no setor. A pecuária consolidou-se, assim, como uma das principais atividades econômicas do estado, contribuindo significativamente para a geração de renda e empregos.

A expansão do rebanho bovino também impõe desafios ambientais, especialmente no que se refere à preservação da floresta amazônica. A ampliação das áreas de pastagem pode gerar impactos ambientais relevantes, tornando essencial a adoção de práticas sustentáveis, como os sistemas integrados de lavoura-pecuária-floresta, que conciliam produção e conservação ambiental.

No que se refere à produção de leite, o gráfico na figura 24 indica crescimento contínuo entre 2010 e 2015, passando de 41.059 mil litros para 58.470 mil litros, o que representa um aumento de 42,3%. Esse desempenho pode ser explicado por avanços tecnológicos, expansão da área produtiva e políticas de incentivo ao setor.

Após atingir o pico em 2015, a produção leiteira iniciou um processo de declínio, com redução significativa em 2017. Nos anos seguintes, houve uma recuperação parcial, com estabilização em torno de 42.700 mil litros entre 2019 e 2020. A partir de 2021, entretanto, a produção voltou a cair, alcançando em 2022 o menor nível do período analisado, com 35.116 mil litros. Em 2023, registrou-se uma leve recuperação, mas ainda distante dos níveis observados no auge da produção.

Esse cenário revela desafios estruturais no setor leiteiro, como o aumento dos custos de produção, adversidades climáticas, redução de incentivos e mudanças na demanda. Para reverter essa tendência, torna-se fundamental investir em tecnologia, fortalecer políticas públicas de apoio e implementar programas de suporte aos produtores, garantindo maior eficiência e sustentabilidade da atividade no longo prazo.

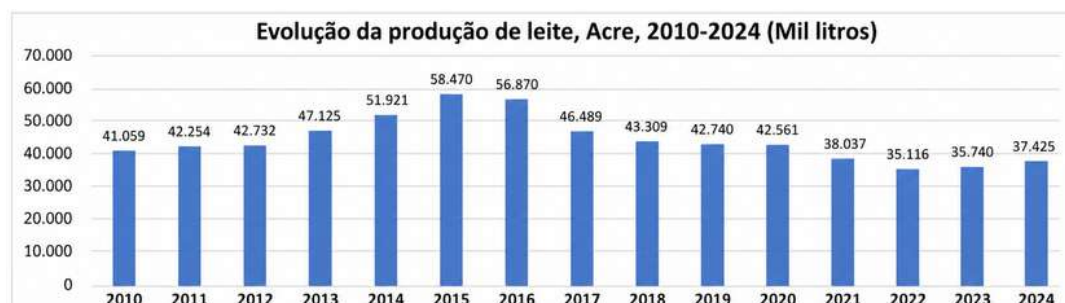


Figura 24. Evolução da produção de leite no Acre de 2010 a 2024.

Fonte: IBGE – Pesquisa da pecuária Municipal.

As florestas plantadas no Estado do Acre apresentam papel estratégico na diversificação da base produtiva florestal e na redução da pressão sobre florestas nativas. Embora o estado ainda possua predominância de cobertura florestal natural, observa-se avanço gradual de plantios florestais comerciais e de reposição florestal, principalmente com espécies de rápido crescimento, destinados ao atendimento de demandas locais por madeira, energia e matéria-prima. Esses plantios contribuem para a regularização ambiental de empreendimentos, geração de renda no meio rural e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, especialmente em áreas já antropizadas, respeitando critérios técnicos e legais (QUEROLAINE, 2025).

Nesse contexto, as florestas plantadas alinham-se diretamente às diretrizes do Plano ABC+, ao promoverem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa por meio do sequestro de carbono, a recuperação de áreas degradadas e a adoção de sistemas produtivos sustentáveis. No Acre, a expansão qualificada das florestas plantadas representa importante instrumento para o cumprimento das metas estaduais de desenvolvimento de uma economia de baixa emissão de carbono, integrando políticas públicas de uso da terra, restauração florestal, produção sustentável e adaptação às mudanças climáticas (CORDEIRO, 2025).

As exportações acreanas mantêm trajetória de crescimento, impulsionadas principalmente pelo desempenho do setor agropecuário que a cada ano projeta incrementos. Em 2025, o estado do Acre fechou o ano com aproximadamente US\$ 98,90 milhões em exportações totais, com participação dos principais produtos do setor agropecuário sendo carne bovina (27,9%), soja (20,6%) e carne suína (16,8%). Entre os principais destinos das exportações de 2025, se destacaram o Peru, Emirados Árabes Unidos, Turquia, Filipinas e Argélia, sendo que esses países absorveram principalmente carnes e castanhas produzidas no Acre. A Figura 25 mostra a série histórica de exportações pelo estado do Acre entre 2015 e 2025 dividido pelos setores Agropecuária, Indústria de transformação, Indústria Extrativa e outros produtos. As figuras 26 e 27 mostram dados da plataforma ComexStat (2026) para as exportações do Acre em 2025 contendo respectivamente valor bruto (FOB em US\$) e percentual (%) de participação de cada produto.

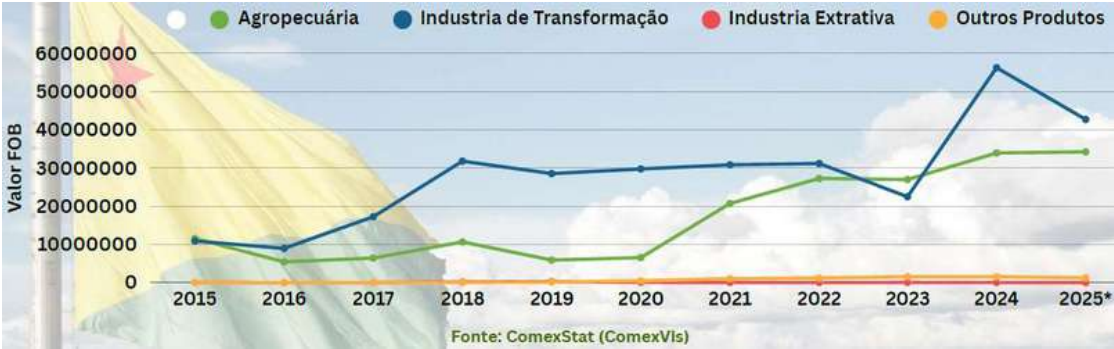


Figura 25. Série histórica de exportações do Acre por setores de atividade econômica. Fonte: ComexStat (2026).



Figura 26. Valor bruto (US\$ FOB) dos principais produtos exportados pelo estado do Acre em 2025. Fonte: ComexStat (2026).

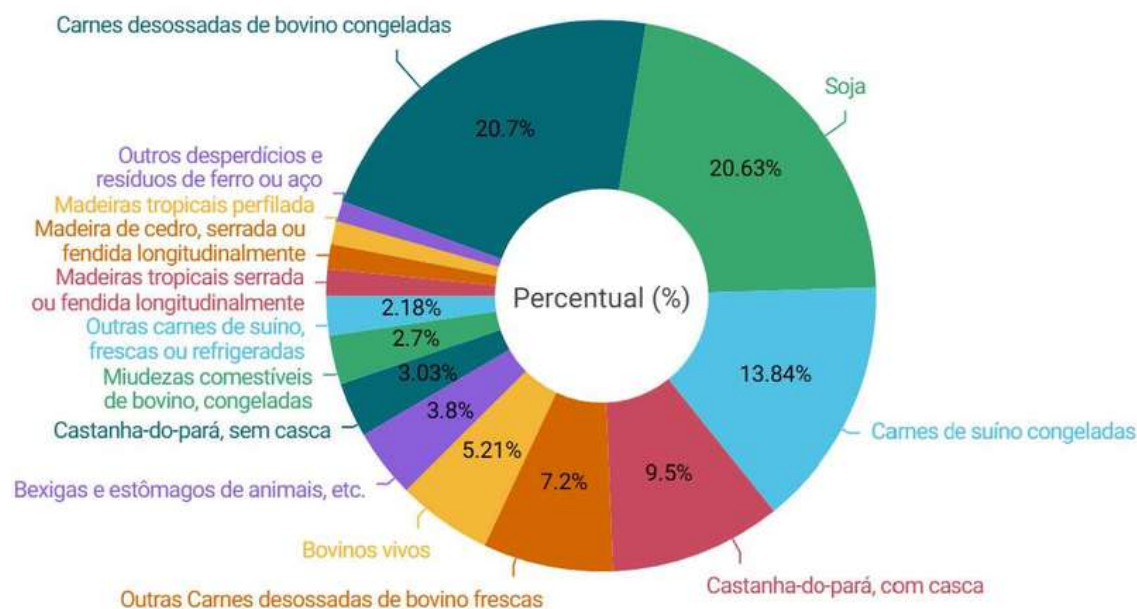


Figura 27. Valor percentual (%) de participação dos principais produtos exportados pelo estado do Acre em 2025. Fonte: ComexStat (2026).

5.1 Produção Agrícola

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, que é a pesquisa mais atualizada mensal sobre área plantada e produção de culturas no estado, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas no Acre em 2025 foi estimada em 194 mil toneladas em mais de 97 mil hectares de área plantada, respondendo com um VBP de R\$ 1,14 bilhões para lavouras (IBGE, 2025).

Em levantamento mais específico com base nos dados oficiais da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2024) para o Estado do Acre, a participação no VBP agrícola foi maior para culturas temporárias (76%) comparado com as cultura permanentes (24%). As 5 culturas que mais contribuíram para o VBP agrícola foram: Mandioca (329,5 R\$ milhões), Milho em grão (128,1 R\$ milhões), Banana (199 R\$ milhões), soja em grão (117,8 R\$ milhões) e café em grão (44,9 R\$ milhões).

Dentre os municípios, os cinco com maior valor da produção são: Plácido de Castro (9,4%, sendo o principal produto soja); Acrelândia (8,3%, principal produto banana); Capixaba (7,9%, principal produto soja); Senador Guiomard (7,8%, principal produto milho) e Rio Branco (7,2%, principal produto mandioca). Esses cinco municípios concentraram uma parcela significativa do valor total da produção agrícola do estado (40% juntos).

A produção Agrícola do Acre, é definida por diretrizes que buscam conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental indicando áreas específicas com maior aptidão para a intensificação de produção e outras para a conservação e preservação das florestas. Segundo o ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico, a produção agrícola do Acre, é caracterizada da seguinte forma:

a) Zoneamento e Aptidão: O território é dividido em zonas, identificando as áreas mais adequadas para as diferentes atividades, com base em estudos técnicos de solo, clima, vegetação e hidrografia;

b) Intensificação em Áreas Específicas: Direciona as atividades agropecuárias de produção intensiva, como o cultivo de soja, milho e café, para locais com melhores solos e logística, muitas vezes, e principalmente, em áreas de pastagens alteradas ou degradadas, utilizando capital para maximizar o rendimento por área, com foco no uso de tecnologias com aplicação de insumos e de irrigação;

c) Sustentabilidade e Regularização: A produção é considerada racional, quando compatível com a política ambiental, subsidiada por programas de licenciamento e regularização ambiental, alicerçada pela adoção do uso e da conservação dos recursos naturais;

d) Diversificação: Considera, além dos grãos, o potencial para sistemas de produção agrícola, sistemas agroflorestais e para a criação de animais, bem como, para as culturas perenes, café, banana, citros e, a pupunha, como florestas plantadas. O cacau de cultivo no formato de SAF's, incluindo criação de animais como a bovinocultura em áreas preferenciais.

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC para a cultura da soja e milho safrinha no estado do Acre, aprovado pelo MAPA para o ano-safra 2025/2026 traz direcionamento para o plantio de sequeiro, disponibilizando informações para reduzir os riscos de insucesso à exploração das culturas, e para isso, identifica os municípios aptos e o período de semeadura no estado em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%. Os resultados do ZARC foram gerados considerando-se um manejo agrônomo adequado para o bom desenvolvimento, crescimento e produtividade das culturas, compatível com as condições de cada localidade.

Para do ZARC de 2025, estão aptos para o cultivo de soja e milho safrinha (2º safra) 21 municípios do estado, excluindo Jordão. Mesmo havendo atividade agrícola na região do Jordão, há critérios climáticos e probabilidade de risco devido a baixa densidade populacional e agricultura menos consolidada, além de áreas muito extensas de floresta, reservas extrativistas e solo com características heterogêneas. Isso pode impedir a modelagem estatística robusta de risco climático

necessária para inclusão no ZARC. De acordo com o ZARC, não são indicadas para o cultivo:

- a) Áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
- b) Áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matações ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno e
- c) Áreas que não atendam às determinações da Legislação Ambiental vigente, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do estado. A relação dos municípios aptos ao cultivo e os períodos indicados para implantação da cultura estão disponibilizados no Painel de Indicação de Riscos no site do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme o Art. 6º da Portaria MAPA nº 412, de 30 de dezembro de 2020 (MAPA, 2026).

Segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), a evolução do mercado agrícola, tem garantido o crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP). Ações integradas em sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica, inclusão social e geração de renda, fortalece as cadeias produtivas estratégicas, assegurando políticas públicas de incentivo à produção de milhares de produtores rurais, extrativistas e povos indígenas, surtindo efeitos positivos na economia do estado.

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) para o Acre em 2025, segundo dados atualizados do Ministério da Agricultura (MAPA), indicam aumento acima de 30% em relação à 2023 (período bianual/homogeneização dos dados), chegando a R\$ 3,94 bilhões de reais, abrangendo tanto a agricultura (produção vegetal), quanto a pecuária (produção animal) conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais produtos primários (2023-2025) em milhões R\$ e % do total do valor bruto produzido respectivamente

Produtos	2023		2025	
	R\$Mi	%	R\$Mi	%
Bovinos	1.917,60	63,4	2.752,90	69,9
Mandioca	481,5	16,9	462,1	12,2
Milho	180,7	6,0	181,5	4,4
Banana	177,3	5,9	168,2	4,3
Café	33,7	1,1	139,6	3,3
Soja	106,3	3,5	123,6	3,1
Ovos	38,6	1,3	55,8	1,4
Leite	33,7	1,1	31,8	0,8
Feijão	17,3	0,6	16,1	0,4
Arroz	6,5	0,2	9,1	0,2

Total	1.075,6	100,0	3.940,70	100
-------	---------	-------	----------	-----

Fonte: Valor Bruto da Produção Agrícola (VBP) – MAPA, 2025.

A banana no estado do Acre, considerada a principal cultura permanente, mantém uma produção estável desde 2019, principalmente nos cinco maiores municípios produtores, sendo eles, Acrelândia, Porto Acre e Rio Branco no baixo Acre e, Tarauacá e Feijó na região do Envira. O valor bruto de produção para a banana, com dados de novembro de 2025, totalizou 168 milhões de reais com produção de 89.854 toneladas em uma área de plantio totalizando 7.719 hectares.

Merecendo destaque, a cultura do café (*Coffea canephora*), apresentou crescimento robusto entre 2023 e 2025 (últimos dois anos), com crescimento de 314%, com base em dados do IBGE, com área plantada equivalente à 1.921 hectares em 2025, saltando de R\$ 33,7 milhões para R\$ 139,6 milhões, e um volume produzido de 6.581 toneladas. Com estes índices, O VBP da cafeicultura, superou o VBP da soja no estado, que registrou R\$ 123,6 milhões e crescimento de 16,3% no mesmo período, estando a soja no estado, com área plantada de 17.478 hectares registradas na safra 2024-2025 e um volume de 56.656 toneladas produzidas (IBGE, 2025). Impulsionado por políticas públicas, aumento da produtividade, com novas cultivares e foco na sustentabilidade, a cafeicultura destaca-se pela qualidade com produção familiar forte e reconhecimento em concursos estaduais (Concurso de Qualidade do Café Robusta Amazônico do Acre – Qualicafé) realizado pela SEAGRI) e nacionais, sendo o café uma cultura em ascensão tanto no Acre, como na região norte como um todo.



Figura 28. Colheita de café. Fonte: @noticiasdoacre - O Acre Existe.

Atualmente com 85% da cobertura florestal preservada, a partir de uma revisão e consolidação de dados fundiários, os 15% disponíveis, propõe para o estado novas diretrizes para o desenvolvimento sustentável do setor produtivo, com foco no agronegócio, incluindo sistemas de produção integrados e o melhor aproveitamento das áreas desmatadas para fortalecer a economia acreana e melhorar os índices socioeconômicos a partir dos recursos naturais disponíveis.

O Acre dispõe de grandes extensões de terra de áreas abertas em diferentes regiões e localidades do estado, aptos para diferentes culturas, que por meio de estudos de aptidão agrícola, podem de forma adequada, serem incorporadas aos sistemas agrícolas, intensificando o cultivo de grãos e de forma indireta consolidar uma produção de baixo carbono, proporcionando segurança para novos investimentos na produção agrícola.

A cultura do milho, tem papel central na produção agrícola do estado e se constitui relevante na integração com a pecuária, sendo o principal insumo para a ração utilizada na produção de proteína animal de bovinos, suínos, aves e peixes. Com a adoção de maior nível tecnológico, a produção de milho no Acre, tem aumentado gradativamente, somando-se o milho de 1ª e 2ª safras, a área cultivada no estado ultrapassa os 42 mil hectares e a produção, está acima de 123 mil toneladas (IBGE/LSPA 2025). O incremento de áreas de grande porte no sistema produtivo, associados à infraestrutura, transporte, secagem e armazenagem, impulsionados pela crescente demanda pelas agroindústrias e, como cultura de sucessão à soja, fazem com que o milho seja fundamental no fortalecimento para a segurança alimentar e essencial, como cadeia de produção, no ordenamento do agronegócio do Acre.

A mandioca e seus derivados, farinha, fécula, amido, tapioca etc. tem mercado interno com vendas constantes, sendo o excedente comercializado para outros estados, tendo entre seus produtos, a farinha de Cruzeiro do Sul com selo de identificação geográfica. No Acre, com programas de incentivos do governo do estado, com a mecanização (do preparo de solo à colheita) e apoio na comercialização aliado a programas de fomento, tem contribuído diretamente para o aumento da produtividade, beneficiando produtores de todas as regiões produtoras do estado, com melhorias na qualidade de vida e renda dos produtores.

A mandioca é cultivada em todos os 22 municípios do Acre. Com dados de novembro de 2025, o valor bruto de produção (VBP) para a mandiocultura, é acima de 462 milhões de reais, com uma produção de 494 mil toneladas e área plantada de 23,5 mil hectares, tem uma produtividade de 22 t/ha, estando acima da média nacional, que está em torno de 20 t/ha. A mandioca ocupa lugar de destaque na alimentação, no emprego e na geração de renda para a agricultura familiar no estado.

A soja, é um dos principais produtos produzidos no Acre, impulsionando de forma sustentável o agronegócio do estado. Cumprindo normativas e diretrizes para garantir uma produção sustentável em todo o território acreano, estabelece medidas fitossanitárias para a prevenção e controle das principais doenças, principalmente para conter a disseminação da ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*). Com valor bruto de produção de 123,6 milhões de reais, produção totalizando 56.650 toneladas e área plantada de soja em hectares de 17.478 na safra 2024-2025, apresenta produtividade média, em torno de 3.738 kg/ha (62,3 sacas/ha), produtividade esta, que está acima da média nacional de 3.540 kg/ha (59 sacas/ha). As exportações, neste esforço contínuo entre estado, produtores e parceiros internacionais, tem gerado oportunidades e fortalecido a economia, a soja, se consolida como um dos principais produtos da exportação, as vendas, superaram os 100 milhões de reais em 2025.

Entre os outros produtos das lavouras, o Acre possui em torno de 5.033 hectares plantados de feijão, principalmente na região do Juruá, com diversidade de cultivares e 3.752 ha de arroz, voltados à subsistência, cultivados particularmente pelas populações ribeirinhas. Na tabela 4, são apresentadas as variações de acordo com o Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais produtos agrícolas do Acre, na comparação entre dois períodos (2023-2025). Na tabela 5 temos o prognóstico de produção agrícola da safra de 2025.

Tabela 4. Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais produtos agrícolas (2023- 2025) em R\$ milhões e (%) do total do valor bruto produzido respectivamente.

Produtos	2023		2025	
	R\$Mi	%	R\$Mi	%
Mandioca	481,5	15,9	462,1	12,2
Milho	180,7	6	181,5	4,4
Banana	177,3	5,9	168,2	4,3
Café	33,7	1,1	139,6	3,3
Soja	106,3	3,5	123,6	3,1
Feijão	17,3	0,6	16,1	0,4
Arroz	6,5	0,2	9,1	0,2
Total	1003,3	33,2	976,6	27,9

Fonte: Valor Bruto da Produção Agrícola (VBP) – Adaptado do MAPA (2025).

Tabela 5. Prognóstico anual da Safra para os principais produtos agrícolas do estado (2025) contendo área plantada, área colhida, produção e rendimento médio.

Produto das Lavouras	Variável			
	Área plantada (há)	Área colhida (há)	Produção (ton)	Rendimento médio (kg/ha)
Mandioca	21.934	21.834	501.922	22.988
Banana	7.565	6.960	87.352	12.551
Milho (1º Safra)	30.667	30.667	86.838	2.832
Soja	15.801	15.801	59.724	3.780
Milho (2º Safra)	11.525	11.525	50.851	4.412
Cana-de-açúcar	421	401	10.289	25.658
Café canephora	1.998	1.988	6.969	3.506
Laranja	382	372	5.228	14.054
Arroz	3.449	3.324	4.052	1.219
Feijão (2º Safra)	4.998	4.998	2.769	554
Fumo	153	153	120	784
Amendoim (1º Safra)	10	10	12	1.200

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2025).

No gráfico abaixo (Figura 29), representação dos produtos e suas respectivas participações no Valor Bruto da Produção Agrícola do Acre.

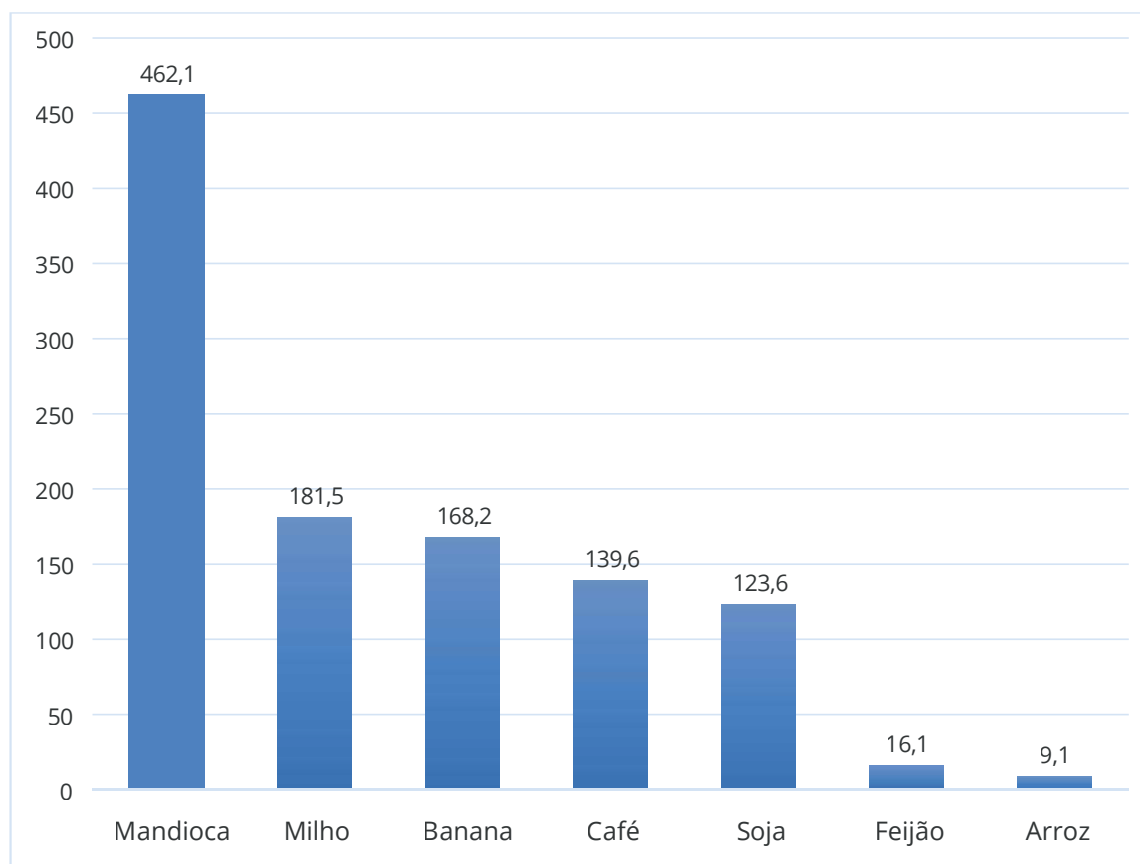


Figura 29. VBP dos principais produtos agrícolas do Acre (em milhões de R\$). Fonte: Adaptado do MAPA (2025).

O potencial para uso agrícola do Acre, possibilita produção das mais diversas culturas tropicais de acordo com a aptidão agrícola das terras. Estudos demonstram que os incentivos e investimentos em determinadas localidades, de acordo com esta aptidão, possam ser estrategicamente direcionados de acordo com a classificação de solos, aperfeiçoando ainda mais o rendimento das culturas (EMBRAPA 2025).

O Acre, por sua posição geográfica, apresenta uma demanda crescente na região, além da demanda interna, há também uma demanda externa, sendo fronteira com dois países consumidores (Bolívia e Peru), permite uma evolução da área plantada e da produção, seja para o consumo humano ou animal. A posição geográfica do Acre, no extremo oeste do Brasil, é singular e estratégica, marcada por sua extensa área de fronteira com a Bolívia e o Peru, confere ao Estado do Acre, um papel crucial na integração sul-americana e na preservação ambiental.

A posição de tríplice fronteira (Brasil, Bolívia, Peru), torna o Acre um ponto estratégico para a integração logística e comercial entre o Brasil e os países andinos, buscando ser um elo entre a Ásia e o Brasil. A estrada do Pacífico (interoceânica) é um exemplo do potencial logístico da região.

Em relação à gestão territorial do Acre, no mapa a seguir, está caracterizado a partir do estudo de especialistas, a nova base de dados a partir do zoneamento territorial com a incorporação das atividades produtivas mais compatíveis com a realidade ambiental do Acre (Figura 30). Em termos práticos, possibilita uma visão ampliada do território e insere temáticas úteis para a tomada de decisão por gestores públicos e ou, por diferentes setores da sociedade. Indica, subsídios à gestão territorial e ambiental e o que deve ser feito em cada porção do território, de acordo com suas características e aptidões.

Em essência, a produção agrícola do Acre, é definida como parte de um modelo de desenvolvimento sustentável que equilibra as necessidades econômicas com a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos da Amazônia.

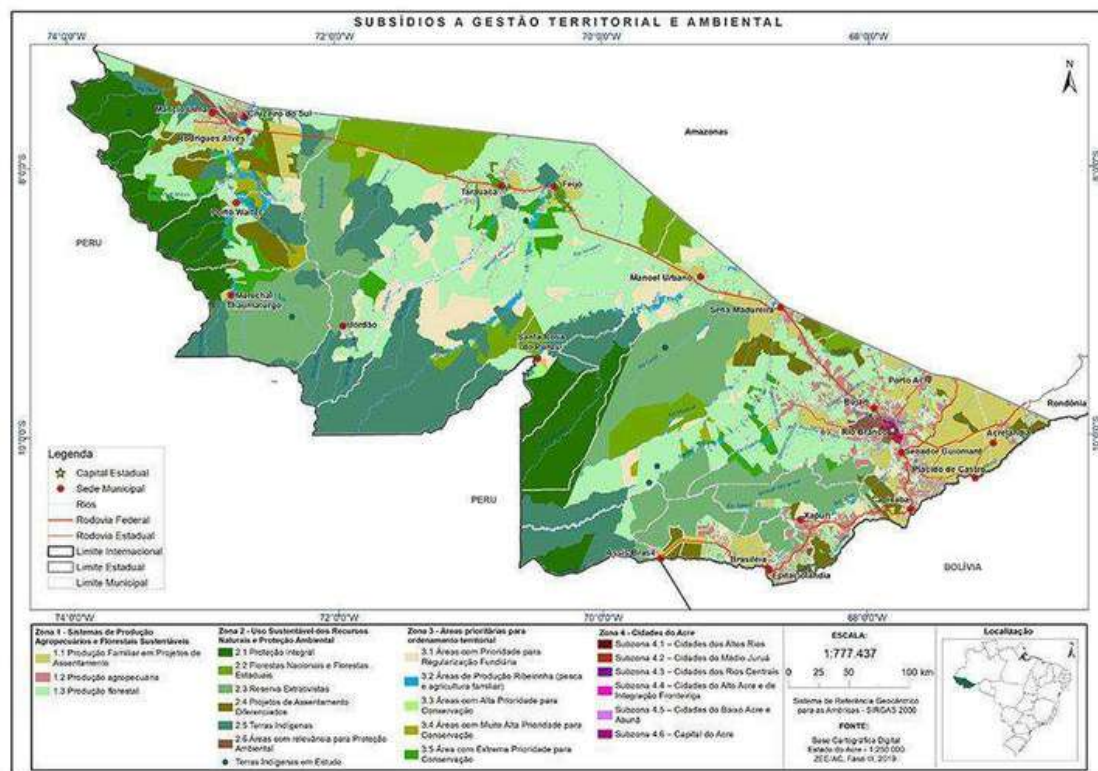


Figura 30. Mapa de Gestão Territorial do Acre. Mapa de Subsídios à gestão ambiental e territorial do Acre. Fonte/Reprodução: Embrapa Acre. Novembro de 2022.

5.2. Produção Pecuária

A pecuária é uma das principais atividades econômicas do Estado do Acre, exercendo papel estratégico na geração de renda, segurança alimentar e ocupação produtiva do território rural. Historicamente baseada em sistemas extensivos, a atividade passa por um processo gradual de modernização, impulsionado por políticas públicas, cooperação internacional e programas voltados à intensificação sustentável, melhoria da eficiência produtiva e redução das emissões de GEE.

A pecuária no Estado do Acre destaca-se como uma das principais bases da economia rural estadual, com um rebanho bovino que alcançou cerca de 5,1 milhões de cabeças em 2024, segundo os dados mais recentes da Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE, representando um crescimento significativo em relação aos anos anteriores e consolidando o setor como um dos mais dinâmicos do estado. Essa produção é distribuída em uma área de pastagens que supera 2,4 milhões de hectares, concentrando tanto sistemas de corte quanto de leite, e envolve um grande número de produtores, em sua maioria de base familiar e com manejo ainda predominantemente tradicional, embora com crescente adoção de tecnologias de intensificação sustentável.

A bovinocultura de corte é a principal atividade econômica do estado, gerando 60,00% do valor bruto da produção agropecuária, equivalente a R\$ 1,54 bilhão em 2023 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Entre 2013 e 2023, a área de pastagens no estado cresceu 38%, passando a representar 14,8% de seu território (MapBiomass, 2024). A conquista do status de área livre de febre aftosa sem vacinação, em 2020, fortaleceu a competitividade da pecuária acreana (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre, 2023). Hoje, o estado ocupa a 13ª posição no ranking nacional do rebanho bovino e a terceira na região Norte (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024).

O manejo das pastagens no Acre baseia-se em um conjunto de gramíneas forrageiras adaptadas às condições climáticas e edafoclimáticas da região, como *Brachiaria brizantha* (incluindo cultivares como Xaraés e Marandu), *Brachiaria decumbens*, *Brachiaria humidicola* e *Panicum maximum* em suas variedades adaptadas, que são amplamente utilizadas tanto em formação quanto em renovação de pastagens; em alguns casos essas gramíneas são consorciadas com leguminosas tais como o amendoim forrageiro (*Arachis pintoi*) para melhorar a fixação biológica de nitrogênio e sustentarem melhor o pastejo ao longo das estações. Essas espécies, quando manejadas com práticas como o pastejo rotacionado e a correção de solo, favorecem maior produção de forragem e melhor desempenho animal, indicando a importância do uso de cultivares forrageiras adequadas e de um manejo técnico mais sistematizado para alcançar maior eficiência produtiva.

Dados consolidados do MapBiomas e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que a partir de 2022, verificou-se uma redução significativa na taxa de desmatamento, mesmo com a continuidade da expansão das áreas de pastagem no estado. Em 2024, o MapBiomas registrou, pela primeira vez desde 2019, queda no desmatamento em todos os biomas brasileiros.

O Acre apresentou uma queda de 13% em relação a 2023. Essa reversão pode estar associada ao avanço de práticas de intensificação produtiva, sobretudo nas regiões do Baixo e Alto Acre, onde a taxa de lotação excede a média estadual. A análise integrada dos dados de queimadas, pastagens e desmatamento, entre 2013 e 2023, revela que, até 2021, existia correlação direta entre expansão das pastagens e aumento da área desmatada. Contudo, entre 2021 e 2023, enquanto as pastagens continuaram a crescer, as taxas de desmatamento e queimadas diminuíram, sugerindo maior eficiência no uso das terras já convertidas (Figura 31). Parte dessa dinâmica pode ainda estar relacionada a fatores políticos, incluindo mudanças na fiscalização ambiental, nos critérios de licenciamento e na governança territorial (MapBiomas, 2024; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024).

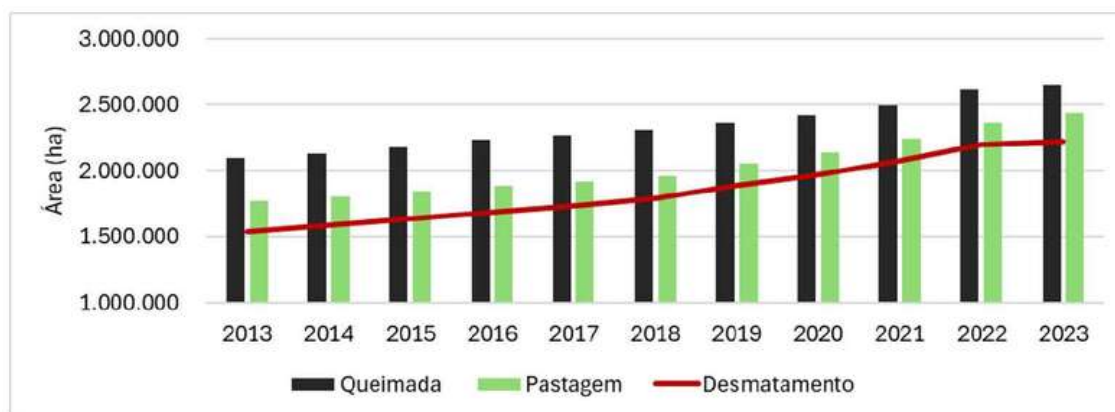


Figura 31. Evolução das áreas de pastagem, queimada e desmatamento no Acre entre 2013 e 2023.

Em uma divulgação mais recente pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes, 2025), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Ministério do Meio Ambiente e Clima (MMA), mostra uma redução de 27,62% do desmatamento no Acre em 2025 (Figura 32).

Os índices reforçam essa tendência contínua de queda. Foram 840 km² no ano florestal de 2021/2022; 601 km² (2022/2023); 449 km² (2023/2024).



Figura 32. Série histórica de desmatamento (km²) no Acre entre 2019 e 2025.

A intensificação da pecuária em áreas já consolidadas tem sido apontada como uma estratégia essencial para conciliar produção agropecuária e conservação ambiental na Amazônia. Essa abordagem, conhecida como *land sparing*, permite que a expansão da produção ocorra sobre a mesma base territorial, poupando áreas naturais e contribuindo para o cumprimento de metas de redução de emissões e preservação da biodiversidade (FERNANDES et al., 2025).

O governo do Acre, por meio do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre (IDAF), divulgou os resultados consolidados da 9ª Campanha de Declaração de Rebanhos de 2025, encerrada em 31 de dezembro, que evidenciam um cenário positivo e o avanço e o fortalecimento do setor agropecuário no estado. Os números refletem o compromisso dos produtores rurais com a regularidade sanitária e o controle zootécnico das propriedades (Figura 33).

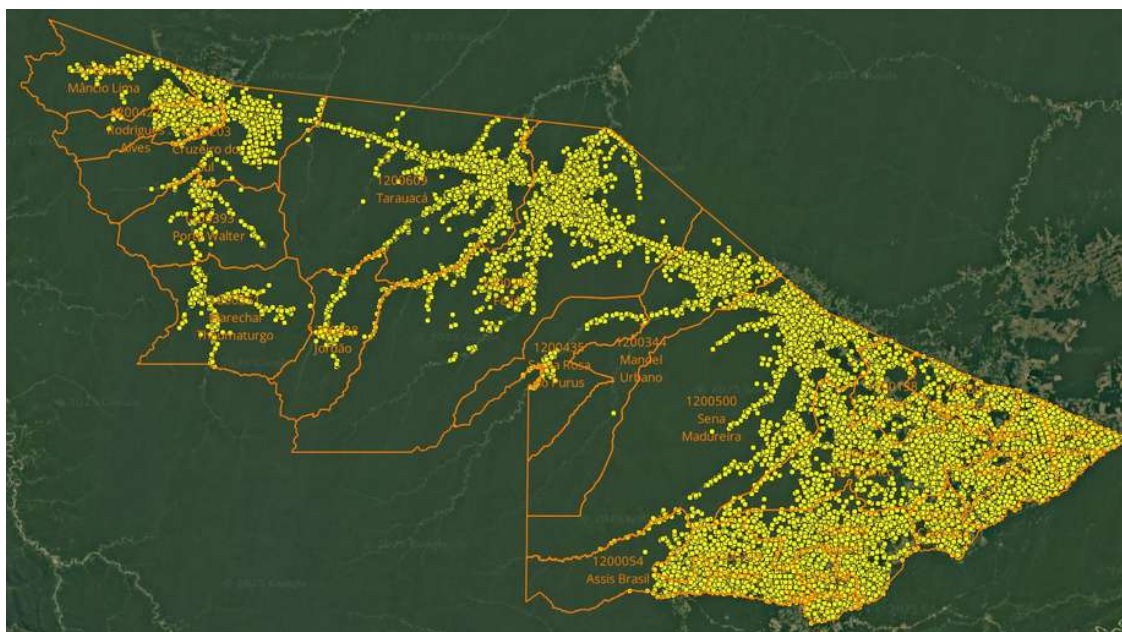


Figura 33. Mapa de distribuição estadual de declarações de rebanho realizadas em 24.135 das 27.570 propriedades aptas a declarar (87,5%), ocorrido entre 1º de outubro a 31 de Dezembro de 2025.

Apesar da expansão e da qualificação técnica, desafios ambientais ainda persistem, especialmente no que diz respeito à degradação de parte das pastagens no estado. Estudos especializados e mapeamentos ecológicos indicam que, embora grandes áreas de pastagem acreanas mantenham condições produtivas, existe uma parcela que já apresenta sinais de degradação, o que exige esforços contínuos de recuperação e manejo sustentável, pois pastagens degradadas apresentam menor capacidade de suporte animal e reduzem a eficiência produtiva geral. Neste contexto, o desenvolvimento da pecuária no Acre envolve não apenas o crescimento do número de cabeças ou da área de pastagem, mas também a promoção de sistemas produtivos que integrem produtividade, sustentabilidade ambiental e a inclusão dos estabelecimentos rurais na melhoria contínua de práticas de manejo (Figura 34).

Nesse cenário, destacaram-se três iniciativas implementadas para o fortalecimento da produção pecuária no Acre: as ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento da bacia leiteira estadual, o Projeto Pecuária Mais Eficiente, inserido no âmbito do Programa Global REDD+ Early Movers (REM), em sua Fase 2 e o apoio ao melhoramento genético do rebanho através da Usina de nitrogênio líquido. Embora apresentem focos distintos, essas iniciativas foram complementares e convergem para o mesmo objetivo central, que é promover uma pecuária mais eficiente, economicamente inclusiva.



Figura 34. Melhoramento genético do rebanho aliado ao manejo eficiente de pastagens.
Fonte: <https://programarem.ac.gov.br>

A pecuária leiteira acreana é caracterizada, em sua maioria, por pequenos e médios produtores, com propriedades conduzidas predominantemente por mão de obra familiar e baixo nível de tecnificação. Esse perfil produtivo resulta em limitações relacionadas à produtividade animal, à qualidade do leite, à logística de coleta e à rentabilidade econômica da atividade. Diante desse contexto, as ações estratégicas para o fortalecimento da bacia leiteira do Acre foram concebidas com o propósito de estruturar a atividade, ampliar o acesso às tecnologias e promover a modernização gradual dos sistemas de produção.

Outro aspecto central das estratégias para a bacia leiteira está relacionado à melhoria da base forrageira, uma vez que a alimentação representa um dos principais componentes do custo de produção e do desempenho produtivo dos animais. A recuperação e o manejo adequado das pastagens, aliados à correção e fertilização do solo e à introdução de forrageiras adaptadas às condições edafoclimáticas do Acre, possibilitam maior oferta de alimento ao longo do ano, redução da sazonalidade da produção de leite e aumento da capacidade de suporte

das áreas já abertas. Esse processo contribui, simultaneamente, para o aumento da produtividade e para a redução da pressão por abertura de novas áreas.



Figura 35. Exemplo de rebanho da pecuária leiteira acreana.

Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>

A qualidade do leite também ocupa papel de destaque nas ações estratégicas, considerando a elevada perecibilidade do produto e as exigências sanitárias dos mercados consumidores. A adoção de boas práticas de ordenha, o adequado resfriamento do leite na propriedade e a melhoria da logística de coleta favorecem tanto os produtores quanto os laticínios, ao reduzirem perdas, custos operacionais e ao possibilitarem melhor remuneração pelo produto. Paralelamente, o fortalecimento das agroindústrias locais e a agregação de valor por meio da produção de derivados lácteos contribuem para dinamizar a economia regional e ampliar as oportunidades de mercado.

De forma complementar, o fortalecimento institucional de cooperativas e associações de produtores é um elemento estratégico para a consolidação da cadeia produtiva do leite no Acre. A organização coletiva amplia o acesso a políticas públicas, crédito rural e programas de incentivo, além de favorecer ganhos de escala, redução de custos e maior poder de negociação dos produtores no mercado.

Inserido nesse mesmo esforço de transformação da pecuária estadual, o Projeto Pecuária Mais Eficiente, no âmbito do Programa REM Fase 2, tem como foco principal a pecuária de corte, mas gera impactos positivos indiretos sobre toda a cadeia pecuária, incluindo a atividade leiteira. O projeto está alinhado às diretrizes do REDD+, que reconhece e remunera iniciativas capazes de reduzir o desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento econômico e social.

O Projeto Pecuária Mais Eficiente busca aumentar a produtividade da atividade por meio da intensificação sustentável dos sistemas de produção, com ênfase na recuperação de pastagens degradadas, na melhoria do manejo alimentar, sanitário e reprodutivo dos rebanhos e na adoção de tecnologias de baixo carbono. Ao produzir mais em áreas já abertas, o projeto contribui diretamente para a redução da pressão por novos desmatamentos, reforçando a estratégia de uso mais eficiente da terra no estado.

Além dos ganhos produtivos, a recuperação de pastagens e a melhoria do manejo promovem benefícios ambientais relevantes, como o aumento do sequestro de carbono no solo, a redução das emissões por unidade de produto e a conservação dos recursos naturais. Essas ações são fundamentais para a manutenção dos resultados ambientais que sustentam a participação do Acre em mecanismos de repartição de benefícios climáticos, como o Programa REM, e para o fortalecimento do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).

Do ponto de vista socioeconômico, o Projeto Pecuária Mais Eficiente contribui para o aumento da renda das famílias produtoras, a melhoria das condições de trabalho no meio rural e o fortalecimento da economia local. A elevação da eficiência produtiva reduz custos, melhora os indicadores econômicos das propriedades e estimula uma visão mais empresarial da atividade pecuária, sem perder de vista os princípios da sustentabilidade ambiental e social.

A convergência entre as ações estratégicas para a bacia leiteira e o Projeto Pecuária Mais Eficiente evidencia uma abordagem integrada de desenvolvimento rural no Estado do Acre. Enquanto as ações voltadas à cadeia do leite priorizam a qualificação produtiva, a organização dos produtores e a agregação de valor, o Programa REM oferece suporte técnico, institucional e financeiro para a intensificação sustentável da pecuária como um todo. Essa integração fortalece a posição do Acre como referência em produção pecuária de baixo carbono na Amazônia, demonstrando que é possível conciliar aumento de produtividade, conservação ambiental e inclusão social.

A usina de Nitrogênio que funciona em cooperação técnica com a Universidade Federal do Acre (UFAC), foi implementada para facilitar as ações voltadas a cadeia produtiva da bovinocultura, tanto de corte quanto de leite. A usina tem dado suporte ao programa Insemina+ que por sua vez fomenta o melhoramento genético do rebanho acreano por meio do uso de biotecnologia de reprodução.

Em 2025 foram realizados 272 atendimentos, com a demanda do nitrogênio, sendo 190 para produtores rurais, e os demais atendimentos foram demandas de professores e pesquisadores (Figura 36). Em 2025 foram produzidos aproximadamente 8.318 L de nitrogênio, sendo arrecadado cerca de R\$ 69.324,96, que são administrados pelo fundo da UFAC (FUNDAP).

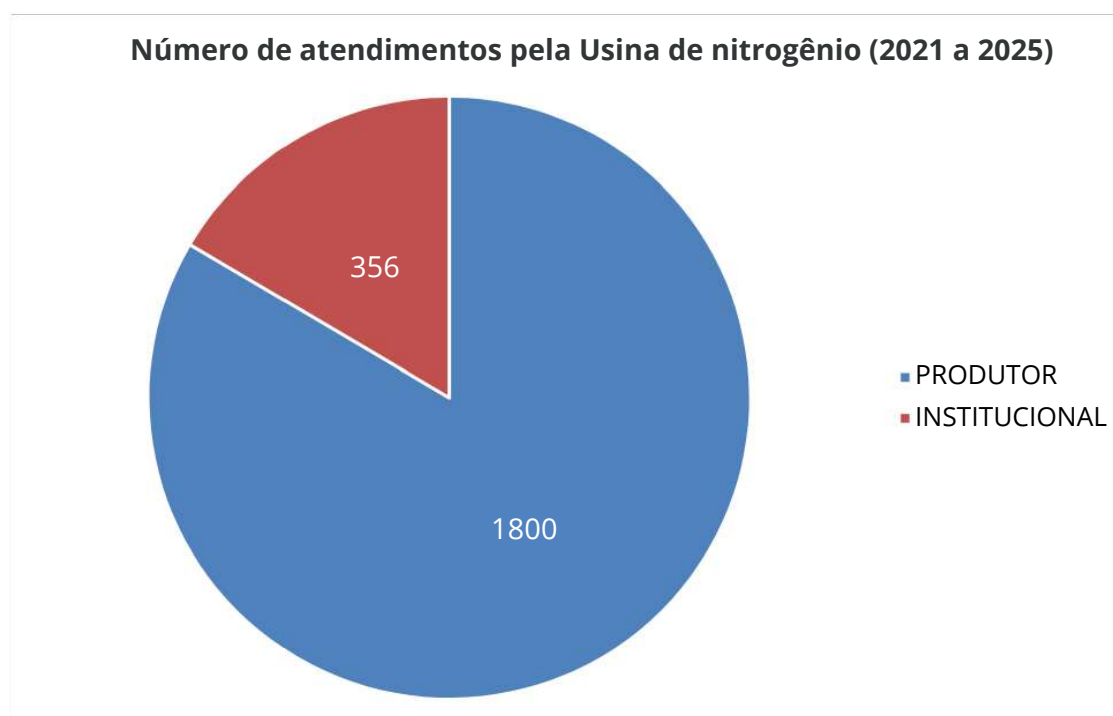


Figura 36. Quantidade de atendimentos realizados pela usina de nitrogênio direcionada para produtores e instituições entre 2021 e 2025.

Dessa forma, a implementação dessas iniciativas, associados à manutenção de políticas públicas consistentes, à assistência técnica qualificada e ao acesso ao crédito rural, tendem a consolidar um novo paradigma produtivo no estado. Esse modelo de pecuária, mais eficiente e sustentável, representa uma alternativa concreta para o desenvolvimento econômico do meio rural acreano, garantindo geração de renda, segurança alimentar e preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

A Tabela 5 contém informações consolidadas e atuais sobre o tamanho efetivo dos rebanhos no estado, incluindo Bovinos, bubalinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, galináceos e codornas. A tabela 6 apresenta a produção de origem animal do estado quantificando o volume produzido (em litros ou kg) e o valor da produção total (em Mil R\$ em 2024). Os produtos de destaque foram: Leite, ovos de galinha e codorna e mel de abelha.

Tabela 5. Efetivo dos rebanhos (cabeças) em 2024 no estado do Acre.

Tipo de rebanho	Quantidade (cabeças)
Bovinos	5.186.919
Bubalino	5.640
Equino	85.027
Suíno (Total)	159.189
Suínos(matrizes)	19.439
Caprino	9.957
Ovino	73.752
Galináceos(Total)	2.779.161
Galináceos (Matrizes)	815.809
Codornas	9.526

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal. (dados para preencher o quadro disponíveis em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>).

Tabela 6. Produção de origem animal por tipo de produto no estado do Acre (2024).

Variável	Tipo de produto de origem animal				TOTAL
	Leite (Mil L)	Ovos de galinha (Mil dúzias)	Ovos de codorna (Mil dúzias)	Mel de Abelha (Kg)	
Produção	37.125	10.171	58	8.637	-
Valor da produção (Mil R\$)	17.520	70.748	132	531	142.931

(Fonte: IBGE - Pesquisada Pecuária Municipal. (dados para preencher o quadro disponíveis em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/74>).

As cadeias produtivas da suinocultura e avicultura têm mudado a vida de milhares de pessoas no Acre. Movimentando cerca de R\$ 50 milhões anualmente e gerando 490 empregos diretos e 2.500 indiretos, as duas cadeias promovem desenvolvimento socioeconômico, principalmente nas cidades de Brasileia e Epitaciolândia, e consolidam o Acre como o maior produtor de carne suína da Região Norte. Em uma composição de dados mais recentes de 2025 mostram a produção de frangos, alcançando uma marca de 18.000 frangos/dia e 6.570.000 frangos/ano no estado. Para a produção de suínos equivale a 270 suíno/dia chegando a 6.570 suínos/ano. Para atender essa demanda, a produção de ração chega a 220 ton/dia e 80.300 ton/ano.

A suinocultura no Acre vem se consolidando como uma atividade estratégica para a diversificação da produção agropecuária e para o fortalecimento da agricultura familiar, desempenhando papel relevante na geração de renda, segurança alimentar e dinamização da economia rural. A atividade está presente no estado com sistemas de produção que vão do modelo familiar ao tecnificado, contribuindo para o abastecimento do mercado local e reduzindo a dependência de produtos oriundos de outros estados. Além disso, a suinocultura favorece a integração com outras cadeias produtivas, como a produção de grãos e a utilização de subprodutos agroindustriais, promovendo maior eficiência no uso dos recursos disponíveis.

No contexto do Plano ABC+ (Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), a suinocultura assume importância estratégica ao incorporar práticas sustentáveis que visam à mitigação das emissões de gases de efeito estufa e ao aumento da eficiência produtiva. A adoção de tecnologias como o manejo adequado de dejetos, o uso de biodigestores, a produção de biofertilizantes e a melhoria da eficiência alimentar dos animais contribuem diretamente para a redução do impacto ambiental da atividade. Dessa forma, a suinocultura no Acre alinha-se aos objetivos do Plano ABC+, conciliando desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, e fortalecendo a transição para sistemas produtivos mais resilientes e de baixa emissão de carbono.

A avicultura no Acre destaca-se como uma atividade fundamental para o fortalecimento da produção agropecuária e para a garantia do abastecimento de proteína animal no estado, especialmente por meio da avicultura de corte desenvolvida, em grande parte, por produtores familiares. A atividade contribui de forma significativa para a geração de renda no meio rural, a criação de empregos diretos e indiretos e a dinamização das economias locais, além de reduzir a dependência de produtos avícolas provenientes de outras regiões do país. Sua capilaridade territorial e o rápido ciclo produtivo tornam a avicultura uma alternativa estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a segurança alimentar da população acreana.

No âmbito do Plano ABC+ (Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), a avicultura assume papel relevante ao incorporar práticas produtivas mais eficientes e ambientalmente responsáveis. A adoção de tecnologias voltadas ao manejo adequado de resíduos, à melhoria da eficiência alimentar e o uso racional de insumos na produção, contribui para a redução das emissões de gases de efeito

estufa e para o aumento da sustentabilidade da atividade. Dessa forma, a avicultura no Acre se alinha às diretrizes do Plano ABC+, promovendo a conciliação entre produtividade, viabilidade econômica e responsabilidade ambiental, e reforçando o compromisso do setor com uma agropecuária de baixa emissão de carbono.

O governo do Estado através da SEAGRI está em vias de implementação de uma Unidade Produtora de Leitões – UPL no município de Epiaciolândia/AC que terá uma capacidade operacional de 250 matrizes e com capacidade de produzir cerca de 8.000 leitões/ano. O público alvo será atingir 90 produtores familiares nas seguintes áreas: Produção de leitão (25 produtores familiares), Engorda e terminação (40 produtores familiares) e Produtores de milho (25 produtores de milho/15 ha). Espera-se como resultados trazer benefícios tais como: a diversificação das atividades produtivas das famílias envolvidas, capacitação dos produtores em manejo de engorda e biosegurança animal, potencialização das capacidades de gestão já existentes, e desenvolvendo outras novas e fortalecimento da economia local e regional.

A produção de leite no Acre em 2025 mostrou crescimento e potencial, com o estado industrializando mais leite nos primeiros meses e liderança de cidades como Acrelândia, mas ainda enfrenta desafios de infraestrutura e escala comparada a outras regiões, embora projetos de sustentabilidade e apoio governamental busquem otimizar a cadeia, com foco em tecnologias de baixo carbono e melhoria da genética para o futuro. Em resumo, o setor leiteiro acreano está em evolução, com bons indicadores de crescimento e projetos promissores, mas a consolidação depende da superação dos gargalos logísticos e de investimento contínuo em tecnologia e infraestrutura.

A produção de mel no Acre em 2025 alcançou um marco de 14,6 toneladas, beneficiando 242 produtores (familiares, extrativistas e indígenas) em 15 municípios no âmbito do projeto “Cadeia produtiva do mel e seus derivados” (Tabela 7 e Figura 37). O projeto vem para fortalecer a cadeia produtiva do mel e seus derivados, destacando-se como atividade estratégica de desenvolvimento sustentável, conservação florestal e apoio às comunidades locais.

A iniciativa tem sido implementada pela Divisão de Produção Familiar (DIVPF/SEAGRI) e impulsionada por investimentos governamentais (mais de R\$ 800 mil) em equipamentos, capacitação e apoio à participação em feiras, consolidando a apicultura como atividade estratégica e sustentável no estado, ligada a projetos de conservação ambiental como o REM. A criação de abelhas é uma atividade de baixo custo inicial, com alto potencial de retorno econômico, especialmente com a

valorização dos produtos apícolas de origem amazônica, e por isso, é relevante a sua contribuição socioambiental com geração de renda, inclusão social, segurança alimentar e conservação da biodiversidade. Ressalta-se que a apicultura e meliponicultura contribui também para a polinização das plantas nativas, promovendo a conservação da biodiversidade e a integridade dos ecossistemas florestais.

Tabela 7. Numeros de beneficiários do projeto Cadeia Produtiva do mel em 15 municípios do estado do Acre.

Municípios	Mulheres	Homens	Total
Senador Guimard	4	16	20
Rio Branco	22	55	77
Bujari	9	4	13
Xapuri	9	16	25
Plácido de Castro	3	9	12
Epitaciolândia	4	9	13
Brasiléia	2	13	15
Sena Madureira	0	3	3
Assis Brasil	4	15	19
Tarauacá	4	10	14
Porto Acre	8	1	9
Cruzeiro do Sul	1	11	12
MâncioLima	1	7	8
Rodrigues Alves	0	1	1
PortoWalter	0	1	1
Total	71	171	242

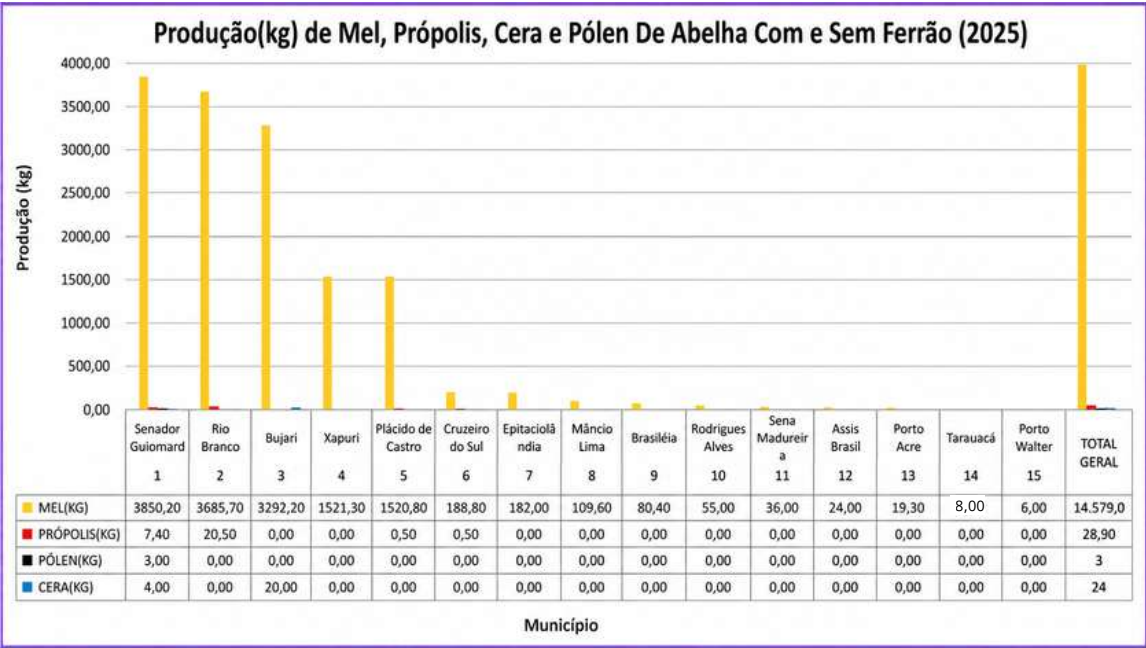


Figura 37. Produção de mel, própolis, cera e pólen de abelha com e sem ferrão no estado do Acre. Fonte: SEAGRI (2025).



Figura 38. Colméia de abelhas. Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>

5.3. Produção de Florestas plantadas

As florestas plantadas constituem um componente estratégico das políticas públicas de uso sustentável do solo, ao aliarem produção florestal, conservação ambiental e mitigação das mudanças climáticas. No contexto brasileiro e amazônico, as florestas plantadas exercem papel fundamental na redução da pressão sobre florestas nativas, no suprimento sustentável de matéria-prima florestal, na recuperação de áreas degradadas e na geração de renda no meio rural. Além disso, esses sistemas contribuem de forma significativa para a mitigação das emissões de GEE, por meio do sequestro de carbono na biomassa e no solo, e para a adaptação às mudanças climáticas, ao promoverem maior estabilidade ambiental, proteção do solo e dos recursos hídricos. Quando integradas às realidades socioeconômicas locais, como ocorre no Estado do Acre, as florestas plantadas assumem caráter estruturante para a transição para uma economia de baixo carbono, compatibilizando tradição produtiva, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental.

O extrativismo vegetal faz parte das atividades produtivas do Acre e é representativo na economia do estado, principalmente com a atividade florestal madeireira, castanha, açaí, extrativismo da borracha e do cacau. O cacau por exemplo, num histórico mais recente, que busca através da chamada “Rota do cacau” (250 há de área plantada e manejada) identificar os cacaueiros nativos e de

cultivo. Alguns programas de floresta plantada implementados no estado, foram criados com o propósito de recuperar áreas alteradas e reflorestar partes do território rural por meio do cultivo de espécies economicamente relevantes — como seringueira (*Hevea brasiliensis*), castanheira (*Bertholletia excelsa*) e frutíferas em consórcio — o programa visa integrar a produção sustentável à tradição extrativista do látex, característica da economia local acreana. Essa ação responde à necessidade de corresponder à lógica de sustentabilidade trabalhada pelo Estado, que busca gerar renda a partir da floresta em pé e produtos florestais manejados de forma sustentável.

O programa Florestas Plantadas estrutura-se como um componente essencial da política ambiental rural do Estado do Acre, promovendo a recuperação de áreas degradadas, geração de renda rural sustentável e incremento da atividade florestal produtiva, com base no extrativismo tradicional e na bioeconomia sustentável. Sua integração aos eixos do ABC+ fortalece a ação climática estadual por meio da mitigação de emissões e da adaptação às mudanças climáticas, além de consolidar um arcabouço de governança robusto e inclusivo, articulado com políticas públicas locais e nacionais. O programa tem forte vocação socioeconômica ao beneficiar diretamente famílias rurais com a geração de renda e inclusão produtiva. Até meados da década de 2010, foram implantados milhares de hectares de seringueiras, com destaque para a participação de mais de 1.500 famílias beneficiadas, mobilizando pequenos produtores e extrativistas tradicionais.

O fortalecimento da cadeia produtiva do cacau feito pela iniciativa pública do estado vem trazendo ótimas expectativas nesse setor, existe trabalho pioneiro da SEAGRI que juntamente com parceiros (SEBRAE, FUNTAC, SEMA, SEPI, EMBRAPA, UFAC, IFAC, IDAF, CEPLAC, MAPA, FAEAC, PREFEITURAS e COOPERATIVAS), implementaram o Programa Cacau Socioambiental Sustentável, com foco no manejo sustentável para valorização do cacau nativo (Figura 39) e de cultivo com intuito de gerar renda para comunidades extrativistas, ribeirinhas e povos originários, agricultoras e agricultores familiares. Esta iniciativa deve contribuir para a conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas, redução do passivo ambiental e inclusão socioprodutiva. Atualmente estão no radar de projetos do governo do estado para o cacau nativo 10 terras indígenas contabilizando 90 ha de floresta. Para o cacau de cultivo contabilizam 250 imóveis rurais participantes, somando 160 ha (consórcio ou SAF).

O cultivo de cacau em área acompanhada na Rota do Cacau no PA Recanto apresentou média de produtividade de 800 kg/ha, que está acima da média nacional (483 kg/ha em 2025).

No âmbito do projeto já foram realizadas visitas técnicas na Rota do Cacau (orientação de cultivo e beneficiamento do cacau), formalização de acordos de Cooperação Técnica com as parcerias (SEBRAE – CEPLAC). Em parceria com a FUNTAC/REM, foi aprovado projeto do grupo Cacau com Elas (1ª Agroindústria de produção de chocolates), além de Intercâmbio no estado do Pará (SEAGRI E SEBRAE) visitando áreas em produção e indústria de beneficiamento.



Figura 39. Experiência pioneira de manejo de cacau nativo na terra indígena Mamoadate promovida pela SEAGRI.

Para a pupunha, também há iniciativas governamentais e técnicas para a expansão e capacitação da produção no Acre. O mercado local tem mostrado preços elevados, indicando oferta ainda limitada. Atualmente a SEAGRI através do programa REM tem uma meta de atender 120 famílias agricultoras com capacitação técnica e fornecimento de mudas, sendo que 60 famílias já foram contempladas totalizando 120 ha de área já existente. As capacitações foram focadas nos municípios de Senador Guiomard e Acrelândia, visando promoção de práticas sustentáveis e geração de renda. Projetos de agroindústria sustentável focados no

beneficiamento de pupunha e palmito estão em desenvolvimento ou já em funcionamento no estado, como iniciativas na comunidade Bonal (Senador Guimard) que agregam valor ao produto através de processamento em conserva. Essas agroindústrias podem ampliar emprego e renda local, com potencial de produção em níveis de dezenas de toneladas por mês (em unidades industriais).

As tabelas 8 e 9 mostram dados recentes de produção oriundos do extrativismo e de florestas plantadas (silvicultura) no estado do Acre e levantamento de áreas de espécies relevantes consolidadas por espécie florestal.

Tabela 8. Produtos da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Dados de quantidade produzida, valor da produção e percentual do total geral na extração vegetal em 2024 no Acre.

Tipo de produto extrativo	Quantidade produzida	Valor da produção (Mil R\$)	Percentual do total (%)
Alimentícios (Ton.)	14.666	66.745	57,62
Açaí (fruto) (Ton.)	4.145	7.492	6,47
Castanha-do-Brasil (Ton.)	9.947	58.636	50,62
Borrachas (Ton.)	769	14.888	12,85
Carvão vegetal (Ton.)	1.740	2.403	2,07
Lenha (m³)	262.769	5.776	4,99
Madeira em tora (m³)	219.160	26.026	22,47

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS (2024).

Tabela 9: Área por espécie florestal (IBGE, 2024; SEAGRI, 2025).

AC	Total (ha) ^(a)	Açaí (ha) ^(b)	Pupunha (ha) ^(b)	Cacau (ha) ^(b)	Outras espécies (há)
Área plantada por espécie florestal	1.560,62	200	120	250	990,62

Fontes: ^(a)IBGE (2024); ^(b)SEAGRI (2025).

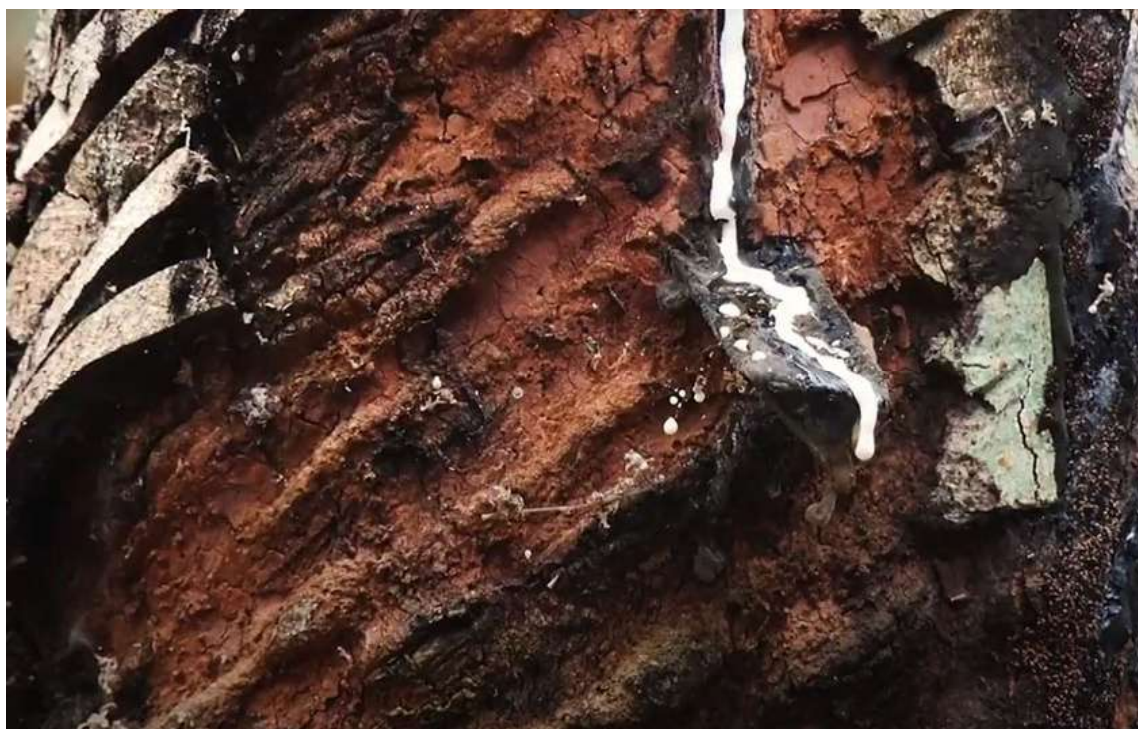


Figura 40. Seringueira após corte. Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>.



Figura 41. Cachos de açai colhidos. Fonte: <https://programarem.ac.gov.br/>.

6.0 Estratégias/Programas, Ações, Atividades e Metas do ABC+ (2020-2030) estabelecidas no Plano Estadual

As ações, atividades e metas do Plano ABC+ para o Estado do Acre focam em alinhar a produção agropecuária com a preservação ambiental, adotando tecnologias de baixa emissão de carbono para consolidar o estado como referência na Amazônia até 2030, com ênfase em recuperar pastagens, integrar lavoura-pecuária-floresta, aumentar o plantio direto e gerenciar resíduos, tudo para reduzir GEE e promover sustentabilidade.

As tecnologias produtivas e as metas definidas para o Plano ABC+ Nacional servem de referências para os estados. Embora as metas estaduais do Acre sejam detalhadas em seus planos regionais, elas se alinham às nacionais, que incluem:

- Expandir a área com tecnologias ABC para 72 milhões de hectares;
- Reduzir mais de 1 bilhão de toneladas de emissão de carbono até 2030;
- Aumentar significativamente a área com ILPF, Plantio Direto e fixação biológica de nitrogênio – FBN.

As metas do Plano ABC+ (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) para o Brasil no período de 2021–2030 são:

METAS ABC+ e Mitigação 2021 a 2030		
TECNOLOGIAS 	META milhões ha ⁽¹⁾ /m ³⁽²⁾ /animais ⁽³⁾	META MITIGAÇÃO milhões Mg CO2 eq
Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD) 	30,0 ⁽¹⁾	113,7
Sistema Plantio Direto (SPD)	Sistema Plantio Direto de Grãos (SPDG) 	12,5 ⁽¹⁾
	Sistema Plantio Direto Hortalças (SPDH) 	0,08 ⁽¹⁾
Sistemas de Integração (SIN)	Integração Lavoura- Pecuária- Floresta (ILPF) 	10,0 ⁽¹⁾
	Sistemas Agroflorestais (SAF) 	0,1 ⁽¹⁾
Florestas Plantadas (FP) 	4,0 ⁽¹⁾	510,0
Bioinsumos (BI) 	13,0 ⁽¹⁾	23,4
Sistemas Irrigados (SI) 	3,0 ⁽¹⁾	50,0
Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA) 	208,4 ⁽²⁾	277,8
Terminação Intensiva (TI) 	5,0 ⁽³⁾	16,24
TOTAL ABC+	72,68 milhões ha + 208,40 milhões m³ + 5 milhões de animais	1.076,14 milhões de Mg CO2eq

Em síntese, as principais vantagens do Plano ABC+ para o agronegócio podem ser destacadas da seguinte forma:

Aumento da produtividade com sustentabilidade

O Plano ABC+ estimula a adoção de práticas e tecnologias que elevam a produtividade agrícola, como os sistemas integrados de produção, o manejo eficiente de pastagens e a irrigação, sem a necessidade de abertura de novas áreas. Dessa forma, promove-se a preservação dos recursos naturais e o aumento da eficiência produtiva, resultando em maior produção por hectare, aspecto especialmente relevante em estados com forte presença da pecuária e da agricultura familiar.

Redução das emissões de gases de efeito estufa

O plano estabelece metas para a redução de mais de 1 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente no setor agropecuário até 2030, por meio de práticas que favorecem a captura de carbono no solo e na vegetação. Nesse contexto, os produtos agropecuários do Acre tendem a obter maior reconhecimento e valorização de mercado em razão de sua menor pegada de carbono.

Recuperação de áreas degradadas

O plano ABC+ oferece incentivos técnicos e financeiros para a recuperação de pastagens e solos degradados, contribuindo para o melhor uso da terra, a melhoria da alimentação do rebanho e o aumento da fertilidade do solo. Essa estratégia possibilita a recuperação de áreas improdutivas, ampliando a renda dos produtores sem a necessidade de expansão sobre novas áreas.

Acesso a linhas de crédito específicas

Como parte de uma política nacional, o Plano ABC+ pode ser associado a linhas de financiamento com condições diferenciadas, como taxas de juros reduzidas e prazos mais longos, voltadas à adoção de tecnologias sustentáveis, a exemplo do plantio direto, dos sistemas integrados e da irrigação. Isso fortalece a capacidade de investimento dos produtores rurais do Acre, especialmente dos pequenos e médios.

Maior resiliência às mudanças climáticas

O plano incentiva práticas que aumentam a adaptação dos sistemas produtivos às variações climáticas, como os sistemas agroflorestais, a integração lavoura-pecuária-floresta e o uso de bioinsumos. Em um estado sujeito a eventos climáticos extremos, essas ações contribuem para a proteção da produção e a redução de riscos.

Valorização de produtos sustentáveis

A adoção de práticas que reduzem emissões e conservam os recursos naturais possibilita a diferenciação dos produtos no mercado, como no caso da carne de baixo carbono, o que pode resultar em melhores preços e maior competitividade para os produtores do Acre nos mercados nacional e internacional.

Fortalecimento institucional e parcerias

A construção e implementação do Plano ABC+ envolvem a articulação entre governo, instituições de pesquisa, como a Embrapa, e entidades locais, promovendo o fortalecimento institucional, a capacitação técnica, a extensão rural e a transferência de conhecimento aos produtores do estado.

As metas do Acre para o Plano ABC+ focam em alinhar a produção agropecuária com a preservação ambiental, adotando tecnologias de baixa emissão de carbono para consolidar o estado como referência na Amazônia até 2030, com ênfase em recuperar pastagens, integrar lavoura-pecuária-floresta, aumentar o plantio direto e gerenciar resíduos, tudo para reduzir GEE e promover sustentabilidade.

O quadro a seguir apresenta os valores planejados de acordo com os sistemas produtivos sustentáveis até o ano de 2030 e suas respectivas contribuições para a mitigação das emissões de CO₂.

Metas ABC+ e Mitigação 2020 a 2030			
Tecnologias 		META Mil ha ⁽¹⁾ /m ³⁽²⁾ /animais ⁽³⁾	META MITIGAÇÃO Milhões Mg CO ₂ eq.
Práticas de Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD)		14,04 ⁽¹⁾	0,056
Sistema de Plantio Direto (SPD)	Sistema de Plantio Direto de Grãos (SPDG)	12,84 ⁽¹⁾	0,012
	Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH)	0,00 ⁽¹⁾	0,000
Sistemas Integrados (SIN)	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) Sistemas	0,32 ⁽¹⁾	0,001
	Agroflorestais (SAF)	2,50 ⁽¹⁾	0,009
Floresta Plantada (FP)		3,94 ⁽¹⁾	0,502
Bioinsumo (BI)		28,70 ⁽¹⁾	0,052
Sistemas Irrigados (SI)		3,02 ⁽¹⁾	0,050
Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA)		1.486,84 ⁽²⁾	1,982
Terminação Intensiva (TI)		1.637,22 ⁽³⁾	5,317
TOTAL ABC+ ACRE	65,36 mil hectares + 1,49 milhões de m³ + 1,6 milhões de animais		7,979 Milhões Mg CO₂eq.

Os fatores de conversão utilizados para o cálculo dos potenciais de mitigação dos gases do GEE foram definidos pelo MAPA e, de acordo com os valores das metas definidas para os SPS do Estado do Acre. O gráfico a seguir apresenta as taxas de mitigação para cada SPS e permite observar aquelas que apresentam maiores taxas de contribuição para as emissões de carbono (Figura 41).

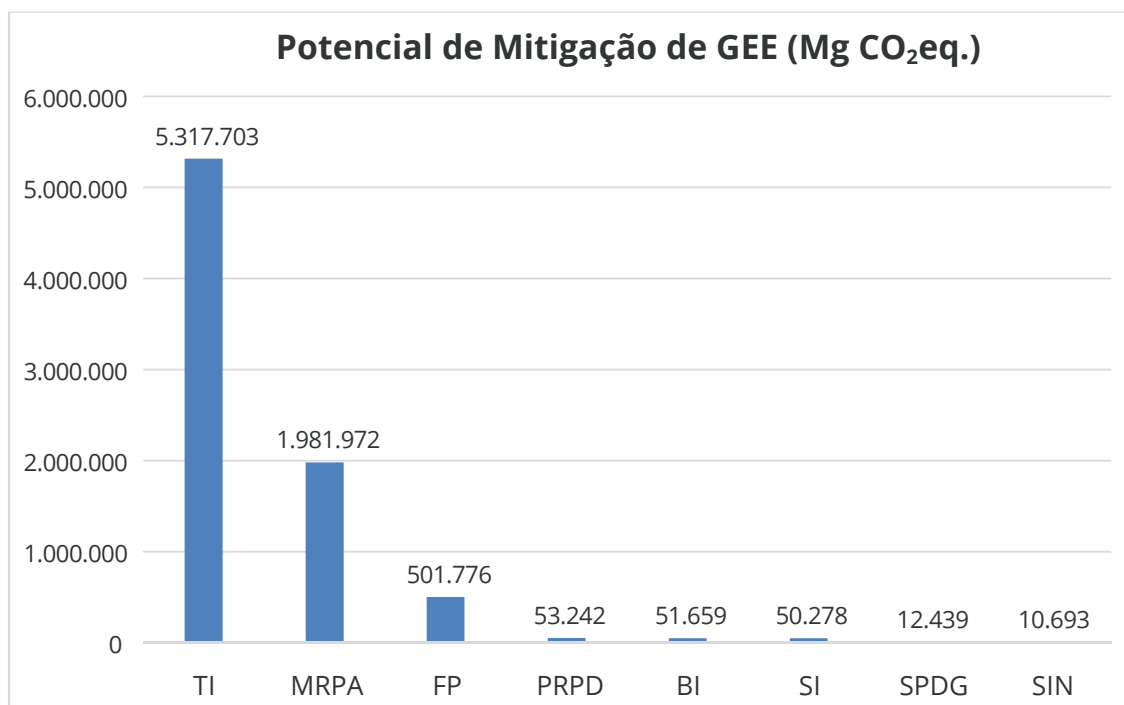


Figura 41. Potencial de mitigação de GEE para cada SPS contemplada pelo plano ABC+ (2020-2030) no estado do Acre.

Bioinsumos

A quantidade de bioinsumos utilizada atualmente é praticamente 100% aplicada em plantios de soja, com inoculantes (rizóbios) sendo amplamente utilizados para fixação biológica de nitrogênio, além de controle biológico de pragas e doenças incluindo biofungicidas, bioinseticidas, bionematicidas, biofertilizantes e bioestimulantes. Existe a aplicação de bioinsumos também no cultivo de milho (inoculação com a bactéria *Azospirillum brasilense*), porém, com valores menos relevantes. São 19 produtores de soja no estado, Alto Acre, Baixo Acre e Juruá com um total de 17.478 hectares e previsão de 2 a 5% de crescimento em 2026. A quantidade de inoculantes totaliza 6.415.200 doses, o que corresponde a 1.425,6 toneladas de adubação nitrogenada evitada.

Floresta Plantada

Área total com FP para fins comerciais totalizam 740 hectares distribuídos em 14 projetos, somando uma produtividade de 4428 toneladas de açaí 9145 e toneladas de castanha em 2022 segundo IBGE.

EMATER

Implantação de monocultivos de café/mandioca/banana/abacaxi/seringueira através das linhas de crédito do Pronaf e Envolvimento de famílias indígenas e não-indígenas nos programas de compras institucionais com produtos da sociobiodiversidade. Estas ações somam 900 hectares com projeção de crescimento de 20% até 2030;

SEAGRI

Plantios comerciais de pupunha e cacau de cultivo. Atualmente 120 ha de pupunha e 160 ha de cacau plantados, e dois viveiros construídos. Existe a previsão de plantio de 1.100 hectares de cacau até 2030.

Manejo de Resíduos da Produção Animal

Segundo informações obtidas junto ao setor produtivo atualmente existem 3 biodigestores no estado (dois voltados para tratamento de dejetos de granjas e um que recebe o resíduo de duas unidades de criação – leitão e suíno). O volume processado é de 615 toneladas diárias de dejetos com a geração de 4.600 m³ de metano, cuja destinação é a queima. Em 2024 o número de animais no estado somou 4.568.389 unidades, com 361.357 animais abatidos. Em 2025 foram coletadas informações de 17 estabelecimentos que permitiram contabilizar 153.089 animais abatidos com um peso total de carcaças de 36.031 toneladas.

Este SPS demonstrou o segundo maior impacto no potencial de mitigação de GEE, o que pode ser um bom indicativo para expansão em outras áreas, como na pecuária leiteira de semiconfinamento.

Práticas de Recuperação de Pastagens Degradadas

EMATER – 200 unidades produtivas foram beneficiadas com financiamentos Pronaf-Custeio para recuperação de pastagens e 300 unidades produtivas com financiamentos Pronaf-Investimento para melhoramento genético do rebanho bovino, assim como implantação/reforma de instalações. Esta ação totalizou uma área de 2.000 ha e projeção de 20% de crescimento até 2030.

SEAGRI – Por meio do Programa Pecuária + eficiente foram beneficiados 368 estabelecimentos (556 produtores) desde Cruzeiro do Sul até Assis Brasil.

No ano de 2022 segundo o MAPA, as áreas prioritárias e indicadas para adoção de práticas de recuperação totalizam 311,50 mil hectares. Aquelas que já adotam correspondem a 1,69 milhão de hectares.

Sistemas Irrigados

A EMATER relatou a construção de 200 tanques/açudes construídos com apoios do crédito Pronaf e outras fontes de recursos não reembolsáveis em uma área de 100 ha de lâmina d'água e com previsão de crescimento de 25% até 2030.

Atualmente existe um grande número de propriedades de pequeno porte que fazem irrigação sem o devido registro. Ações previstas de monitoramento e comunicação elevarão os registros de áreas irrigadas atuais.

Sistemas Integrados

Segundo a SEAGRI existem SAFs de Cacau de cultivo no lago do Tapiri, com uma área de 8 ha, em assentamentos do Incra, com 400 ha e previsão de expansão por meio de ações como o Programa cacau socioambiental, almejando mais 1100 ha, e o Fundo Amazônia SAF que prevê 500 ha até 2030.

A SEMA informou a existência de SAFs em 75 propriedades com 151 ha, distribuídos em 6 municípios.

Sistema de Plantio direto

Segundo a SEAGRI foram subsidiadas ações de mecanização em 7.662 ha abrangendo 17 municípios como forma de apoio ao plantio direto de grãos e fortalecer os plantios de pequenos e médios produtores rurais.

O sistema de plantio direto reduz a erosão, a compactação e melhora a infiltração de água e aporte de matéria orgânica no sistema. O consequente aumento da fertilidade com a manutenção da matéria orgânica, permite economia de custos com combustível e insumos (como N e S), mantém a umidade e torna o processo mais rentável a longo prazo.

Em relação ao plantio de hortaliças atualmente não existem áreas formadas a partir de plantios diretos. Por esta razão não foram definidos valores futuros para esta linha de sistema produtivo.

Terminação Intensiva

O Painel Gerencial de TI (MAPA) apresenta dados finalizados sobre os animais abatidos em terminação intensiva no Acre desde o ano de 2021 até 2024. A contribuição verificada nestes anos foi de 578.179 animais, apresentando uma média anual de 144.540 animais ao ano, mínimo de 20.724 em 2022 e máxima de 238.239 em 2024. O percentual de bovinos abatidos em TI nestes anos foi de cerca

de 43%. Diante deste cenário, e considerando a experiência e capacidade institucional do estado, a meta estabelecida para TI ficou definida em 1.637.224 animais abatidos em terminação intensiva na vigência do ABC+ (2020-2030).

A expansão da pecuária no estado do Acre tem como principal razão a segurança econômica que este empreendimento traz. Apesar de algumas culturas serem muito mais rentáveis economicamente que a pecuária, a susceptibilidade às alterações climáticas, cada vez mais frequente, traz grandes riscos à agricultura.

O grande número de animais existentes no estado do Acre, aliado a questão do grande impacto gerado com a emissão de metano (28 vezes mais potente que o CO₂ em poder de aquecimento conforme o US-EPA, 2025) faz com que os resultados da mitigação para este SPS se destaquem entre os demais, conforme observado no gráfico de potencial de mitigação. Os demais sistemas produtivos são igualmente relevantes e com potencial de crescimento e, conseqüentemente, elevação das taxas de mitigação de GEEs.

6.1 Programas de financiamento e crédito rural que fomentam as SPS do Plano ABC+ no estado do Acre

Os Bancos e cooperativas de crédito rural possuem várias linhas de financiamento que vem atuando no estado no sentido de viabilizar atividades sinérgicas ao plano ABC+ para fomentar práticas agrícolas mais sustentáveis que contribuam para a mitigação dos gases de efeito estufa (GEE). Esses programas tem como público alvo agricultores familiares, pecuaristas, assentados de reforma agrária, extrativistas, silvicultores, pescadores artesanais, aquicultores, jovens, mulheres e povos indígenas dentro dos programas do PRONAF no período de 2020 a 2025: Silvicultura, Agroindústria, Bioeconomia, Custeio, Floresta, Agroindústria familiar, Mais alimentos, Microcrédito produtivo rural, Pronaf Mulher e Reforma Agrária com uma somatória de contratos chegando a 2,16 Bilhões R\$, além dos programas mais específicos para o plano ABC (FNO-ABC 2013 a 2020) contabilizando mais de 2,5 Milhões R\$ e plano ABC+ (2020 a 2025) que já alcança a marca de 37,2 Milhões R\$ em contratos no estado do Acre conforme Tabela 10 obtida de dados disponibilizados pelo Banco Central.

Tabela 10. Relatório de dados de crédito rural – crédito liberados a beneficiários dentro do estado do Acre.

Relatório de contratos PRONAF – Jan 2020 a Dez 2025 ^(a)			
Subprograma	Área (ha)	Quantidade	Valor (R\$)
Bioeconomia silvicultura	442,58	10	R\$ 1.255.970,88 R\$
Agroindústria	0	3	17.658.712,50 R\$
Bioeconomia	261,01	13	1.181.054,43 R\$
Custeio	524.058,30	15.081	988.571.768,30 R\$
Floresta	127,3	70	5.298.995,77
Industrialização para agroindústria familiar	0	24	R\$ 202.183.416,00 R\$
Mais alimentos	206.811,35	9.322	882.018.335,73 R\$
Microcrédito produtivo rural	5.075,17	4.922	53.432.990,23 R\$
Pronaf mulher	270,66	41	1.931.802,36 R\$
Reforma agrária	1.359,34	381	8.166.582,08
Total	738405,71	29867	R\$2.161.699.628,28

Relatório de contratos FNO – ABC, Jan 2013 a Dez 2020 ^(b)			
Programa	Área (ha)	Quantidade	Valor (R\$)
FNO - ABC TOTAL	0	11	R\$ 2.578.771,06

Relatório de contratos Plano ABC+ Jan 2020 a Dez 2025 ^(c)			
Subprograma	Área (ha)	Quantidade	Valor (R\$)
Integração	84,63	3	R\$ 476.929,00 R\$
Recuperação	5.368,35	86	36.741.473,79
Total	5452,98	89	R\$ 37.218.402,79

(a) Dados filtrados para o programa PRONAF, apenas subprogramas que contemplaram o estado do AC proveniente de todas as fontes de recursos;

(b) Dados filtrados para o programa FNO-ABC contemplando todos subprogramas e proveniente de todas as fontes de recursos;

(c) Dados filtrados para o programa ABC+, apenas subprogramas contemplados para o estado do Acre e proveniente de todas as fontes de recursos.

7.0 Operacionalização, Estratégia de Sensibilização e Implementação do Plano ABC+ no Estado do Acre

A implementação do Plano ABC+ será conduzida por meio da gestão e articulação do GGE do Plano ABC+/AC (SEAGRI/MAPA-AC), responsável por assegurar o acompanhamento sistemático e efetivo das ações previstas. A coordenação (SEAGRI) adotará como diretriz a promoção de uma governança participativa, fundamental para o monitoramento dos programas e projetos vinculados às tecnologias do Plano ABC+. A gestão será orientada para resultados, buscando garantir o cumprimento das metas estabelecidas para o período de 2020 a 2030, com ênfase na integração entre produção agropecuária e sustentabilidade ambiental.

Plano de Ação para o GGE/AC

Os rumos do Grupo Gestor Estadual (GGE) do Plano ABC+ no Acre, para o ciclo 2026-2030, focam na adaptação às mudanças climáticas e na promoção de uma agropecuária de baixa emissão de carbono. Neste sentido um passo de extrema importância foi a atualização das instituições que integram o grupo e atualização de seus representantes. A partir de então algumas estratégias podem tornar as ações do GGE/AC cada vez mais abrangentes e duradouras:

- Formação de parcerias público-privadas com Organizações da Sociedade Civil no sentido de elaborar e gerenciar propostas de projetos;
- Levantamento da abrangência das ações ligadas às metas do Plano ABC+ para verificar a necessidade de integrar mais instituições e seus resultados;
- Realizar fóruns e convidar a sociedade civil como forma de garantir a transparência e a comunicação de resultados e suas interações;
- Criação de uma agenda de reuniões periódicas, com ações predefinidas e prazos estabelecidos;
- Realização de eventos ligados ao setor produtivo como forma de demonstrar as ferramentas disponíveis, canais de comunicação e fontes de financiamento;
- Estruturação de um link por meio do site das instituições do GGE, garantindo a comunicação, transparência do Plano ABC+/AC, assim como seu histórico, objetivo, metas, integrantes, interações e resultados ao longo do tempo;
- Criação de mecanismos de acesso às tecnologias de produção existentes no mercado, por meio de assistência técnica e adequação às especificidades de cada regional do estado do Acre;
- Capacitação de técnicos do quadro das instituições que compõem o GGE/AC como forma de garantir suporte aos produtores e à própria instituição para acessar recursos de editais;

- Formação de grupos de trabalhos subdivididos entre os eixos estratégicos do Plano ABC+ (tabela de estratégias estaduais 2026 a 2030), como forma de interagir com os representantes das instituições e atualizar os canais de comunicação estabelecidos.

- **Promoção de eventos estratégicos**

Estão previstos seminários, workshops e encontros temáticos, organizados em parceria com universidades, instituições acadêmicas, especialistas e centros de pesquisa reconhecidos, com o objetivo de promover a avaliação coletiva das estratégias adotadas e o intercâmbio de conhecimentos.

O desempenho das ações das instituições do GGE/AC ao longo dos últimos anos serviu de referência para delinear as metas 2026 a 2030 (Tabela 11), as quais podem ser revistas e atualizadas em caso de modificações nos cenários futuros. Estes valores servem de indicadores de monitoramento e comprovação dos avanços do Plano ABC+/AC nas diferentes linhas de atividades desenvolvidas.

Tabela 11. Planejamento estratégico estadual de atividades relacionadas às SPS e ações de ATER de 2026 a 2030.

Estratégia/ Programa	Atividade	Produto	Meta Estadual 2026/2030	Unidade
SPS (prog)	Apoio a projetos para implementação de SPSABC	Projeto apoiado	5	Projeto
	Sensibilização de Produtores Rurais nos SPSABC	Sensibilização de produtor rural realizada	8.498	Produtor Rural
	Capacitação de técnicos nos SPSABC	Técnico capacitado	250	Técnico
ATER (estrag)	Implementação de unidades de referência técnica - URT (01 URT p/ técnico capacitado)	URT implementada	5	URT
	Assistência técnica e gerencial a produtores para implantação dos SPSABC	Produtor rural atendido com assistência técnica nas SPSABC	10.623*	Produtor Rural
	Capacitação de analistas financeiros de projetos	Analista financeiro capacitado	10	Analista Financeiro
ATER (estrag) E Com&Sens (Estrat)	Realização de eventos para divulgação do ABC+	Evento realizado	20	Unidade

*Atendimento com repetição de famílias.

A tabela de planejamento estratégico reúne as metas ligadas a várias instituições do GGE/AC, englobando os projetos desenvolvidos em diferentes áreas e que têm consonância com as ações do Plano ABC+/AC, divulgação e sensibilização de produtores como forma de divulgar o plano e capacitação de técnicos, principalmente nos escritórios regionais. São previstas capacitações de especialistas em assistências técnicas como forma de identificar e implantar unidades de referência, além de reforçar a gestão de projetos estratégicos.

A estruturação de canais de comunicação e divulgação de ações, aproximação com os setores produtivos e sociedade, disseminação de tecnologias produtivas e registros dos resultados obtidos são ferramentas que permitem o fortalecimento do GGE/AC e consistem nos mecanismos de monitoramento dos avanços do Plano ABC+/AC.

A apropriação das atribuições por parte das instituições do GGE/AC, abrangendo as esferas municipais, estaduais e federal, pode permitir a identificação e disseminação de políticas mais abrangentes e a perpetuação ao longo dos governos futuros.

A partir do Plano ABC+/AC espera-se consolidar o estado do Acre como um modelo de produção sustentável na Amazônia, conciliando o aumento da produtividade agropecuária, por meio da adoção e disseminação de tecnologias sustentáveis, assistência técnica à agricultura familiar, fortalecimento técnico das instituições, conservação ambiental e a redução de GEE.

Para fortalecer o GGE/AC deve-se definir seu Plano de Ação Estratégico, validar, distribuir atribuições, estabelecer prazos e realizar o monitoramento. A estruturação vertical das ações abrange as esferas municipais, estaduais e federais, permitindo a identificação de políticas potencialmente integrativas. Por fim, estabelecer canais abertos de comunicação com a sociedade, instituições dentro e fora do GGE e potenciais parceiros, possibilitando novas fontes de recursos.

8.0 Acompanhamento, Monitoramento e Registro das Ações/Atividades

O acompanhamento, o monitoramento, a avaliação e o registro das ações e atividades serão conduzidos pelo GGE/AC, principal instrumento de gestão do plano, composto por 24 instituições.

Para verificar a evolução do plano e a efetiva implementação de suas metas e ações, o GGE/AC realizará reuniões periódicas, podendo também convocar encontros extraordinários sempre que necessário.

As informações referentes ao andamento do plano serão encaminhadas ao Governo Federal, por meio do MAPA, que terá acesso aos dados qualitativos e quantitativos relacionados à execução das ações e ao cumprimento das metas estabelecidas.

Caberá ainda ao GGE/AC a responsabilidade pela revisão do plano, utilizando as informações obtidas nos processos de acompanhamento e monitoramento como base para futuras adequações e aprimoramentos. Abaixo, a tabela informa de forma simplificada por SPSABC, o acompanhamento e registro das ações/atividades:

TECNOLOGIA	MEIOS DE ACOMPANHAMENTO	MEIOS DE REGISTROS	VARIÁVEIS DE INTERFERÊNCIA
Recuperação/ Renovação de Pastagens Degradadas (PRPD)	Levantamento de dados nas Instituições parceiras	Relatórios Anuais	Contingenciamento dos Recursos das Linhas de Crédito do Programa ABC+; Adesão dos Produtores Rurais; Envolvimento e Comprometimento das instituições parceiras (públicas e privadas); Priorização de programas e políticas estaduais; Falta de recursos para realização das ações planejadas.
Sistema de Plantio Direto de Grãos (SPDG)	Levantamento de dados nas Instituições parceiras (EMBRAPA, EMATER, UFAC, IFAC, etc)	Relatórios Anuais	
Sistemas Agroflorestais (SAF)	Levantamento de dados nas Instituições parceiras	Relatórios Anuais	
Bioinsumos (BI)	Levantamento de dados nas Instituições públicas parceiras além de revendas agropecuárias (Casa do Adubo, AgroAmazônia, Casa da Lavoura, Mustang, Agromotores, etc)	Relatórios Anuais	
Sistemas Irrigados (SI)	Levantamento de dados nas instituições parceiras e empresas de irrigação/projetistas que atuam no estado	Relatórios Anuais	



9.0 Considerações Finais

O conjunto de ações realizadas pelo GGE/AC demonstra uma grande evolução da elaboração e conclusão do Plano ABC+ do estado do Acre, principalmente após a atualização dos titulares, reuniões estratégicas e do Plano de Ação. Observou-se forte apropriação e comprometimento da maior parte das instituições que compõem o GGE/AC com informações pertinentes às suas atuações e melhoria quanto às entregas das solicitações de dados.

Ao longo de 2025 foram realizadas 16 reuniões, com participação de maior parte das instituições que constituem o GGE/AC. Os principais avanços obtidos pelo Grupo foram a integração das instituições no sentido de apropriar do Plano ABC+/AC, foi realizado a oficina do PAE permitindo que as instituições identifiquem suas responsabilidades junto ao GGE/AC, houve movimentação quanto à apresentação de proposta junto ao estande de projetos e por fim a identificação de possibilidade de fomento a partir do Plano ABC+/AC. A experiência adquirida durante o período de elaboração do Plano, proporcionou ao GGE estabelecer ações prioritárias nos Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC), dentro dos Eixos prioritários, em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Existem desafios a serem enfrentados no sentido de fortalecer canais de comunicação e garantir registros e continuidade das ações de acordo com o horizonte almejado ao longo do período de 2026-2030. Ações não contabilizadas que foram desenvolvidas por algumas instituições, podem subestimar os resultados alcançados e não refletir a abrangência de atividades consonantes ao Plano ABC+/AC. A sistematização das informações de ações implantadas a partir da compilação dos resultados alcançados, permite um mapeamento e avaliação daqueles que podem ser replicados para outras áreas, onde se faz necessário maior apoio de órgãos parceiros e, por fim, um diagnóstico com avanços, experiências e pontos de melhorias.

Observou-se a necessidade de aproximação do GGE/AC com o setor privado para discussões ou obtenção de dados de produção. Esta interação pode facilitar o mapeamento do setor produtivo, aumentar os registros de ações garantindo o seu fortalecimento e, principalmente, permitir o acesso deste setor às tecnologias de redução de emissões de GEE. A garantia de um plano abrangente e robusto requer o nivelamento de informações internas e externas ao Governo do Estado, canais de comunicação para integração de instituições do GGE/AC com o setor privado, assim como a sociedade civil.

A homologação do Plano ABC+/AC como uma política de estado fortalece as iniciativas a partir do mesmo, com a garantia de sua continuidade em caso de alteração na gestão do governo do estado. A institucionalização do Plano ABC+/AC como política de estado pode fortalecer e garantir a continuidade de ações e projetos de apoio ao setor produtivo e efetividade quanto à proposta de redução nas emissões de GEE.

10.0 Fontes Consultadas

Agência de notícias do Acre, 2015-A. Acre implanta Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.<https://ac24horas.com/2015/11/04/acre-implanta-plano-de-agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono/>;

Agência de notícias do Acre, 2015-B. Plano de emissão de baixo carbono na agricultura é criado no Acre. <https://agencia.ac.gov.br/plano-de-emissao-de-baixo-carbono-na-agricultura-e-criado-no-acre/>;

Agência de notícias do Acre. 2015. Plano de emissão de baixo carbono na agricultura é criado no Acre. <https://agencia.ac.gov.br/plano-de-emissao-de-baixo-carbono-na-agricultura-e-criado-no-acre/>;

BNDES,2010. Amazônia em debate: Oportunidades, desafios e soluções. BNDES– Rio de Janeiro. 204p.;

Brandão, Diego Oliveira; Arieira, Julia; Nobre, Carlos A. 2024. Impactos das mudanças climáticas na sociobioeconomia da Amazônia. ESTUDOS AVANÇADOS. p. 38 (112 p). Scielo. Brasil;

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2020-2030: Plano Operacional / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. – Brasília : Mapa/DEPROS, 2021.133p.;

CAR – ACRE, 02/2025. Projeto de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Acre. [https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/CAR-Acre/?utm](https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/CAR-Acre/?utm;);

CEPAL,GIZ,IPEA.2014. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO ACRE (1999-2012). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Nações Unidas, DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ).

ComexStat, Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens. Disponível em:

<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em 3 de Março de 2026.

CORDEIRO, Ana Thaís. Governo do Acre apresenta avanços em restauração florestal e fortalecimento da governança climática na COP30. Agência de Notícias do Acre: Governo do Estado do Acre, 12 nov. 2025. Disponível em:

<https://agencia.ac.gov.br/governo-do-acre-apresenta-avancos-em-restauracao-florestal-e-fortalecimento-da-governanca-climatica-na-cop30/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. Importance of Methane. Disponível em:

<<https://www.epa.gov/gmi/importance-methane>>.

FERNANDES, E. C. et al. Dinâmica de indicadores da pecuária bovina de corte na Amazônia: evidências do estado do Acre (2013–2024). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 63, 2025.

Franco; Marco Aurélio de Menezes, 2025. **A Ciência das Mudanças Climáticas e os desafios enfrentados pela Amazônia.** CADERNOS DE ASTRONOMIA – vol. 6, n.º 1. Seção Temática. Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo;

Fórum do Acre, 02/2025. **Fórum empresarial de inovação e desenvolvimento do estado do Acre** – Câmara técnica do Agronegócio. <https://forumdoacre.org.br/camara-tecnica-de-agronegocio/#:~:text=Tem%20como%20foco%20debater%20os,Piscicultura%20e%20de%20Licenciamento%20Ambiental.&text=Graduado%20em%20Agronomia%20pela%20Universidade,Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20do%20Acre;>

Fundo Amazônia, 02/2025-I. Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no estado do Acre.

Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

<https://www.amazonfund.gov.br/en/projeto/Towards-Zero-Illegal-Deforestation-in-the-state-of-Acre/?utm;>

Governo do Estado do Acre. Plano Estadual de Prevenção e Combate do Desmatamento no Estado do Acre – PPCDQ, 2010. Fase I: <https://sema.ac.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/01-PPCD-FASE-1.pdf>;

Governo do Estado do Acre. Plano Estadual de Prevenção e Combate do Desmatamento no Estado do Acre – PPCDQ, 2017. Fase II: <https://sema.ac.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/02-PPCDQ-FASE-2.pdf>;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2024). Pesquisa Pecuária Municipal - 2024. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 23 de dezembro de 2024, de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2023>

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF. (2023). Institucional – História. Recuperado em 23 de maio de 2023, de <http://idaf.acre.gov.br/sub-item-1-1/>

MAPA, 2025: Estante de Projetos ABC+. Ministério da Agricultura e Pecuária. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabc-abcmais/abc/gge-abc/questionarios-gges>.

MAPA, 2026. Painel de Indicação de Riscos do ZARC. Disponível em: <https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Zarc/Zarc.html>.

MapBiomass. (2024). Relatório anual de desmatamento e uso da terra: projeto de mapeamento anual da cobertura e uso do solo no Brasil, série 2013–2024 (6. ed.). São Paulo: MapBiomass. Recuperado em 23 de maio de 2025, de RAD2024_15.05.pdf

Ministério do Meio Ambiente – MMA. Plano Nacional de Adaptação. Acessado em 30/05/2025. <https://antigo.mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao.html#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Adapta%C3%A7%C3%A3o,vulnerabilidade%20nacional%20%C3%A0%20mudan%C3%A7a%20do;>

Nobre, Carlos A.; Sampaio, Gilvan; Salazar, Luis. 2007. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AMAZÔNIA. MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), (INPE). Editora Ciência e Cultura. ED.1. ESALQ/USP;

Pagotto, Livia; Piazzon, Renata; Waack, Roberto. 2021. Coordenação. UMA AGENDA PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – Uma Concertação pela Amazônia. Instituto Arapyaú;

Relatório Executivo Programa REM-KfW, Acre Fase I: <https://programarem.ac.gov.br/programa-rem-acre-fase-i/>.

QUEROLAINE, Aline. Estado promove reunião técnica sobre reposição florestal no Juruá. Agência de Notícias do Acre: Governo do Estado do Acre, 26 set. 2025. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/estado-promove-reuniao-tecnica-sobre-reposicao-florestal-no-jurua/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SISA. Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre. Instituto de Mudanças Climáticas do Estado do Acre, 2013.

<https://imc.ac.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/O-SISA-Acre.pdf?utm>.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA. Escritório de Gestão do CAR e do PRA. Rio Branco: SEMA, [s.d.]. Disponível em:

<https://sema.ac.gov.br/escritorio-de-gestao-do-car-e-pra/>. Acesso em: 07 jan. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA. Selo Verde AC. Rio Branco: SEMA, [s.d.]. Disponível em:

<https://seloverde.sema.ac.gov.br/>. Acesso em: 07 jan. 2026.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, [s.d.]. Documento institucional.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Fase II (escala 1:250.000): documento síntese. 2. ed. Rio Branco: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, 2010. 356 p. Projeto Amazônia 2030. Disponível em:

<https://amazonia2030.org.br/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Projeto Amazônia+10. Disponível em:

<https://www.amazoniamaisdez.org.br/chamada1/projeto-17>. Acesso em 15 jan. 2026.

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.

]Disponível em: www.consorcioamazonialegal.gov.br. Acesso em 5 jan. 2026.

Projeto Floresta+Amazônia. Disponível em:

<https://www.florestamaisamazonia.org.br/noticias/projeto-floresta-amazonia-paga-mais-de-r-2-milhoes-a-agricultores-e-agricultoras-familiares-que-conservam-a-floresta/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Projeto FGV Projetando o Futuro – Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/FGV-Projetando-o-Futuro/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Projeto Floresta para o Bem-estar – Conservation International do Brasil (CI- Brasil).

Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Floresta-para-o-Bem-estar/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Projeto Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia (FORTFISC) – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Fiscalizacao-Ambiental-para-o-Controle-do-Desmatamento-Ilegal-na-Amazonia-FORTFISC/>. Acesso em 5 jan. 2026.

Fundação Banco do Brasil - Fundo Amazônia, Fases I, II e III – Fundação Banco do Brasil (FBB). Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Gestão Territorial OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ).

Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Gestao-Territorial-OPIRJ/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Inventário Florestal Nacional – Amazônia – União Federal – Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Inventario-Florestal-Nacional-Amazonia/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Legado Integrado da Região Amazônica (Lira) – Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE).

Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Legado-Integrado-da-Regiao-Amazonica-Lira/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Monitoramento-Ambiental-dos-Biomas-Brasileiros/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Monitoramento-Ambiental-dos-Biomas-Brasileiros/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Planos Amas – Amazônia: Segurança e Soberania – Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Monitoramento-Ambiental-por-Satelites-no-Bioma-Amazonia/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Projeto Integrado da Amazônia – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA). Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Projeto-Integrado-da-Amazonia/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre – Estado do Acre – Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN). Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Restaura-Amazonia-MR1/>. Acesso em 15 jan. 2026.

União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM). Disponível em:

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Rumo-ao-Desmatamento-Ilegal-Zero-no-Acre/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA). Disponível em:

<https://prda.sudam.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA 2016). Disponível em:

<https://antigo.mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao.html>. Acesso em 15 jan. 2026.

Plano Clima. Disponível em:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima>. Acesso em 15 jan. 2026.

Plano Adapta Cidades. Disponível em:

<https://www.gov.br/mma/ptbr/composicao/smc/adaptacidades>. Acesso em 15 jan. 2026.

Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas do estado do Acre (documento preliminar). Disponível em:

https://imc.ac.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Vers%C3%A3o-Preliminar_-Consulta_-V1.pdf. Acesso em 15 jan. 2026.

Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PMMA) – Rio Branco – Acre. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1130604/plano-municipal-de-mitigacao-e-adaptacao-as-mudancas-do-clima-de-rio-branco>. Acesso em 15 jan. 2026.

Programa REDD for Early Movers (REM) – Acre. Disponível em:

<https://programarem.ac.gov.br/>. Acesso em 15 jan. 2026.

Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia (ASL Brasil). Disponível em:

<https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia>. Acesso em 15 jan. 2026.

11.0 Equipe responsável pelo planejamento e elaboração do Plano ABC+ do Estado do Acre

Nome	Instituição	Contato Telefone	E-mail
Bruno Pena Carvalho	EMBRAPA	(68) 99904-1451	bruno.pena@embrapa.br
Claudio Luiz de Oliveira Malveira	SEAGRI	(68) 98110-4595	agronomo.ac@gmail.com
Ediu Carlos da Silva Junior	SEAGRI	(35) 99977-0837	ediuCarlos@gmail.com
Edivan Maciel de Azevedo	SEAGRI	(68) 99985-1374	edivan_lagoa@hotmail.com
Éllen Albuquerque Abud	SEAGRI	(68) 99938-6262	ellenabud@hotmail.com
Fabiana Cruz Costa	IMC	(68) 99238-0703	fabicruzcosta36@gmail.com
Jaksilande Araújo de Lima	IMC	(68) 99962-5259	gabinete.imc@ac.gov.br ou imc.gabinete@gmail.com
Jalceyr Pessoa Figueiredo Junior	SEAGRI	(68) 99954-8518	peudure@hotmail.com
Jorge Luiz Hessel	MAPA/AC	(68) 99985-6971	jorge.hessel@agro.gov.br
Josicley de Souza Azevedo	SEAGRI	(68) 99220-7479	josicleyazevedo@hotmail.com
Luan Sobral Dourado	SEAGRI	(68) 98408-7897	luansobraldourado5@gmail.com
Marcos Rocha da Silva	SEAGRI	(79) 99997-8795	rocham0712@gmail.com
Marina Moraes de Lima	SEMA	(68) 99216-1324	moraesufac@gmail.com e dirflor.sema@ac.gov.br
Nilton César de Souza	SEAGRI	(68) 99994-4387	eng.nilton@hotmail.com
Renato Rocha Almeida	GIZ/AC (Consultor)	(27) 99500-1714	planoabc.ac@gmail.com
Ronei Sant'Ana de Menezes	EMATER/AC	(68) 92220-8009	ronei.xapiri@gmail.com
Thiago de Almeida Alencar	SEAGRI	(46) 99941-0654	thiagoalmeida.ac@gmail.com
Valterlucio Bessa Campelo	SEAGRI	(68) 99243-4848	valbcampelo@gmail.com

12.0 Anexos

12.1 Publicação dos titulares e suplentes do Grupo Gestor Estadual do Acre do Plano ABC+ (2020-2030).

SEAGRI

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

PORTARIA SEAGRI Nº 27, DE 03 DE MARÇO DE 2026

A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto n.º 12.457-P/2026, de 08 de fevereiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado on-line n.º 14.202, de 09 de fevereiro de 2026, Considerando o disposto no Processo SEI n.º 0853.012631.00003/2026-01; Considerando o disposto na Autorização n.º 63 (0019650748); Considerando que institui o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com vistas ao Desenvolvimento Sustentável – Plano ABC+ 2020 – 2030; Considerando após os primeiros dez anos 2010 a 2020 (primeiro decênio) de execução do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC, novas bases estratégicas foram incorporadas, reiterando a necessidade urgente da agropecuária brasileira dar continuidade à adoção de estratégias que aumentem sua capacidade adaptativa frente à mudança do clima; e Considerando o período de 2020 a 2030 (segundo decênio) com novas estratégias para o aprimoramento o Plano ABC passa a se chamar Plano ABC+, “Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com vistas ao Desenvolvimento Sustentável” que apresenta uma agenda estratégica proposta pelo governo brasileiro para continuação de sua política setorial para enfrentamento à mudança do clima no setor agropecuario.

RESOLVE:

Art. 1º – Atualiza-se os titulares e suplentes do Grupo Gestor Estadual – GGE do Plano ABC+ do Estado do Acre e sua coordenação pela Secretária de Estado da Agricultura – SEAGRI, assim representado pelas seguintes instituições e seus respectivos representantes.

I – Secretaria de Estado de Agricultura – SEAGRI

a) Titular: Temyllis Lima da Silva

b) Suplente: Edivan Maciel de Azevedo

13 Quarta-feira, 04 de Março de 2026

Nº 14.216

DIÁRIO OFICIAL

II – Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre – CAGEACRE

a) Titular: Maria Leudes da Silva Souza

b) Suplente: José Luiz Bezerra de Faria

III – Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre – CDSA/AC

a) Titular: José Luiz Gondim dos Santos

b) Suplente: Henrique Alberto Leite Anastácio

IV – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/AC

a) Titular: Ronei Santana de Menezes

b) Suplente: Altemar Pereira de Lima

V – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre – FAPAC

a) Titular: Adna Maia

b) Suplente: Ellen Ferreira

VI – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC

a) Titular: Suelen Manna de Araújo Pontes Farias

b) Suplente: Débora Verçoza da Silva

VII – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF

a) Titular: Vander da Rocha Melo

b) Suplente: Waldirene Gomes Cabral Maia

VIII – Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC

a) Titular: Kelceane de Souza Azevedo Moura

b) Suplente: Alessandro Amaral

IX – Instituto de Mudanças Climáticas – IMC

a) Titular: Jaksilande Araújo de Lima

b) Suplente: Fabiana Cruz Costa

X – Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

a) Titular: Cleyton Teles Contreiras Paiva

b) Suplente: Bruna Aritana Gomes de Moraes

XI – Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia – SEICT

a) Titular: Joaquim Clécio Lopes da Silva

b) Suplente: Eunlene dos Santos Alves

XII – Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

a) Titular: Erisson Cameli Santiago

b) Suplente: Marina Moraes de Lima

XIII – Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN

a) Titular: Marky Lowell Rodrigues de Brito

b) Suplente: Marta Nogueira de Azevedo

XIV – Banco do Brasil

a) Titular: Chrystian Barbosa Noronha

b) Suplente: Pedro Hamilton Casara Cavalcante da Silva

XV – Caixa Econômica Federal – CEF

a) Titular: Chaira Ali Majzoub

b) Suplente: Konsuelo Kerdy Silva Castro

XVI – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/ACRE

a) Titular: Bruno Pena Carvalho

b) Suplente: Jana Roiz Saito

XVII – Banco da Amazônia – BASA

a) Titular: José Luiz Cordeiro

b) Suplente: Sergio Sebastião D'Ávila França

XVIII – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre – FAEAC

a) Titular: Assuero Doca Veronez

b) Suplente: Luan Victor Araújo de Moraes

XIX – Federação Dos Trabalhadores Na Agricultura Do Acre – FETACRE

a) Titular: Antônio Sergioni Freitas de Paiva

b) Suplente: Lisiane de Araújo Pedrosa

XX – Superintendência Federal de Agricultura – SFA/AC

a) Titular: Paulo Felipe Teixeira Santos Trindade

b) Suplente: Jorge Luiz Hessel

XXI – Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas do Estado do Acre – SEBRAE/AC

a) Titular: Francinei do Socorro Lima dos Santos

b) Suplente: Rina Fátima Suarez Ortiz

XXII – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR

a) Titular: Mauro Marcello Gomes de Oliveira

b) Suplente: Marcia Cristina Alves Freire

XXIII – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB

a) Titular: Nilton Ghiotti de Siqueira

b) Suplente: Thiago Bezerra de Azevedo

XXIV – Universidade Federal do Acre – UFAC

a) Titular: João Santos Paulo Mastrangelo

b) Suplente: Andrea Alechandre da Rocha

XXV – Instituto Federal do Acre – IFAC

a) Titular: Alana Chocorosqui Fernandes

b) Suplente: José Marlo Araújo de Azevedo

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Temyllis Lima da Silva

Secretária de Estado de Agricultura

Decreto n.º 12.457-P

DOE n.º 14.202

12.2 Memória de cálculo das metas de cada SPS do plano ABC+ (2020-2030)

Projeção de crescimento 2020-2030 (percentual de incremento ao ano)								
ANO	Bioinsumos ⁽¹⁾ (10%)	Floresta Plantada ⁽¹⁾ (10%)	MRPA ⁽²⁾ (10%)	PRPD ⁽³⁾ (5%)	Sistemas Irrigados ⁽¹⁾ (10%)	Sistemas Integrados - SAF ⁽¹⁾ (10%)	S. Plantio Direto ⁽¹⁾ (10%)	Terminação Intensiva ⁽⁴⁾ (15%)
2025	17820	1761	221400	11007	1873	559	7662	707817
2026	19602	1937	243540	11557	2060	615	8428	813990
2027	21562	2130	267894	12135	2266	676	9271	936088
2028	23718	2343	294683	12742	2493	744	10198	1076501
2029	26090	2578	324152	13379	2742	818	11218	1237976
2030	28699	2835	356567	14048	3017	900	12340	1423673
Total	28699	3935	1486836	14048	3017	2500	12840	1637224

ha⁽¹⁾/m⁽²⁾/animais⁽³⁾

[1]

Tabela resumo de cálculos das metas de cada SPS contabilizando o potencial de mitigação de CO ₂								
SPSABC		Meta do AC	Unidade	Fator multiplicador	Potencial de mitigação de emissões de GEE (Milhões Mg CO ₂ eq.)	Participação de cada SPS no total (%)	Meta Nacional (Milhões Mg CO ₂ eq.)	Participação estadual na meta Nacional (%)
Práticas de Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD)		14.048	Hectares	3,79	0,053	0,67	113,7	0,047
Sistema Plantio Direto (SPD)	Grãos (SPDG)	12.840	Hectares	0,9688	0,012	0,16	12,1	0,103
	Hortaliças (SPDH)	0	Hectares	11	0,000	0,00	0,88	0,000
Sistemas de Integração (SIN)	ILPF	321	Hectares	3,79	0,001	0,02	34,1	0,004
	SAF	2.500	Hectares	3,79	0,009	0,12	37,9	0,025
Florestas Plantadas (FP)		3.936	Hectares	127,5	0,502	6,29	510	0,098
Bioinsumos (BI)		28.699	Hectares	1,8	0,052	0,65	23,4	0,221
Sistemas Irrigados (SI)		3.017	Hectares	16,66667	0,050	0,63	50	0,101
Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA)		1.486.836	m ³ de dejetos tratados	1,333013	1,982	24,84	277,8	0,713
Terminação Intensiva de Bovinos (TI)		1.637.224	bovinos	3,248	5,318	66,64	16,24	32,744
TOTAL		65.360	-	-	7,980	100,00	1076,14	0,742



SEAGRI

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA



GOVERNO DO
ACRE
Trabalho para cuidar das pessoas